



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em
Agroecologia e Desenvolvimento Rural

**ONDE O CAMPO ENCONTRA A CIDADE: A VIDA NOS
AGROECOSSISTEMAS DE UM ASSENTAMENTO PERIURBANO**

CAMILA SILVA IUNES

Araras, SP

2026



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em
Agroecologia e Desenvolvimento Rural

**ONDE O CAMPO ENCONTRA A CIDADE: A VIDA NOS
AGROECOSSISTEMAS DE UM ASSENTAMENTO PERIURBANO**

CAMILA SILVA IUNES

ORIENTADORA: PROF^a DR^a ADRIANA CAVALIERI SAIS
COORIENTADORA: PROF^a DR^o RENATA EVANGELISTA DE OLIVEIRA
COORIENTADOR: DR. LEONARDO PINTO DE MAGALHÃES

Araras, SP

2026

lunes, Camila Silva

Onde o campo encontra a cidade: a vida nos agroecossistemas de um assentamento periurbano /
Camila Silva lunes -- 2026.
167f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras

Orientador (a): Adriana Cavalieri Sais

Banca Examinadora: Joelson Gonçalves de Carvalho,
Fausto Makishi

Bibliografia

1. Agroecossistema. 2. Assentamento periurbano. 3.
Reforma agrária. I. lunes, Camila Silva. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática

(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8

7083

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Camila Silva Lunes, realizada em 27/02/2026.

Comissão Julgadora:

Prof(a). Dr(a). Adriana Cavaliere Sais (UFSCar)

Prof(a). Dr(a). Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar)

Prof(a). Dr(a). Fausto Makishi (UFMG)

AGRADECIMENTOS

Nessa travessia afetiva, tento nomear parte de quem caminhou comigo.

Aos meus pais, Sileide e Pedro (*in memoria*), toda gratidão imensurável por sustentarem meus rumos, apostas e recomeços. Ao meu pai, que esteve fisicamente em parte das nossas vidas, mas segue presente no meu existir, nas decisões, no modo de pensar, e forma de caminhar. Muitos passos foram dados em diálogos mentais com você.

À minha mãe, pelo amor com verdade. Pode até estranhar as decisões no início, mas logo se torna torcida e sustento sem medir esforços. Sou e sigo sendo porque você existe.

Às famílias do Assentamento Araras IV, meu afeto e respeito pelas porteiras abertas desde o início. Este trabalho só faz sentido porque foi construído em relações com vocês, em seus espaços de vida e trabalho, em meio às violências e ausências seletivas do Estado.

À Adriana, pela orientação generosa, pela confiança e presença. É um privilégio ter sua condução humana e comprometida, sendo fundamental nas decisões. Também agradeço por me abrir caminhos nas geotecnologias e por ampliar meu horizonte de pesquisa, inclusive na direção de um possível doutorado.

Aos meus coorientadores, Leo e Renata, pela disponibilidade, escuta e contribuições que enriqueceram o trabalho e, sobretudo, deslocaram as lentes. As perspectivas multidisciplinares questionadoras e reflexivas lembraram que enfrentar a hegemonia do pensamento único exige diálogo e abertura.

À Gabi, estudante da agroecologia, por topar somar esforços em uma iniciação científica, desde o começo, contribuindo na preparação, visitas ao assentamento, transcrição e sistematização. Há marca do seu trabalho em todas as seções dessa dissertação. Também há parceria e acolhimento em forma de airbnb.

Às amigas e aos amigos de turma, por tornarem esses anos leves na convivência, e densos nas reflexões. Entre companheirismo, debates e crises sobre nosso papel na ciência, durante as noites na mesa do bar do Saci, vocês tornaram essa caminhada prazerosa.

Ao PPGADR e ao LEPFA, secretaria, coordenação, docentes e discentes, pelo suporte e pelas condições, ainda que atravessadas pelos limites que sustentam a pesquisa na universidade pública. Em um cenário de desfinanciamento estadual e ataque à educação e à ciência, permanecer pesquisando é insistir na defesa do comum.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS	i
ÍNDICE DE FIGURAS	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT	iv

SEÇÃO I

1. INTRODUÇÃO GERAL	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO: ruralidades e transição de dinâmicas socioprodutivas	6
2.1. Reforma Agrária, Estado e Território: a política pública como processo contraditório.....	6
2.2. Políticas públicas: da promessa estatal à percepção social	10
2.3. Tipologia das políticas na reforma agrária: reprodução social, base territorial e produção	11
2.4. Presença, ausência e mediação: formas de atuação do Estado no território	12
2.5. Assentamentos rurais periurbanos: intersecções entre campo e cidade ..	13
2.6. Agroecossistemas: organização socioprodutiva das unidades familiares .	18
2.7. Da promessa ao cotidiano: chaves de leitura do Araras IV	22
3. ASSENTAMENTO ARARAS IV: inserção territorial e características físicas	24
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS GERAIS	25
4.1. Caracterização dos Agroecossistemas familiares	26
4.2. Caracterização geoespacial do assentamento	28
4.3. O papel do Estado na materialização das Políticas Públicas	28
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

SEÇÃO II

ESTADO E AGROECOSSISTEMAS: O LABIRINTO INSTITUCIONAL EM UM ASSENTAMENTO PERIURBANO NA EXPERIÊNCIA DO ARARAS IV

1. CONTEXTUALIZAÇÃO	44
2. PERCURSO METODOLÓGICO: procedimentos analíticos	44
2.1. Categorias temáticas e analíticas	45
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
3.1. Quem vive no assentamento? dinâmicas socioculturais tecidas por gente e trabalho	47
3.2. A promessa estatal: marcos jurídico-administrativos das políticas públicas no contexto da Reforma Agrária	49
3.3. Políticas agrárias	52
3.3.1. Regularização	53
3.3.2. Crédito instalação: modalidades apoio inicial e aquisição de materiais de construção	58
3.3.3. Estradas e mobilidade	61
3.3.4. Abastecimento e acesso à água	62
3.3.5. Energia elétrica	64
3.3.5. Esgotamento sanitário	65
3.4. Políticas agrícolas	66
3.4.1. Pronaf	66
3.4.2. Mercados institucionais: PAA, PNAE E PPAIS	68
3.4.3. ATER	69
3.4.1. Percepções sobre outras políticas	70
3.5. Políticas sociais universais	72
3.5.1. Educação	73
3.5.2. Saúde	75
3.5.3. Assistência social	76
4. SÍNTESES E REFLEXÕES	79
2.5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

SEÇÃO III

ENTRE PRODUÇÃO E MORADIA: TERRITORIALIDADES E DINÂMICAS SOCIOPRODUTIVAS NO ARARAS IV

1. CONTEXTUALIZAÇÃO	93
2. PERCURSO METODOLÓGICO: procedimentos analíticos	93
2.1. Tipologia de uso e cobertura do solo	93
2.2. Procedimentos analíticos	94
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	95
3.1. O espaço como expressão da vida: os agroecossistemas e os modos de existir no território	95
3.2. O espaço como expressão da vida: os cultivos agrícolas nos agroecossistemas	100
3.3. O espaço como expressão da vida: a criação de animais nos agroecossistemas	105
3.4. Agroecossistemas em movimento: circuitos socioprodutivos e destinos da produção	110
4. SÍNTESES E REFLEXÕES: modos de viver e produzir no Araras IV	117
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

SEÇÃO IV

ENTRE O RURAL E O URBANO: SENTIMENTOS E ESTRATÉGIAS DE VIDA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO	125
2. PERCURSO METODOLÓGICO: procedimentos de análise	125
2.1. Análises de sentimentos	126
2.2. Agrupamento de clusters	127
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO: expressões emocionais e socioprodutiva no assentamento periurbano	128
3.1. Mapeando emoções e sentidos no assentamento periurbano	128
3.2. Agrupamento e padrões socioprodutivos	136
4. SÍNTESES E REFLEXÕES: emoções, sentidos e permanência	139
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
7. APÊNDICES.....	152

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Características socioculturais das famílias entrevistadas no Assentamento Araras IV	35
Tabela 2. Acesso às políticas agrícolas nas entrevistas familiares.....	48
Tabela 3. Subsistemas de cultivo agrícola e criação animal presentes nos lotes visitados	69
Tabela 4. Emoções, palavras-chave e temas emergentes.	76
Tabela 5. Grupos classificados de acordo com as emoções predominantes e sua caracterização socioprodutiva	76

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização do assentamento Araras IV, com identificação e delimitação dos lotes.....	26
Figura 2. Marcos jurídico administrativos das políticas agrárias, agrícolas e sociais no Brasil	38
Figura 3. Presenças e ausências estatais nas fases do Assentamento Araras IV (2000-2025).....	29
Figura 4. Tempo de permanência no Assentamento Araras IV dos lotes entrevistados	50
Figura 5. Número de moradias por lote no Assentamento Araras IV	51
Figura 6. Acessibilidade territorial a serviços públicos no Assentamento Araras IV	52
Figura 7. Importância da aposentadoria para a reprodução social do território.	55
Figura 8. Distribuição espacial do uso e cobertura do solo no assentamento Araras IV	68
Figura 9. Uso e cobertura do solo no assentamento Araras IV	68
Figura 10. Presença dos subsistemas agrícolas nos lotes das famílias entrevistadas	68
Figura 11. Presença de subsistemas de criação animal nos lotes das famílias entrevistadas	68
Figura 12. Uso e cobertura do solo no assentamento Araras IV	68
Figura 13. Insumos e suas relações com os subsistemas de cultivo agrícola e criação animal	68
Figura 14. Destinos da produção dos subsistemas de cultivo agrícola e criação animal.....	68
Figura 15. Emoções e palavras associadas	68

RESUMO

Esta dissertação analisa como a condição periurbana, atravessada por presenças, ausências e mediações do Estado, conforma a reprodução social e as condições de permanência das famílias no Assentamento Araras IV, em Araras (SP). O estudo buscou compreender a percepção das famílias sobre a atuação estatal nas políticas agrárias, agrícolas e sociais universais, investigar a dinâmica socioprodutiva dos agroecossistemas familiares e analisar as emoções associadas ao modo de vida no assentamento. A pesquisa articulou entrevistas familiares, grupo focal, imagens aéreas georreferenciadas obtidas por drone, análise espacial dos usos do solo, fluxos socioprodutivos, análise de sentimentos e agrupamento exploratório de perfis emocionais. Os resultados mostram que a condição periurbana amplia seletivamente o acesso a serviços, infraestruturas, circulação e comercialização direta, sem que isso se converta em reconhecimento institucional da especificidade do assentamento. Nas políticas agrárias, o Estado reconhece e regula formalmente o território, mas não territorializa de modo integrado as bases materiais e políticas da permanência. Nas políticas agrícolas, comparece por instrumentos seletivos e padronizados, que transferem às famílias os custos da desarticulação entre crédito, assistência técnica, infraestrutura e mercados. Nas políticas sociais universais, os acessos ocorrem por acomodações parciais vinculadas à proximidade urbana. No plano socioprodutivo, os agroecossistemas se organizam por lógica multifuncional, marcada pela centralidade dos quintais agroflorestais, das cercas vivas, da criação animal, do autoconsumo e da comercialização informal, revelando autonomia relativa e dependência parcial de insumos externos. No plano subjetivo, tristeza e medo associam-se à pluriatividade, ao envelhecimento rural, à instabilidade climática e à fragilidade cooperativa, enquanto confiança e alegria se vinculam à sucessão geracional, ao acesso à escola, à criação animal, ao direito à moradia e à segurança financeira. Conclui-se que a condição periurbana conforma a permanência de forma contraditória: amplia possibilidades de reprodução social, circulação e continuidade familiar, mas intensifica pressões sobre o uso do solo, a valorização fundiária, a mercantilização da terra e os limites à autonomia produtiva, evidenciando a insuficiência de políticas públicas formuladas a partir da dicotomia entre rural e urbano.

ABSTRACT

This dissertation examines how the peri-urban condition, shaped by the presence, absence, and mediation of the state, influences social reproduction and the ability of families to remain in the Araras IV settlement, in Araras, São Paulo. It seeks to understand how families perceive state action in agrarian, agricultural, and universal social policies, to investigate the socio-productive dynamics of family agroecosystems, and to analyze the emotions associated with everyday life in the settlement. The research combines family interviews, a focus group, georeferenced drone imagery, spatial analysis of land use, socio-productive flow mapping, sentiment analysis, and exploratory clustering of emotional profiles. The findings show that the peri-urban condition selectively expands access to services, infrastructure, mobility, and direct marketing, without leading to institutional recognition of the settlement's specific characteristics. In agrarian policy, the state formally recognizes and regulates the territory but fails to consolidate the material and political conditions required for permanence. In agricultural policy, it operates through selective and standardized instruments that shift onto families the costs of the disconnect between credit, technical assistance, infrastructure, and markets. In universal social policy, access depends on partial arrangements linked to urban proximity. At the socio-productive level, agroecosystems are organized through a multifunctional logic centered on agroforestry home gardens, living fences, animal husbandry, self-provisioning, and informal marketing, revealing relative autonomy alongside partial dependence on external inputs. At the subjective level, sadness and fear are associated with pluriactivity, rural aging, climate instability, and fragile cooperative structures, while confidence and joy are linked to intergenerational succession, access to schooling, animal husbandry, secure housing, and financial stability. The dissertation concludes that the peri-urban condition shapes permanence in contradictory ways: it expands opportunities for social reproduction, mobility, and family continuity, while intensifying pressure on land use, rising land values, land commodification, and the limits of productive autonomy, thereby exposing the inadequacy of public policies designed around a rigid rural–urban divide.

1. INTRODUÇÃO

Enquanto terras de cultivo e pastagem ocupam cerca de 36% do uso do solo, as áreas urbanas correspondem a menos de 3% da área total da terra (FAO, 2021). Ainda assim, os efeitos da urbanização, somados às mudanças climáticas (IPCC, 2021), configuram desafios globais. No Brasil, a urbanização consolidou-se por um processo desordenado e excludente, com a terra tratada como ativo financeiro (Alfonsin & Lanfredi, 2021). A urbanização acelerada intensifica desigualdades sociais, agravando pobreza e desemprego, especialmente nas periferias. Os altos custos com moradia constituem um dos principais obstáculos à sobrevivência das famílias de baixa renda, somado à pressão da lógica de consumo sobre a alimentação, que reconfigura as práticas alimentares e aprofunda disputas no orçamento doméstico (Batitucci et al., 2019; Cunha & Cardoso, 2022; Bittencourt et al., 2021).

Enraizada na formação agrária brasileira, a fome não é produto de escassez natural, sendo resultado histórico de um projeto de desenvolvimento político e econômico excludente, associado à colonização agroexportadora, à monocultura e ao latifúndio (Castro, 1946). A modernização conservadora do campo intensificou a migração, articulando questões agrárias e urbanas na reprodução das desigualdades e urbanização precária (Martins, 1981). Ao territorializar o capital e sustentar a concentração fundiária e a financeirização da terra, o Estado reforça a exclusão do acesso à terra, moradia e alimento, como expressão de um modelo de desenvolvimento contraditório (Oliveira, 2007). Em 2024, estimou-se que 673 milhões de pessoas (8,2% da população mundial) enfrentaram a fome e 2,6 bilhões não conseguiram arcar com uma dieta saudável (FAO, 2024), evidenciando a persistência de barreiras estruturais de acesso e qualidade da alimentação (FAO, 2025). No Brasil, em 2024, 24,2% dos domicílios estavam em algum grau de insegurança alimentar (IBGE, 2025).

Para populações de baixa renda, a moradia informal pode ser a única opção viável para viver perto do trabalho (Saiz et al, 2022). Inserida como direito fundamental social constitucional (EC nº 26/2000), o direito à moradia envolve o

acesso a um lar, com segurança, dignidade e saúde física e mental (Zague & Versola, 2014).

Nessa perspectiva, há uma permanente luta para a garantia do direito das populações crescentes, envolvendo moradia, transporte, sistemas de energia elétrica e outras infraestruturas, além de serviços básicos como acesso à educação e saúde (Zague & Versola, 2014; Zhang, 2016). Nas últimas décadas, a industrialização e a urbanização reconfiguraram os padrões de distribuição espacial da ocupação humana, ocasionado pelo êxodo rural, e aprofundando a interdependência entre campo e cidade.

Diante de um cenário de desigualdade, a articulação entre o espaço urbano e o rural vem se acentuando, gerando novos debates acerca das formas de assentamentos humanos. Surgem novas geografias de “cidades” que perpassam uma rede interligada de infraestruturas, pessoas, recursos, energia e racionalidades cotidianas (Roy, 2009). A dimensão física da urbanização e seus desafios socioecológicos emergiram o debate acerca das relações entre o rural e o urbano (Hoffman et al., 2023). Possuem sistemas socioecológicos e arranjos sociais próprios que caracterizam as periferias das cidades, bem como regiões metropolitanas (Brenner & Katisikis, 2020). A dispersão urbana em suas bordas, fundindo a interface rural-urbana, configura uma heterogênea estrutura de mosaicos composta por unidades espaciais com múltiplas funções, envolvendo atividades agrícolas e não agrícolas (Hofman et al., 2021).

Diante disso, a transição do século XX destacou-se pelo aumento de estudos voltados ao planejamento espacial urbano, negligenciando as áreas rurais (Hoffman et al., 2023). Apesar disso, as diversas atribuições do papel do campo e a multiplicidade das agriculturas expressam novas formas de reprodução social, reconfiguradas pela interrelação entre campo e cidade (Abramovay, 2000; Schneider, 2003). Nesse debate, o território aparece como espaço em disputa e de recriação de novas ruralidades tensionadas pela reprodução do capital no espaço agrário (Oliveira, 2007; Fernandes, 2008).

Neste trabalho, o termo espaço é utilizado em sentido amplo, para designar a dimensão material e relacional em que se produzem as interações entre campo e cidade. Já território, é empregado quando essa espacialidade é compreendida a partir das relações de poder, das disputas por uso, controle e permanência, no que se refere à ação do Estado, à apropriação da terra e à

reprodução social das famílias assentadas (Lefebvre, 2012). Nessa perspectiva, os assentamentos periurbanos são compreendidos, neste estudo como espacialidades de interface entre campo e cidade, nas quais se articulam moradia e produção sob condições marcadas pela proximidade com a malha urbana, pela pressão da expansão urbana e da valorização da terra, além da dependência de fluxos, serviços e infraestruturas urbanas.

No contexto rural, a concentração fundiária na América Latina tem raízes históricas profundas, herdadas da colonização e de sistemas de exploração que favoreceram elites agrárias e corporativas, perpetuando cenários de conflito e exclusão social (Eslava & Caicedo, 2023). Com um coeficiente de Gini de 0,85, a região é considerada a mais desigual do mundo em termos de acesso à terra (Oxfam, 2016).

Nesse sentido, os assentamentos periurbanos, como espaços de moradia e cultivo, emergem como alternativa para o alcance da dignidade habitacional e inclusão social de grupos vulneráveis (Pradhan et al., 2024; Cunha & Cardoso, 2022). Por estarem fora dos circuitos especulativos, esses espaços oferecem menor poluição, mais segurança e acesso direto à alimentação, promovendo saúde e bem-estar (Drescher et al., 2021).

Embora os assentamentos periurbanos se apresentem como uma estratégia para a transformação social, ocupar esses territórios fronteiriços exige o enfrentamento de obstáculos como a criação e acesso a políticas públicas que atendam às demandas reais desses territórios (Furtado, 2011). A simples posse da terra, sem políticas públicas estruturantes, não assegura a permanência das famílias no campo. A reforma agrária precisa ir além da redistribuição fundiária e considerar a complexidade do trabalho agrícola e as condições reais de vida (Souza, 2007).

Essa interação entre pessoas e espaço é intermediada por fatores como a regularização fundiária estatal, organização espacial, tamanho da área, número de famílias, presença e acesso aos bens da natureza, oscilações e acesso a créditos, assistência técnica, envelhecimento das famílias e êxodo da juventude, políticas de financiamento e créditos, tecnologias e infraestrutura, bem como distância dos centros urbanos e aproximação com o mercado local (Goldfarb, 2007; Da Silva, 2013; Novaes Pires, 2021).

Portanto, a Reforma Agrária não se limita à alocação de famílias, exigindo a requalificação de um espaço em disputa, considerando que os desafios perpassam os debates sobre a questão agrária, urbana e ambiental (Silva, 2013), devendo abarcar um conjunto de medidas que garantam a promoção do trabalho, moradia e melhoria das condições de vida (Souza, 2007). Essa nova dialética entre o urbano e o rural requer uma redefinição da relação entre ambos, sujeitas à superação dualística, sendo necessário capturar reconfigurações socioespaciais (Hofman et al., 2023).

Diante dos efeitos da urbanização acelerada, da concentração agrária e da valorização do mercado de terras, os assentamentos periurbanos constituem territórios marcados por contradições específicas, que não podem ser compreendidas apenas a partir da dicotomia convencional entre o rural e urbano. A proximidade com a cidade reconfigura as condições de acesso à terra, moradia, infraestrutura, serviços e meios de reprodução social, em meio a disputas pelo uso do solo e a pressões sobre a permanência das famílias. Nessa zona de tensão, a ação estatal pode se materializar de forma desigual e fragmentada, revelando os limites das políticas públicas que não reconhecem as especificidades dos assentamentos periurbanos, sobretudo, em condições de gestão estadual.

Nesse contexto, esta pesquisa busca responder como a condição periurbana, atravessada por presenças, ausências e mediações do Estado, conforma a reprodução social e condições de permanência das famílias no Assentamento Araras IV.

Assim, esta dissertação tem como objetivos: i) compreender como as famílias percebem as presenças e ausências do Estado na execução das políticas agrárias, agrícolas e sociais universais no território; ii) investigar a dinâmica socioproductiva dos agroecossistemas familiares; iii) compreender as percepções e emoções das famílias em relação às formas de reprodução social no assentamento. A estrutura deste trabalho está organizada em três seções analíticas, além dessa, que apresenta o contexto geral, o marco teórico da pesquisa, a inserção territorial da área de estudo e os procedimentos gerais da pesquisa.

A segunda seção contextualiza e analisa a percepção sobre a materialização das ações estatais no território. Traz três aspectos centrais: (i) as

características socioculturais das famílias entrevistadas; (ii) os marcos jurídico-administrativos das políticas que deveriam se materializar no assentamento; (iii) as expressões territoriais das presenças, ausências e mediações do Estado nas políticas agrárias, agrícolas e sociais universais, tal como percebidas pelas famílias assentadas. Essa etapa baseia-se em 15 entrevistas familiares e um grupo focal.

A terceira seção analisa os agroecossistemas familiares do assentamento, buscando compreender quatro aspectos centrais: (i) o uso e ocupação do solo do assentamento; (ii) os cultivos agrícolas nos agroecossistemas familiares; (iii) a criação de animais nos agroecossistemas familiares; (iv) as relações estabelecidas entre os subsistemas agrícolas, os tipos de produtos gerados e insumos utilizados, bem como os destinos dessa produção. Para essa etapa, foram realizadas 15 entrevistas com famílias assentadas e um voo de drone, utilizado para a caracterização espacial e a análise do uso do solo.

A quarta seção volta-se à compreensão das percepções das famílias sobre a reprodução social no território. Especificamente, analisa: (i) as emoções predominantes em relação à vida cotidiana, aos sistemas produtivos e os desafios enfrentados; (ii) a relação entre o perfil socioproductivo das famílias e as emoções manifestadas. Essa etapa baseou-se em 14 entrevistas familiares, uma vez que uma das entrevistas realizadas foi desconsiderada devido às limitações técnicas que comprometeram sua análise, considerando a ferramenta metodológica adotada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: ruralidades em transição e dinâmicas socioprodutivas

O referencial teórico que orienta esta dissertação foi organizado para interpretar um assentamento periurbano como território da Reforma Agrária, atravessado por mediações institucionais que moldam o acesso a direitos e a reprodução da vida no território. Com ênfase nas formas de organização socioprodutiva e nas estratégias de reprodução social, estrutura-se em três eixos em diálogo com os campos da sociologia rural, geografia agrária e agroecologia. Esses eixos orientam a análise da percepção das famílias e de como a ação estatal se traduz na dinâmica dos agroecossistemas familiares.

No primeiro eixo, discute-se a Reforma Agrária como política pública contraditória, examinando a distância entre norma e experiência, tipologia das políticas que sustentam a reprodução da vida nos assentamentos, e as formas de atuação estatal que reorientam a efetivação percebida no cotidiano.

No segundo eixo, situam-se os assentamentos periurbanos como configuração de interface campo-cidade, marcado por disputas de uso do solo, pressões urbanas e rearranjos institucionais que condicionam a consolidação dos territórios de reforma agrária.

O terceiro eixo teórico focaliza os agroecossistemas como unidade analítica. A partir de uma abordagem sistêmica e socioecológica, discute-se a organização interna desses sistemas, suas dinâmicas socio metabólicas, os subsistemas que os compõem e as interações com o suprassistema, formado por políticas públicas, mercados e instituições. Tal perspectiva permite compreender os processos de produção e reprodução nos assentamentos a partir de seus fundamentos ecológicos e socioterritoriais.

2.1. Reforma Agrária, Estado e Território: a política pública como processo contraditório

No Brasil, a Reforma Agrária constitui uma política pública historicamente densa, forjada no seio de permanentes conflitos sociais e territoriais. Indissociável da formação do Estado e da nação, configura-se como um campo de disputa no qual diferentes projetos de sociedade se confrontam (Coelho & Freitas, 2021). Sua efetividade, portanto, exige reconhecer o papel contraditório

do Estado, que atua simultaneamente como agente promotor de direitos e como reproduzidor de desigualdades estruturais, o que contribui para que a Reforma Agrária seja frequentemente conduzida como resposta política a conflitos pontuais, mais do que como política ampla e articulada às demais dimensões estruturantes do Estado (Coelho & Freitas, 2021; Oliveira, 2011). Nessa arena, as correlações de forças entre Estado, movimentos sociais e interesses econômicos moldam os sentidos e os limites da política, tornando sua implementação um processo disputado em um Estado historicamente atravessado pela centralidade política da grande propriedade fundiária (Oliveira, 2011).

Esse padrão estrutural pode ser compreendido a partir de uma longa trajetória jurídica e institucional. As bases das desigualdades no campo brasileiro, ao impedir o acesso à terra por pessoas escravizadas, camponeses e trabalhadores sem-terra inicia-se nas capitanias hereditárias, no século XVI, continuado pelo regime de sesmarias, que institucionalizou o latifúndio, seguido pela Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601), que mercantilizou o acesso à terra, até o Estatuto da Terra, elaborado no contexto do regime militar, concebido como instrumento de modernização conservadora do desenvolvimento rural (Martins, 1981; Zeneratti, 2021).

Essa trajetória é parcialmente reconfigurada com a Constituição de 1988, na qual a função social da terra foi institucionalizada, ainda que sem romper com as bases estruturais da concentração fundiária. Conforme o artigo 186, esse dispositivo prevê a reestruturação fundiária com o aproveitamento racional da produção e dos bens comuns da natureza, bem como a regulação das relações de trabalho (Brasil, 1988). No entanto, sua aplicação tem sido limitada e pontual, sem constituir uma política estruturante capaz de romper com o modelo histórico de exclusão (Horstink et al, 2024), como demonstram os dados do Atlas Rural Brasileiro (IBGE, 2011).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados no Censo Agropecuário de 2017, a concentração agrária só tem se acentuado no Brasil. Embora tenham sido destinadas 9.374 áreas destinadas à reforma agrária e assentadas mais de 972 mil famílias (Incrá, 2020), a concentração de terras ainda é uma realidade, com menos de 20% (18,6%) dos estabelecimentos rurais sendo detentores de 81,8% da área agrícola total do

país. Segundo o Censo, estabelecimentos com menos de 50 hectares representavam então 81,4% da quantidade total, mas ocupavam apenas 12,8% da área (IBGE, 2017).

Neste cenário, a atuação contraditória do Estado materializa-se na criação de instituições voltadas à execução da Reforma Agrária (Coelho & Freitas, 2021; Oliveira, 2011), como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (Brasil, 1970) e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) (São Paulo, 1999), responsáveis por processos de desapropriação de terras e implantação de assentamentos. Por outro lado, essa atuação é atravessada por burocracias paralisantes, práticas repressivas e alinhamentos frequentes com os interesses do agronegócio (Martins, 1981; Oliveira, 2011; Coelho & Freitas, 2021). No Estado de São Paulo, essa ambivalência se agrava pela coexistência de lógicas institucionais distintas entre projetos federais e projetos estaduais (PE), com instrumentos próprios de gestão fundiária e regulação do uso da terra.

Essa diferenciação institucional reflete nos mais de vinte tipos de assentamentos no Brasil, sendo os Projetos de assentamento (PA) e os Projetos Estaduais (PE) os mais expressivos (Estevan Coca, 2013). Essas diferentes modalidades de assentamentos expressam projetos distintos de reforma agrária, definidos por disputas entre Estado, movimentos sociais e interesses do capital, variando conforme o órgão executor e o contexto territorial (Estevan Coca, 2013; Carvalho, 2013).

A coexistência de modelos de assentamento tende a produzir conflitos e sobreposição de competências entre INCRA e ITESP, incidindo sobre a condução da política e a assistência técnica (Carvalho, 2013). No plano produtivo, confrontam-se a orientação federal à diversificação e produção de alimentos e a mediação estadual por parcerias agroindustriais, formalizadas pela Portaria ITESP nº 77/2004, que regulamenta culturas agroindustriais e sustenta contratos de fornecimento de insumos e garantia de compra de safra, em contexto de concentração canavieira (Itesp, 2004).

A permanência e entrada no lote também são mediadas por regulação ambivalente. A Portaria ITESP nº 50/2004 disciplina a desistência com ressarcimento das benfeitorias, atendendo situações de vulnerabilidade, mas introduzindo uma via de monetização que tende a favorecer beneficiários com

maior capacidade financeira (Carvalho, 2013). Esses dispositivos configuram disputas entre projetos associados ao agronegócio e projetos ancorados em agroecologia e sustentabilidade, com tensões jurídico-administrativas adicionais na controvérsia sobre a “federalização” e a dominialidade dos hortos (Carvalho, 2012). Nesse sentido, a atuação da Fundação Itesp não se restringe à execução administrativa da política agrária, integrando a própria mediação contraditória, no qual o Estado organiza, regula e condiciona as formas de uso da terra e de permanência das famílias assentadas (Barone & Ferrante, 2012).

Assim, o Estado vem se configurando como formulador de uma doutrina própria de reforma agrária, frequentemente em tensão com as pautas de movimentos, buscando gerir a questão agrária a partir das agendas políticas e correlações de forças vigentes (Martins, 2011).

Além disso, a efetivação da Reforma Agrária não se esgota na transferência do uso da terra, dependendo da articulação de um complexo de políticas públicas que não se reduzem a uma política assistencialista de distribuição de terras, se reconfigurando como disputa pela reprodução da vida na terra (Alentejano, 2003). Políticas de saúde, educação, saneamento básico, transporte, infraestruturas, crédito, assistência técnica, mercados institucionais compõem dimensões decisivas de efetivação e permanência, influenciadas por desigualdades de acesso e capacidades estatais que se diferenciam de acordo com o território (Alentejano, 2003; Fernandes, 2008; Fioravanti, 2017; Coelho & Freitas, 2021).

A compreensão da efetividade das políticas públicas requer o reconhecimento de que elas não operam em uma única dimensão temporal, existindo uma defasagem entre norma e prática, associada a uma lentidão institucional e às mediações que reorientam e política em sua execução (Martins, 2011). São moldadas por distintas temporalidades, cujos efeitos se manifestam de forma desigual no território quando se consideram os ritmos de produção normativa e os tempos de efetivação no território. Assim, o êxito ou fracasso de um assentamento pode ser interpretado como indicador da capacidade do Estado de territorializar os marcos jurídicos que formula, convertendo a terra ora em base de reprodução social, ora em expressão dos limites da política (Alentejano, 2003; Zeneratti, 2021).

2.2. Políticas públicas: da promessa estatal à percepção social

Em busca da compreensão sobre a efetiva capacidade da promulgação de leis e programas em transformar a realidade social, este estudo parte da dissonância entre a existência formal de políticas públicas e a experiência concreta vivida pelas famílias do assentamento (Ayuro, 2012; Howlett & Goetz, 2014). Tal dissonância expressa o descompasso entre aquilo que o Estado formula e declara no plano normativo e o modo como suas ações são percebidas, apropriadas ou negadas no cotidiano dos territórios.

As políticas públicas configuram-se como arranjos institucionais complexos, operados por meio de regras formais, agentes estatais, orçamentos e rotinas burocráticas (Howlett & Goetz, 2014). Embora concebidas para assegurar a uniformidade, previsibilidade e legalidade das ações do Estado, essas engrenagens institucionais, frequentemente, se traduzem em uma máquina lenta e fragmentada, cujos ritmos de funcionamento mostram-se desalinhados das necessidades urgentes da população, produzindo atrasos, interrupções e incertezas no acesso aos direitos (Ayuro, 2012; IPEA, 2013).

Para captar esta dissonância, este estudo parte da distinção entre dois ritmos que atravessam as políticas de Reforma Agrária: o marco jurídico-administrativo e os marcos sociais. No caso do marco jurídico-administrativo, refere-se ao conjunto de leis, decretos, normas, programas e procedimentos que formalizam a ação estatal, bem como aos ritmos institucionais de sua formulação execução, condicionados por agendas políticas, fluxos orçamentários e arranjos burocráticos (Howlett & Goetz, 2014). Já o marco social, diz respeito à experiência vivida pelas famílias assentadas, ilustrada por expectativas, esperas prolongadas, frustrações e estratégias cotidianas diante da ausência, descontinuidade ou mediação das políticas públicas no território (Ayuro, 2012). Diante desses planos distintos, as narrativas e percepções dos assentados são elementares centrais para a compreensão da “efetivação percebida” do Estado, revelando como os marcos jurídicos-administrativos se traduzem em condições concretas ou em obstáculos à reprodução social no território (Ayuro, 2012).

Compreender a efetividade das políticas públicas requer reconhecer a interdependência estrutural e os efeitos que a presença, ausência ou mediação de determinadas políticas refletem sobre o território. Nesse sentido, esse estudo organiza sua análise a partir das políticas sociais universais, agrárias

(estruturantes) e agrícolas (produtivas), entendidas como dimensões complementares e condicionadas da atuação estatal.

2.3. Tipologia das políticas na reforma agrária: reprodução social, base territorial e produção

Partindo da compreensão de que a Reforma Agrária ultrapassa a conquista da terra, continuada nas lutas pelas condições de reprodução da vida nos assentamentos (Fernandes, 2008; Fioravanti, 2017; Coelho & Freitas, 2021), este estudo adota uma tipologia analítica das políticas públicas que incidem sobre esses territórios, organizadas em: políticas sociais universais, políticas agrárias (estruturantes) e políticas agrícolas (produtivas).

No caso das políticas sociais universais, correspondem a garantias constitucionais formalmente asseguradas a todos os cidadãos, frequentemente mediada por órgãos municipais, em articulação com as esferas estadual e federal (Alentejano, 2003; Delgado, 2012). Embora tenham caráter universal, sua efetivação apresenta variações significativas conforme as agendas políticas, capacidades administrativas e prioridades locais. Podem revelar inadequações estruturais, nas quais a universalidade formal não se traduz em acesso equitativo. Ainda que fundamentais para a sobrevivência e proteção social das famílias, não substituem ações voltadas à autonomia econômica e produtiva (Alentejano, 2003; Sabourin, 2014).

As políticas agrárias, aqui compreendidas como estruturantes, configuram condições fundamentais para a efetivação das demais políticas no território. Referem-se àquelas voltadas à base territorial e material indispensável para a existência e consolidação dos assentamentos. Incluem os processos de regularização fundiária, construção de habitação rural, acesso às infraestruturas básicas que garantem a reprodução da vida, como abastecimento de água, energia elétrica, estradas vicinais e saneamento (Fioravanti, 2017). A ausência ou precariedade dessas políticas resulta na constituição de territórios formalmente instituídos, mas socialmente incompletos, limitando as possibilidades de qualidade de vida, produção agrícola, e conseqüentemente, permanência das famílias na terra (Fernandes 2003; Fernandes, 2008).

Já as políticas agrícolas, entendidas como produtivas, correspondem aos instrumentos voltados à produção, ao crédito rural, à assistência técnica e à

inserção em mercados, como os programas de comercialização institucional. Sua efetividade depende estruturalmente da materialização das políticas sociais universais e agrárias estruturantes, podendo ser comprometida quando desarticulada com a lógica de reprodução social local (Sabourin, 2014; Grisa & Scheneider, 2015; Coelho & Freitas, 2021). A tentativa de viabilizar os trabalhos na terra em territórios marcados pela ausência, precariedade ou inadequação das políticas estruturantes tende a gerar indicadores produtivistas deslocados das realidades e estratégias de vida das famílias assentadas.

A configuração das múltiplas possibilidades e espaços de vida e trabalho das famílias assentadas é influenciada pelas manifestações ou omissões do Estado no território, responsável pela associação ou isolamento entre as políticas sociais universais, agrárias e agrícolas.

2.4. Presença, ausência e mediação: formas de atuação do Estado no território

Para compreender como as relações com o poder público, suas articulações e formas de atuação do Estado definem a experiência cotidiana das famílias assentadas, esse estudo adota como lente analítica as dimensões de presença, ausência e mediação da ação estatal.

O pressuposto da efetivação percebida das políticas públicas, entendida como a forma pela qual os sujeitos experienciam, interpretam e avaliam a ação estatal. Possibilitam apreender a efetividade das políticas na perspectiva da população do território (Soss, Fording & Schram, 2011). Enquanto as categorias temáticas (políticas sociais universais, agrárias e agrícolas) constituem a base organizadora da análise, dentro de cada categoria foram mobilizadas três dimensões interpretativas: presença, ausência e mediação.

A presença do Estado refere-se à visibilidade institucional expressa por meio de obras, serviços, procedimentos administrativos ou pela atuação direta de agentes públicos no território. Embora possa facilitar a garantia de direitos, também pode assumir formas hierárquicas e fiscalizatórias (Scott, 1998).

Já a ausência estatal, resultado de decisões que perpetuam a precariedade, pode ser compreendida como uma forma ativa de ação política que regula as relações sociais e econômicas em consonância com interesses dominantes. Dessa forma, a ausência expressa-se nas lacunas percebidas,

associadas à falta de respostas institucionais, interrupções ou obstáculos burocráticos ao acesso a direitos (Trouillot, 2001)

O acesso às políticas públicas é raramente direto, sendo crucial a atuação de mediadores como organizações sociais, sindicatos ou técnicos para navegar no labirinto burocrático, podendo revelar o potencial, as fragilidades e contradições da cidadania no campo. Assim, a mediação foi compreendida como a atuação de agentes e instituições que intercedem no acesso às políticas, evidenciada por referências a nomes, procedimentos, práticas de negociação e canais de acesso (Sabourin, 2009).

Esse conjunto de atuações estatais define a natureza do poder do Estado no território. Configura a experiência cotidiana das famílias assentadas, delimitando os limites e possibilidades de reprodução da vida nos assentamentos de Reforma Agrária.

As disputas pelo acesso à terra são travadas de diversas formas, a depender dos contextos regionais e locais, resultando em uma pluralidade de formatos de assentamentos rurais (Da Silva, 2013). Ordenados em diferentes arranjos institucionais, os modelos de reforma agrária variam, desde assentamentos destinados às comunidades camponesas tradicionais até áreas próximas aos centros urbanos (Incra, 2020).

2.5. Assentamentos rurais periurbanos: intersecções entre campo e cidade

Os assentamentos rurais localizados em áreas periurbanas representam uma configuração territorial singular, marcada por sobreposições entre rural e urbano, disputas históricas por terra e novas formas de ocupação e produção. Este subtópico discute a gênese desses assentamentos no Brasil, sua diversidade territorial e os desafios que emergem em contextos de transição socioespacial.

A luta por áreas próximas aos centros urbanos (em áreas periurbanas) surgiu em meados de 2000, frente aos debates que vinculavam a precariedade das condições de vida associadas às questões ambientais no meio urbano (Melo et al., 2020). Em um momento em que a população se encontra majoritariamente vinculada às cidades, as questões agrárias e urbanas foram integradas. O enfrentamento à precariedade das contradições urbanas e a luta

pelo acesso à terra em espaços limites da cidade configuraram um novo debate sobre a reforma agrária (Goldfarb, 2011).

Situados na zona de transição entre o urbano e o rural, assentamentos periurbanos emergiram em um contexto estratégico, pois sua localização favorece o acesso à terra para populações socialmente excluídas, e aproxima a produção de alimentos dos centros consumidores, facilitando a logística e reduzindo custos (Melo et al., 202).

Apesar disso, até 2017 os assentamentos periurbanos encontravam restrições no marco federal, uma vez que os parâmetros fundiários vigentes inviabilizavam a constituição de lotes reduzidos. Nesse quadro, assentamentos com lotes inferiores a 2 módulos fiscais não eram reconhecidos pela política federal, limitando sua institucionalização e acesso aos instrumentos estatais. Em 2017, a Portaria INCRA nº 414/2017 instituiu o Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS) como modalidade voltada a trabalhadores rurais sem-terra residentes nas periferias de centros urbanos, prevendo arranjos de gestão descentralizada, com órgãos estaduais e municipais para viabilizar acesso a políticas públicas e infraestrutura. A norma também estabelece que os lotes a serem distribuídos não poderão ter área superior a 2 (dois) módulos fiscais ou inferior à fração mínima de parcelamento (Inkra, 2017). Embora o texto normativo não empregue a categoria periurbano, permite interpretá-la como resposta normativa às configurações em que a reforma agrária se articula ao entorno urbano.

Ainda que essa portaria avance na institucionalização de assentamentos articulados ao entorno urbano, a ausência de uma definição de periurbano no marco normativo exige retomar as distinções historicamente construídas. Até meados do século anterior, as definições entre o meio rural e urbano estavam pautadas em uma dicotomia acentuada pelos limites físicos. O meio rural era entendido como um meio de produção das exigências alimentares da cidade, identificado pelo uso e ocupação do solo, e abastecimento das cidades com seus recursos naturais (Prudente, 2017).

Nos assentamentos próximos aos centros urbanos, essa ruralidade assume configurações heterogêneas nas quais a qualidade ambiental, paisagística, residencial, e de lazer se articula com bases culturais singulares, rompendo com papéis tradicionalmente atribuídos a esses dois universos,

deslocando a compreensão para além da dicotomia urbano-rural (Favareto, 2007; Da Silva, 2013). Essas reconfigurações incidem sobre as estratégias de reprodução social e produtiva, de modo que a agricultura camponesa e familiar não se submete integralmente à lógica mercantil, operando com graus diferenciados de mercantilização do trabalho, da produção, dos insumos e reprodução social, em processos seletivos, reversíveis, continuamente negociados conforme suas estratégias territoriais e condições estruturais (Van der Ploeg, 2008). Essa plasticidade sustenta a autonomia, entendidas como capacidade de construir e manter uma base de recursos sob maior controle familiar e de regular dependência frente a mercados e atores externos, sem equivaler ao isolamento econômico (Van der Ploeg, 2008). Nessa inserção heterogênea, persistem práticas não mercantis e socialmente mediadas, como o autoconsumo e a reciprocidade, que compõem circuitos próprios de sustentação da vida (Schneider, 2003), e dialogam com uma racionalidade da unidade camponesa, cuja tomada de decisão se orienta pelo equilíbrio entre necessidades de reprodução do domicílio e disponibilidade de trabalho familiar, definindo prioridades produtivas, ritmos de trabalho e combinações de atividades (Chayanov, 1966).

No campo agroecológico, a autonomia se expressa no fortalecimento de processos internos do agroecossistemas, por trajetórias que reduzem a necessidade de insumos comprados, substituem dependências por processos biológicos e reconfiguram o desenho dos sistemas, ampliando ciclos internos, integração entre subsistemas e diversidade funcional (Altieri, 1995; Gliessman et al., 2003).

Nesse contexto, a pluriatividade emerge como expressão dessa integração campo–cidade e do alargamento social da luta pela terra (Goldfarb, 2011), articulando rendas e ocupações agrícolas e não agrícolas vinculadas simultaneamente ao rural e ao urbano (Da Silva, 2013). Nessa perspectiva, a unidade familiar se organiza para além da produção estritamente agrícola, combinando trabalho dentro e fora do estabelecimento e assumindo novos papéis econômicos do rural (Wanderley, 2000; Schneider, 2003).

Nessa lógica, o periurbano pode ser abordado como um complexo territorial de borda, caracterizado pela interface rural-urbana (González Maraschio et al, 2012), com usos do solo heterogêneos (Barsky, 2005). O

conceito de “periurbano” integra o sentido físico (transformação no uso do solo, morfologia, infraestrutura, etc.) aos fluxos humanos, sob uma perspectiva social e econômica (Puig, 2016), afetados mutuamente por políticas e instituições do campo e da cidade (Allen, 2003).

A distribuição espacial das residências (Sun, Hong & Ren, 2022), padrões espaciais de evolução (Shi, Zhang & Gong, 2022) e a consolidação dos assentamentos (Qu et al., 2019) têm recebido relevância científica devido aos diferentes mecanismos de funcionamento. Seus impactos socioeconômicos e políticos são direcionados por fatores de transformação como a seleção de locais, otimização da configuração espacial, paisagem e proteção ecológica do ambiente (Huang, Song & Song, 2020; Li, Zhang & Guo, 2021). Variam de acordo com sua formação, localização, função e tipos de uso do solo (Song & Deng, 2017), bem como a influência dos fatores culturais socioeconômicos (Song & Pijanowski, 2014).

A posição estratégica na interface urbano-rural funde os potenciais da garantia de espaços para moradia, promoção da segurança e soberania alimentar e geração de renda (Feito & Barsky, 2020) segurança econômica e mantenedora dos processos de conservação e domesticação de espécies (Figueiredo et al., 2023). Além disso, pode facilitar a logística (Goldfarb, 2011; Matheus, 2017), reduzir a pressão hídrica, elevar a qualidade e uso do solo, e recuperar aspectos ambientais (Caporal & Costabeber, 2006), transformando paisagens rurais e urbanas (Duval et al., 2008). Esses aspectos geográficos podem garantir a consolidação de modos de produção sustentáveis em sua integralidade, com o potencial de reduzir os gastos energéticos (pelas distâncias curtas de transporte de produtos), otimizando os aspectos ecológicos (Feito, 2017).

Invisíveis no âmbito das políticas públicas, os perímetros urbanos vêm sendo tratados com estoque de terras para a urbanização (Travassos & Portes, 2018), inserindo os assentamentos periurbanos em dinâmicas específicas de valorização, disputa entre usos do solo, tensionando sua função social. Expressa no paradoxo da adjacência, situados entre monoculturas extensivas e tecidos urbanos precários, tornam recorrente a pressão pela conversão do uso agrário em uso urbano e pela reconfiguração da terra como ativo imobiliário (Marques, De Lucas & Gaspari, 2014). Nesse horizonte, as políticas de titulação podem

reforçar a mercantilização ao reconfigurar os lotes como ativo financeiro, ampliando a inserção da terra de reforma agrária no mercado fundiário e a vulnerabilidade das famílias às forças do agronegócio e do capital (Silva & Moraes, 2024; Mendes & Souza, 2025).

Enquanto a questão agrária é elementar no debate sobre assentamentos periurbanos, não é central no campo da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), mobilizada aqui para situar o potencial multifuncional das relações entre esses territórios e os sistemas alimentares locais (Puig, 2016; FAO, 2023; Curan & Marques, 2021; Nagib & Nakamura, 2020; Marchetti et al., 2024).

O dilema alimentar está no cerne do debate sobre a AUP, imbricados com os desafios ambientais, econômicos, sociais e de saúde pública (Guiraud et al., 2014). No Brasil, a AUP foi integrada pela primeira vez em 2004, em uma proposta de política pública na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CNSAN (Brasil, 2004). Entre as definições da AUP, destaca-se seu caráter multifuncional (Nahmias & Le Caro, 2012), integrados entre os sistemas econômico e ecológico urbano (Mougeot, 2000; Santandrey & Lovo, 2007), relacionados com a autossuficiência alimentar (Pessoa et al., 2006; Neves et al., 2010). Ocupa majoritariamente espaços de pequena dimensão, geralmente na periferia das cidades sendo fonte de alimentos perecíveis, como legumes e verduras (FAO, 2010). Próxima aos consumidores, engloba práticas agrícolas e criação de animais no espaço urbano, reaproveitamento de resíduos orgânicos e de água para irrigação (Resources Centres on Urban Agriculture & Food Security Foundation, 2018).

A multifuncionalidade da AUP pode ser organizada em quatro dimensões: sociocultural, ecológica, econômica (Curan & Marques, 2021) e da paisagem (Puig, 2016).

O potencial sociocultural da agricultura periurbana envolve aspectos da garantia de moradia, combate à fome, alcance da segurança e soberania alimentar (Nagib & Nakamura, 2020; FAO, 2023), promoção de espaços de recreação (Spyra et al., 2020), valorização do patrimônio cultural e relações sociais (Curan & Marques, 2021). A dimensão ecológica está na capacidade de mitigar efeitos das mudanças climáticas, conservar a biodiversidade, recursos naturais, aumentar a eficiência na ciclagem de nutrientes, reduzir gastos energéticos com transporte (Curan & Marques, 2021), conservar e recuperar

solos agrícolas, complexificar o ecossistema urbano com fluxos biológicos, regular o ciclo da água (Puig, 2016), bem como purificar o ar (Spyra et al., 2020). A aptidão econômica se expressa na possibilidade de redução da pobreza, geração de empregos e renda (FAO, 2023), redução da dependência do mercado mundial de alimentos, diversificação das atividades econômicas (Curan & Marques, 2021; Nagib & Nakamura, 2020) e redistribuição da mais-valia urbana entre centro e periferia (Puig, 2016). O aspecto da paisagem se dá pela melhoria da conectividade paisagística (Marchetti et al., 2024), integrando áreas urbanizadas aos espaços abertos (Puig, 2016).

Nesse contexto de território da reforma agrária na interface rural urbana, a associação entre as mediações institucionais, conflitos agrários e produção de alimentos cultivados se materializam no desenho e manejo dos agroecossistemas familiares.

2.6. Agroecossistemas: organização socioprodutiva das unidades familiares

Compreender os agroecossistemas enquanto unidades de análise implica reconhecer a complexidade de suas dimensões técnicas, ecológicas, socioprodutivas e territoriais. Este subtópico discute a estrutura e o funcionamento dos agroecossistemas familiares, enfatizando o papel do núcleo familiar como agente central na gestão de subsistemas produtivos e na mediação com o suprassistema. A partir de uma abordagem sistêmica e socioecológica, explora-se a dinâmica dos fluxos de matéria, energia e trabalho, bem como sua expressão na paisagem e nos modos de vida camponeses.

Os sistemas podem ser compreendidos por um arranjo de componentes físicos relacionados. Atuam como unidade, resultando em uma estrutura e função específicas. Um sistema tem uma estrutura configurada pelo arranjo de seus integrantes, são abertos e interagem com as entradas e saídas da unidade. São limitados pelo tipo de interação entre seus componentes e o nível de controle sobre as entradas e saídas (Hart, 1985, p.2).

Um sistema ecológico é delimitado pelos níveis de organização da biologia, abarcando populações, organismos e comunidades. Em um ecossistema, constituído por elementos bióticos e abióticos, ocorre a interação entre matéria e energia, compondo uma estrutura com função.

Os sistemas agrícolas são um subconjunto de sistemas ecológicos, organizados pela interação entre populações bióticas, um ambiente físico e socioeconômico. Distinguem-se pela intencionalidade humana sobre a interação entre os elementos bióticos e abióticos (Hart, 1985, p.35). Para o estudo agrícola, a região geográfica é definida pela unidade de maior interesse. O desenvolvimento das pesquisas agrícolas deve estudar, ao menos, três níveis que compreendem a unidade de prioridade: o suprassistemas, os agroecossistemas e os subsistemas (Defumier, 1996).

Os suprassistemas, derivados da abordagem sistêmica e operacionalizado na agroecologia para compreender a articulação entre os agroecossistemas e as instâncias de regulação social, econômica e política, são compostos pelos mercados, a comunidade e o estado. Os produtos e serviços gerados pelo trabalho no núcleo familiar se convertem em capital humano, e consequentemente, bens e serviços, representados pelas categorias de mercado socialmente regulados ou convencionais. Dentre as relações de trocas econômicas não monetizadas, como sementes, animais, diárias, entre outras mobilizações de bens materiais e serviços, compõem as relações em comunidade. Já no caso do estado, engloba esferas municipal, estadual e federal diante do processamento de fluxos econômicos através de políticas públicas (Petersen et al., 2017).

Os agroecossistemas são compostos por mosaicos integrados de cultivos agrícolas, animais e áreas florestais, com potencial regulatório de manutenção de fluxos hídricos e mitigação de riscos de inundações (Clément et al., 2017). Se adequam a diferentes escalas geográficas, podendo ser delimitados fisicamente pelo processo de trabalho realizado por um Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema, em uma infraestrutura ecológica (Petersen et al., 2017). Envolve um conjunto de produtores, consumidores e decompositores que contribuem na circulação de materiais e transformações de energia (Zhu et al., 2017). São mediados pelas relações socioeconômicas e culturais (Altieri, 2002; Francis et al., 2003; Gliesseman, 2005). Portanto, o estudo dos agroecossistemas, ou “ambiente agri-culturalmente alterado”, centraliza a ação humana como elemento fundamental à modificação ambiental (Guhur, 2010).

A dinâmica familiar de uma unidade de produção camponesa se transforma constantemente. Varia em função da força de trabalho, demandas de

consumo familiar, cultura familiar, localização, tamanho da área, manejo, qualidade do solo, etc, São a expressão de uma estrutura social diferenciada pela complexidade de fundamentos singulares (Chayanov, 1981).

Compreender um metabolismo agrícola requer a concepção do agroecossistema como uma unidade em que o núcleo familiar materializa a conversão de bens ecológicos e econômicos (Qinghua et al., 2022). Concebido pela economia ecológica, o metabolismo socioecológico é a expressão material dos fluxos de matéria e energia entre as esferas natural – biodiversidade, água, nutrientes, matéria orgânica, etc.-, e social – meios de produção e trabalho humano - (Petersen et al., 2017; Altieri et al., 2024). Assim, a sustentabilidade do agroecossistema se correlaciona com a quantidade e qualidade dos fluxos internos e a troca com a matriz de paisagem e seus respectivos fluxos (Ho, 2013).

Para considerar a paisagem em uma perspectiva sócio-metabólica, parte-se do pressuposto que cada arranjo específico do agroecossistema reflete em uma organização específica da paisagem, configurando-se como um subsistema integrado dentro do sistema mais amplo (Guzman et al., 2011). Assim, o funcionamento dos agroecossistemas ocorre de maneira interconectada, expandindo seus circuitos internos além das áreas de cultivo, englobando também as paisagens ao seu redor (Altieri et al., 2024). Em um complexo integrado de produções, as unidades básicas de gestão econômico-ecológica de um agroecossistema assumem uma rede metabólica retroalimentar. Assim, cada subsistema contribui para a produção e transformação dos demais subsistemas, contribuindo na dinâmica organizativa do agroecossistema (Petersen et al., 2017).

Os subsistemas produtivos são produzidos por diferentes combinações de um sistema de produção, em determinado tempo e espaço, com bens naturais disponíveis em associação, e manipulados de diferentes formas (Defumier, 1996). São unidades básicas de gestão econômico-ecológica de um agroecossistema. Podem ser uma única produção ou um complexo integrado de produções, como um quintal. O mesmo gênero pode ser classificado em subsistemas diferentes, caso os processos de trabalho sejam distintos, como a época de plantio, tipo de manejo, gestão, etc. (Petersen et. al, 2017).

Dentre as possibilidades de subsistemas, as mais expressivas são: subsistema núcleo familiar (de comando) (Petersen et al., 2017; Qinghua et al., 2022); subsistemas de cultivos (anuais, perenes, arbóreas florestais, etc.); de criação; de processamento ou beneficiamento; de atividades anexas ou não agrícolas (Defumier, 1996; Petersen et al., 2017). O componente humano que integra o subsistema núcleo familiar é quem define o funcionamento do agroecossistema (Moonen & Barbieri, 2008; Petersen et al., 2017). As condições e os objetivos da família determinam os processos agrícolas dentro da parcela. São dinamizadas pela associação entre os sistemas econômico, político, ambiental e social (Miguel, 2010).

Os subsistemas de cultivos correspondem ao modo como as diferentes parcelas são cultivadas ao longo de períodos agrícolas. Dentro de uma mesma unidade de produção, são consideradas as combinações entre os fatores de produção e as modalidades técnicas adotadas nos cultivos vegetais (Petersen et al., 2017; Qinghua et al., 2022). Os subsistemas de criação são compreendidos por uma ou mais unidades de gestão do trabalho em sistemas pecuários. Para compreender o funcionamento, são considerados as formas de alimentação, cuidados sanitários, rendimentos ou subprodutos que configuram diferentes itinerários técnicos (Petersen et al., 2017). Os subsistemas de processamento ou beneficiamento podem ser apresentados à medida que a produção primária e sua transformação ocorrem dentro do agroecossistema, a exemplo do processamento de leite, mel e doces (Petersen et al., 2017).

A associação entre o metabolismo socioecológico e o espaço da concretude, onde espaço, tempo e atividades humanas se entrelaçam, molda a espacialidade própria da existência humana (Machado, 2015). O aumento dos mosaicos de culturas e não culturas em paisagens expressam a extensão das transformações no agroecossistema para além do limite geográfico. Influenciados pelas histórias de vida e capacidade de movimento, acarretam em variações espaciais (Altieri et al., 2024). Nesse sentido, a contínua reconfiguração dos espaços reflete a diversidade de comunidades, meios de subsistência, modos de pensar, não se limitando aos aspectos físicos, mas em um processo socioespacial que produz imaginários e diferentes efeitos às pessoas (Lopes, 2023).

À luz desse contexto, é necessário o entendimento da organização espacial e do funcionamento da matriz da paisagem na interação com os agroecossistemas (Altieri et al., 2024). Para tal, a dinâmica sociopolítica e espacial deve ser compreendida dentro da análise de um processo de transformações, abarcando as interações entre as diferentes escalas que integram o relacionamento complexo entre pessoas, infraestruturas e políticas (Monstadt & Coutard, 2019; Urbinatti et al., 2020).

2.7. Da promessa ao cotidiano: chaves de leitura do Araras IV

Em síntese, a Reforma Agrária como política pública historicamente disputada, se explica pelo enunciado normativo junto às correlações de forças que conformam sua condução no interior do Estado e na interface entre movimentos sociais e interesses econômicos (Coelho & Freitas, 2021; Martins, 2011; Castilho, 2012). Essa chave situa os assentamentos como expressão de um processo contraditório em que a política institui direitos e bases de permanência, mas se realiza por meio de burocracias paralisantes, práticas repressivas e alinhamentos frequentes com interesses dominantes (Coelho & Freitas, 2021; Martins, 2003). No caso paulista, a coexistência de lógicas institucionais entre projetos federais e estaduais reforça que a reforma agrária não opera por um único modelo, com modalidades e instrumentos distintos, que incidem sobre a gestão fundiária, a regulação do uso da terra, e a condução da política no território (Estevan Coca, 2013; Carvalho, 2013).

Essa leitura desloca a análise da “política prometida” para a “política vivida” pelas famílias. A defasagem entre marco jurídico-administrativo e marco social explicita que normas, programas e rotinas institucionais, embora formalizem a ação estatal, podem se traduzir em atrasos, interrupções e incertezas no acesso aos direitos, compondo experiências de espera e de negociação que informam a “efetivação percebida” do Estado (Ayüero, 2012; Howlett & Goetz, 2014; IPEA, 2013). Nesse movimento, a tipologia entre políticas sociais universais, agrárias (estruturantes) e agrícolas (produtivas) organiza a leitura das condições de reprodução social, base territorial e produção, evidenciando que saúde, educação, saneamento, transporte e proteção social não são externas à reforma agrária, assim como a regularização fundiária, habitação e infraestruturas básicas condicionam a viabilidade das políticas

produtivas, do crédito, da assistência técnica e da inserção em mercados (Alentejano, 2003; Fernandes, 2008; Fioravanti, 2016; Sabourin, 2007; Sabourin, 2014; Grisa & Scheneider, 2015; Coelho & Freitas, 2021). As dimensões de presença, ausência e mediação, por sua vez, permitem qualificar como a ação estatal se faz visível ou se expressa em lacunas e descontinuidades, bem como por meio de agentes e instituições que reorientam o acesso e o percurso burocrático no território (Tendler, 1997; Sabourin, 2009; Soss, Fording & Schram, 2011; Scott & Lipsky, 2010).

Nesse encadeamento, os assentamentos periurbanos se configuram como forma territorial atravessada por sobreposições entre rural e urbano, e por disputas sobre usos do solo e sentidos da terra na borda da cidade (Melo et al., 2020; Goldfarb, 2011; Allen, 2003; Travassos & Portes, 2018). Diante disso, a interface campo-cidade reorganiza pressões e possibilidades ao aproximar produção e consumo, com a possibilidade de favorecer acesso a serviços públicos, logística e circuitos curtos, mas intensificando disputas territoriais, valorização imobiliária e pressões de conversão do uso agrário em uso urbano, recolocando o risco de mercantilização do lote e vulnerabilidades associadas à titulação (Marques, De Lucas & Gaspari, 2014; Silva & Moraes, 2024; Mendes & Souza, 2025). Nesse ponto, a AUP é mobilizada como lente para situar a multifuncionalidade da produção próxima às cidades e sua inserção nos sistemas alimentares locais, sem deslocar a centralidade da questão agrária na gênese e nos conflitos dos assentamentos (Puig, 2016; FAO, 2010; FAO, 2023; Curan & Marques, 2021; Nagib & Nakamura, 2020).

Ao deslocar essa arquitetura para a escala do cotidiano, os agroecossistemas familiares funcionam como plano de execução pelas quais políticas, mediações e conflitos se materializam em desenho, manejo, trabalho e fluxos. A distinção entre agroecossistemas, subsistemas e suprassistemas oferece um vocabulário analítico para acompanhar, simultaneamente, a organização interna (cultivos, criações, processamento, atividades anexas e o núcleo familiar de comando) e as interfaces externas reguladas por mercados, comunidade e Estado (Petersen et al., 2017). Ao incorporar o metabolismo socioecológico e a expressão espacial desses arranjos, a análise se abre para examinar como fluxos e estratégias familiares respondem a condições institucionais e territoriais, articulando dimensões produtivas, sociais e políticas

(Petersen et al., 2017; Altieri et al., 2024; Ho, 2013; Guzman et al., 2011; Machado, 2015; Lopes, 2023; Monstadt & Coutard, 2019; Urbinatti et al., 2020).

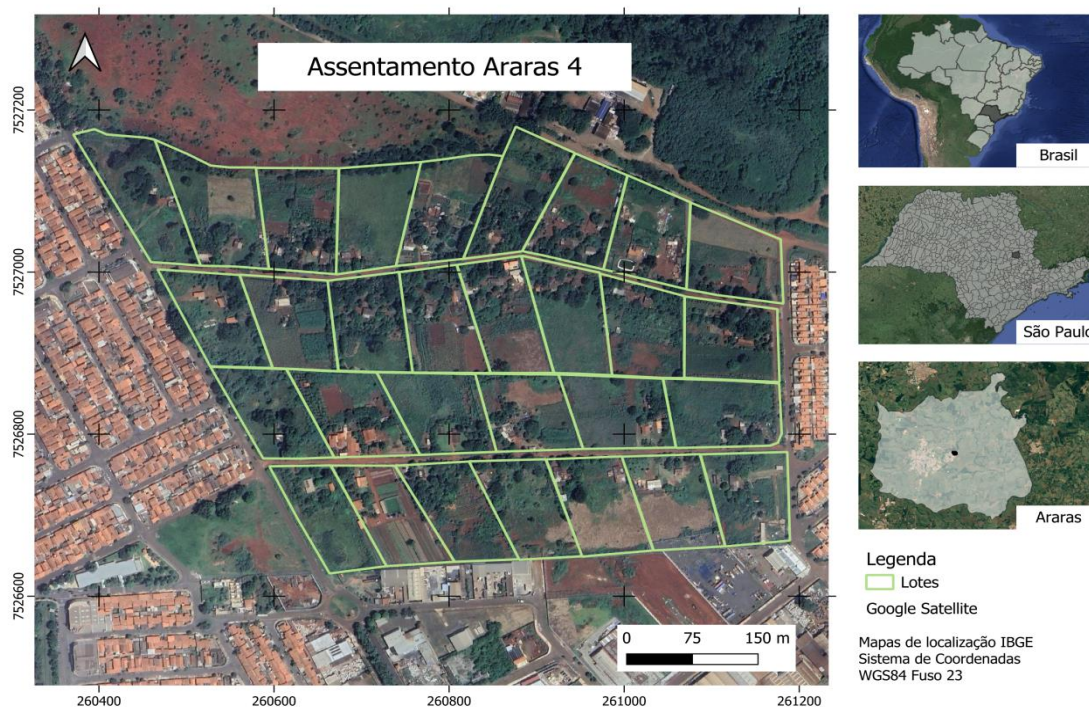
Assim, este referencial delimita as lentes com as quais o Araras IV será analisado: como território periurbano produzido pela Reforma Agrária, no qual a ação estatal, em seus ritmos, instrumentos e mediações, se torna legível nas percepções das famílias e na organização socioprodutiva dos agroecossistemas.

3. Assentamento Araras IV: inserção territorial e características físicas

O Assentamento Araras IV localiza-se no município de Araras. Situado na região nordeste do estado de São Paulo, o município possui a população de 130.866 habitantes (IBGE, 2023). Em 2010, a população rural de 6.401 pessoas, representava 5,38% do total de pessoas (IBGE, 2010). Com o clima do tipo Cwa (Subtropical), caracteriza-se por invernos amenos e secos (junho a agosto) e verões quentes e úmidos (dezembro a março), com precipitação média de 1365 mm (Alvares et al, 2013).

O assentamento Araras IV está situado na zona periurbana da cidade, sendo uma extensão contígua a um bairro urbano. Localiza-se em uma altitude de 611 metros, nas coordenadas 22°18'53.23" S e 47°23'00.91" W. A área de 40,18 hectares configura-se por 30 lotes, além de uma área de reserva legal coletiva (Avila *et al*, 2009; Souza-Esquerdo *et al.*, 2013; Villar, 2017; Tiburcio, 2024).

Figura 1. Mapa de localização do assentamento Araras 4, com delimitação dos lotes.



Fonte: elaborado pela autora

As áreas estaduais do município de Araras são administradas pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), onde foram destinadas cinco áreas para a reforma agrária. Os assentamentos rurais estão localizados em um território que integrava o Horto Florestal de Loreto, anteriormente sob o domínio da Ferrovia Paulista S/A – FEPASA (ITESP, 2017).

Em relação aos aspectos ambientais, em 2020, a área de cobertura arbórea do assentamento ocupava 4,22 hectares, representando 10,61% do território. Apesar disso, o assentamento não possui cursos d'água, nem remanescentes de vegetação natural. A área de Reserva Legal não apresenta cobertura florestal, indicando a carência de ações do estado voltadas para a restauração florestal de aproximadamente 10 hectares (Silva, 2020).

4. Procedimentos metodológicos gerais:

Essa pesquisa foi centrada no estudo de caso do Assentamento Araras IV, localizado na zona periurbana de Araras (SP). A opção pelo estudo de caso

permitiu compreender em profundidade as dinâmicas socioprodutivas e territoriais do assentamento, considerando as interações entre sujeitos, Estado, espaço e agroecossistemas familiares. O trabalho foi guiado por princípios da pesquisa social aplicada, aliando rigor acadêmico ao compromisso com a realidade empírica investigada.

A construção dos dados foi triangulada com base em três procedimentos metodológicos complementares. O primeiro consistiu na caracterização dos agroecossistemas familiares, a partir de entrevistas semiestruturadas e observação participante pontual, buscando compreender as formas de reprodução social, estratégias produtivas e dinâmicas socioculturais das famílias. O segundo envolveu a caracterização geoespacial do assentamento, com o uso de um drone para mapear os diferentes usos do solo e a organização dos lotes, associando técnicas de sensoriamento remoto e georreferenciamento. O terceiro consistiu em um grupo focal, com o intuito de entender como as famílias percebem a materialização das políticas públicas no território.

Por fim, os dados foram integrados na etapa de análise dos resultados, que articulou informações qualitativas e quantitativas para interpretar as relações entre o suprassistema, agroecossistema e os subsistemas.

Foi encaminhado um ofício de solicitação formal de acesso a documentos e informações ao ITESP em 13/01/2025, porém não houve retorno até o encerramento desta pesquisa. Essa ausência limitou a verificação administrativa de processos específicos. Apesar disso, constitui um achado empírico que reforça a hipótese acerca das opacidades da ação estatal no assentamento.

Todo o processo foi conduzido com base em diretrizes éticas, garantindo a participação voluntária e o respeito às famílias assentadas, conforme aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

4.1. Caracterização dos Agroecossistemas familiares

A caracterização dos agroecossistemas familiares foi conduzida por meio de entrevistas presenciais realizadas entre fevereiro e março de 2025, aliadas à observação participante. As entrevistas foram orientadas por um

roteiro semiestruturado (Anexo I), desenvolvido com base em categorias analíticas previamente definidas. Os principais eixos abordados foram: (i) composição e funcionamento do subsistema humano (histórico familiar, fontes de renda, faixa etária, força de trabalho, acesso a créditos e políticas públicas); (ii) formas de uso e ocupação do solo; (iii) composição e manejo dos subsistemas agrícolas e pecuários; (iv) estratégias de circulação da produção; e (v) percepções sobre as transformações e modos de vida no assentamento.

A amostra do estudo correspondeu a 50% das famílias residentes no Assentamento Araras IV em 2025, totalizando 15 famílias. A seleção foi orientada por critérios logísticos e operacionais, considerando a viabilidade de acesso, tempo e recursos disponíveis. Embora não probabilística, essa escolha buscou representar a diversidade socioprodutiva do assentamento, assegurando a saturação qualitativa dos dados.

Adotou-se a técnica de amostragem por redes, conhecida como “Bola de Neve” (snowball sampling), apropriada para contextos em que a população não é amplamente mapeada ou de difícil acesso (Biernacki & Waldorf, 1981). A indicação inicial de participantes-chave possibilitou o acesso a novos sujeitos e subsidiou a adequação dos instrumentos de pesquisa (Atkinson & Flint, 2001), o que foi fundamental diante do fato de os pesquisadores não serem oriundos da comunidade.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes e acompanhadas de anotações em caderno de campo, visando enriquecer a análise qualitativa. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAE 81653824.1.0000.5504), e todas as famílias assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo a voluntariedade, o sigilo e a proteção dos dados pessoais.

As entrevistas gravadas foram transcritas com o auxílio do software Pinpoint. Após a transcrição automática, cada áudio foi revisado manualmente, com escuta integral, a fim de corrigir palavras mal interpretadas ou não reconhecidas pelo sistema. As falas das entrevistadoras foram removidas, mantendo-se apenas as respostas das pessoas entrevistadas. Este processo assegurou a fidelidade do corpus textual à fala original e a qualidade necessária para a análise posterior.

As informações transcritas foram organizadas em planilhas e categorizadas de acordo com os subsistemas visitados, os produtos ou serviços gerados, insumos utilizados e os destinos da produção.

4.2. Caracterização geoespacial do assentamento

A dimensão espacial dos agroecossistemas familiares foi analisada por meio de um sobrevoo com aeronave remotamente pilotada (RPA), realizado em abril de 2025. O objetivo foi mapear os diferentes usos do solo no Assentamento Araras IV e compreender sua organização territorial a partir de uma perspectiva integrada ao levantamento de campo.

O equipamento utilizado foi um drone modelo DJI Matrice 300, equipado com câmera RGB de alta resolução (20 MP), GPS embarcado e capacidade de captura automatizada. A missão de voo foi previamente planejada com base em imagens de satélite, respeitando os parâmetros de segurança e a legislação vigente da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil). O plano de voo foi elaborado no software DJI Pilot 2, definindo sobreposição frontal de 70% e lateral de 70%, e altitude média de 120 metros, assegurando qualidade para a geração de ortomosaico e análise dos elementos produtivos.

O processamento das imagens foi realizado com o software DJI Terra, que gerou ortomosaicos de alta precisão. Esses arquivos foram integrados ao mapa oficial do assentamento, disponibilizado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), utilizando a plataforma QGIS. Essa integração permitiu a delimitação espacial dos subsistemas produtivos e sua categorização visual. Complementada pelas informações obtidas nas entrevistas, a análise geoespacial possibilitou estimativas de ocupação do solo por categoria e a representação espacial dos subsistemas.

4.3. O papel do Estado na materialização das Políticas Públicas

Para qualificar a compreensão sobre a percepção das famílias quanto ao papel do Estado na execução de algumas políticas públicas que emergiram nas entrevistas familiares, foi realizado um grupo focal em novembro de 2025, articulado à observação de campo.

Participaram 18 assentados(as), com diversidade de gênero, faixa etária, tempo de moradia e perfil produtivo, em encontro com duração aproximada de

1h30. A atividade ocorreu na residência de uma liderança local, espaço de referência para debates coletivos, diante da inexistência de infraestrutura comunitária formal no assentamento.

Os participantes foram mobilizados por convite direto após as entrevistas e a captação das imagens aéreas, articulado à devolutiva das imagens por lote (incluindo famílias visitadas e não visitadas), complementado por mensagens e pela reiteração do convite pela liderança.

A dinâmica consistiu em discussão guiada, organizada a partir da metodologia do “Rio do Tempo”, buscando reconstruir coletivamente marcos e fases associados às políticas públicas no território. O encontro foi gravado em áudio mediante consentimento e transcrito integralmente para análise qualitativa.

A discussão foi estruturada em três eixos temáticos: i) políticas sociais universais; ii) políticas agrárias (estruturantes); e iii) políticas agrícolas (produtivas). Em cada eixo, as questões orientadoras estimularam a identificação de políticas acionadas, lacunas percebidas e formas de intermediação institucional, permitindo mapear empiricamente as categorias de presença, ausência e mediação a partir das narrativas dos participantes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P. R. As relações campo-cidade no Brasil do Século XXI. *Revista de Políticas Públicas*, v. 7, n. 2, p. 303–325, 25 Jul 2015 Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3749>. Acesso em: 28 jan 2026.

ALFONSIN, B. M.; LANFREDI, E. S. O direito à moradia digna: de direito fundamental à transformação em ativo financeiro. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU*, Belo Horizonte: Fórum, v. 7, n. 12, p. 85–104, 2021.

ALLEN, A. La interfase periurbana como escenario de cambio y acción hacia la sustentabilidad del desarrollo. *Cuadernos del CENDES*, Caracas, v n. 53, p. 7-21, 2003. ISSN 2443-468X

ALLEN, A.; DÁVILLA, J. D.; HOFMANN, P. Governance and sanitation services for the peri-urban poor: a framework for understanding and action in metropolitan regions. London: University College London, 2006.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; ASPTA, 2012.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable. México: PNUMA, 2000.

ATKINSON, R.; FLINT, J. Accessing hidden and hard-to-reach populations: snowball research strategies. *Social Research Update*, n. 33, p. 1-4, 2001. Disponível em: <https://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU33.html>. Acesso em: 28 jan. 2026.

AUYERO, J. Patients of the state: the politics of waiting in Argentina. Durham: Duke University Press, 2012. DOI: 10.1215/9780822395287.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B.. *Assentamentos rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento*. Dados, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 755–786, 2012.

BARSKY, A. El periurbano productivo, un espacio en constante transformación: introducción al estado del debate, con referencias al caso de Buenos Aires. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* (Universidad de Barcelona), Barcelona, v. 9, n. 194(36), 1 ago. 2005. ISSN 1138-9788.

BATITUCCI, T. D. O.; CORTINES, E.; ALMEIDA, F. S.; ALMEIDA, Â. A. D. A agricultura em ecossistemas urbanos: um passo para a sustentabilidade das cidades. *Ambiente & Sociedade*, v. 22, e02773, 2019.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981. DOI: 10.1177/004912418101000205.

BITTENCOURT, T. A.; GIANNOTTI, M.; MARQUES, E. Cumulative (and self-reinforcing) spatial inequalities: interactions between accessibility and segregation in four Brazilian metropolises. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, v. 48, n. 7, p. 1985-2000, 2021. DOI: 10.1177/2399808320958426.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Relatório final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II CNSAN): Olinda, PE, 17–20 mar. 2004*. [s. l.]: Ministério da Saúde, 2004.

BRENNER, N.; KATSIKIS, N. Operational landscapes: the hinterlands of the capitalocene. *The Journal of Architecture*, v. 90, n. 1, p. 22-31, 2020. DOI: 10.1002/ad.2521.

CADÈNE, Philippe. Dynamics of peri-urban areas: from the French case to the developing countries. In: DUPONT, Véronique (org.). *Peri-urban dynamics: population, habitat and environment on the peripheries of large Indian metropolises: a review of concepts and general issues*. New Delhi: Centre de Sciences Humaines, 2005. (CSH Occasional Paper, n. 14). p. 75-102

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília, DF: MDA; SAF; DATER; IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 1, n. 1, p. 15-22, 2006.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 135-152.

CARVALHO, J. G. de. Políticas públicas e conflitos institucionais em assentamentos rurais: um estudo de caso da região administrativa de Ribeirão Preto. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5., 2012, Campinas. Anais eletrônicos [...]. Campinas: UNICAMP, 2012.

CASTRO, J. de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1946.

COELHO, F.; FREITAS, A. A. R. de. Reforma agrária e assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul. *Tempos Históricos, Marechal Cândido Rondon*, v. 25, n. 2, p. 73–98, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36449/rth.v25i2.25839>. Acesso em: 28 jan. 2025.

CUNHA, M. A. D.; CARDOSO, R. D. C. V. Hortas urbanas na promoção da segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento sustentável em Salvador, Brasil. *Ambiente & Sociedade, São Paulo*, v. 25, e00943, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/YRQzG6PHWp5XcynF9CC5t8x/?lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2025.

CURAN, R. M.; MARQUES, P. E. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. *Estudos Avançados, São Paulo*, v. 35, n.

101, p. 209–224, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4wkjQtZjdCydt84Khr3hnyH/?lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2025.

DALMORA, E.; BATISTA, K. S. Perda da autonomia nos agroecossistemas campestres. *Revista Expressão Científica*, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3374355>. Acesso em: 28 jan. 2025.

DANTAS, S. L.; BERNARDINO COSTA, A. O sentir a dignidade humana e o tocar direitos: percepções das famílias sem terra. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, v. 27, n. 1, p. 165–180, 2024. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/558>. Acesso em: 28 jan. 2025.

DEFUMIER, M. *Les projets de développement agricole*. Paris: Karthala; CTA, 1996.

DELGADO, N. G. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 15, n. 1, p. 85–129, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/822>. Acesso em: 28 jan. 2025.

DENG, X. et al. Research progress and prospect on development geography. *Journal of Geographical Sciences*, v. 31, p. 437–455, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11442-021-1852-x>. Acesso em: 28 jan. 2025.

DRESCHER, A. W. et al. Urban and peri-urban agriculture in the Global South. In: SHACKLETON, C. M. et al. (Eds.). *Urban ecology in the Global South*. Cham: Springer, 2021. p. [páginas]. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-67650-6_12. Acesso em: 28 jan. 2025.

ESLAVA, F.; VALENCIA CAICEDO, F. Origins of Latin American inequality. (*Latin America and Caribbean Inequality Review*, n. 12940). Inter-American Development Bank, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18235/0004927>. Acesso em: 28 jan. 2025.

FAVARETO, A. S. A longa evolução da relação rural-urbano. *Ruris*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 157–192, 2007.

FEITO, M. C. Visibilización y valorización de la agricultura familiar periurbana: intervenciones de políticas públicas en el partido de La Matanza. *Mundo Agrario*,

La Plata, v. 18, n. 38, e055, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/15155994e055>. Acesso em: 28 jan. 2025.

FEITO, M. C. La agricultura familiar en la cuestión alimentaria en Argentina: proveedores fundamentales del mercado interno. In: PATAWER, A. (Comp.). El mundo rural y sus técnicas. Buenos Aires: FFyLUBA, 2020. p. 471–501.

FEITO, M. C.; BARSKY, A. Periurbano (Argentina, 1985–2020). In: SALOMÓN, A.; MUZLERA, J. (Comps.). Diccionario Iberoamericano del Agro. Buenos Aires: Tesseo Press, 2020. p. 899–911.

FERNANDES, B. M. Reforma agrária no governo Lula: a esperança. São Paulo: UNESP, 2003. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Ed.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273–302.

FERREIRA, A. M. C. et al. Modelização de agroecossistemas como ferramenta de comunicação em ambientes de montanha no Brasil e na Argentina. Interações, Campo Grande, v. 24, n. 1, 2023. Disponível em: [Inserir link/DOI se disponível]. Acesso em: 28 jan. 2025.

FIGUEREDO, P. E. et al. A agrobiodiversidade na agricultura periurbana de Sinop, Mato Grosso, Brasil, Amazônia legal. Ciência Florestal, Santa Maria, v. 33, n. 1, e67230, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1980509867230>. Acesso em: 28 jan. 2025.

FIORAVANTI, L. M. A questão agrária e o “poder do atraso”: uma discussão a partir da obra de José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Geografia em Questão, Cascavel, v. 9, n. 2, p. 9–25, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/geoq.v9i2.13980>. Acesso em: 28 jan. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Fighting poverty and hunger: economic and social perspectives. (Policy Brief, n. 10). FAO, 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/012/al377e/al377e00.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Small family farmers produce a third of the world's food. FAO, 23 abr.

2021. Disponível em: <https://www.fao.org/newsroom/detail/Small-family-farmers-produce-a-third-of-the-world-s-food/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. The state of food security and nutrition in the world 2022. FAO, 2023.

FRANCIS, C. et al. Agroecology: the ecology of food systems. *Journal of Sustainable Agriculture*, v. 22, n. 3, p. 99–118, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1300/J064v22n03_10. Acesso em: 28 jan. 2025.

FREITAS COCA, E. L. Debatendo o conceito de reforma agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 170–197, 2013.

FRIGOTTO, G. *Educação e crise do capitalismo real*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). Portaria nº 50, de 2004. Dispõe sobre os procedimentos de desistência de beneficiários e ressarcimento de benfeitorias em projetos estaduais de assentamento. São Paulo, 2004.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). Portaria nº 77, de 2004. Dispõe sobre a regulamentação do cultivo de culturas agroindustriais em projetos estaduais de assentamento. São Paulo, 2004.

FURTADO, F. G. A gestão urbana e regional e as áreas de interface periurbana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém. Anais eletrônicos [...]. Belém: ANPUR, 2007. Disponível em: [Link dos Anais, se disponível]. Acesso em: 28 jan. 2025.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GOLDFARB, Y. *A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI: 10.11606/D.8.2007.tde-02012008-112829. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02012008-112829/>.

Acesso em: 28 jan. 2026

GOLDFARB, Y. A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. São Paulo: Annablume, 2011.

GONZÁLEZ MARASCHIO, F. G. Identidades y conflictos en territorios de frontera rural-urbana. *Eutopia: Revista de Desarrollo Económico Territorial*, Quito, n. 3, p. 95–115, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/eutopia.3.2011.1021>. Acesso em: 28 jan. 2025.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 19–50.

GUHUR, D. M. P. Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em: [Inserir link do repositório institucional, se disponível]. Acesso em: 28 jan. 2025.

GUIRAUD, N.; LAPERRIÈRE, V.; ROUCHIER, J. Agriculture urbaine et périurbaine et sécurité alimentaire: entre politiques publiques et initiatives locales. *L'Espace Géographique*, Paris, v. 43, n. 4, p. 356–373, 2014.

HART, R. D. *Agroecosistemas: conceptos básicos*. Turrialba: CATIE, 1985.

HOFFMANN, E. M. et al. Rurbanity: a concept for the interdisciplinary study of rural–urban transformation. *Sustainability Science*, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-023-01331-2>. Acesso em: 28 jan. 2025.

HOFMANN, E. et al. The rural–urban interface: an interdisciplinary research approach to urbanisation processes around the Indian megacity Bengaluru. Cham: Springer, 2021. (The Urban Book Series). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-92137-3>. Acesso em: 28 jan. 2025.

HORSTINK, L. et al. Land sovereignty in depressed and contested agro-territories: the cases of Portugal and Brazil. *Elementa: Science of the Anthropocene*, v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/elementa.2024.00001>. Acesso em: 28 jan. 2025.

HOWLETT, M.; GOETZ, K. H. Introduction: time, temporality and timescapes in administration and policy. *International Review of Administrative Sciences*, [S. l.],

v. 80, n. 3, p. 477–492, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0020852314543210>. Acesso em: 28 jan. 2025.

HUANG, Q.; SONG, W.; SONG, C. Consolidating the layout of rural settlements using system dynamics and the multi-agent system. *Journal of Cleaner Production*, [S. l.], v. 274, 123150, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.123150>. Acesso em: 28 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estrutura fundiária. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas do espaço rural brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. cap. 2. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101703.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Atlas do mercado de terras. Brasília, DF: INCRA, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Modalidades. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 28 jan. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Painel de Assentamentos. 2020. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br>. Acesso em: 28 jan. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Portaria nº 414, de 11 de julho de 2017. Institui o Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 26, 12 jul. 2017.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE; EDENHOFER, O. (Ed.). *Climate change 2014: mitigation of climate change. Contribution of Working Group III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

LEITE, I. F. Multifuncionalidade da paisagem como desenvolvimento rural. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagista) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

LEFEBVRE, Henri. From the production of space. In: *Theatre and performance design*. Routledge, 2012. p. 81-84.

LI, J.; SONG, W. Review of rural settlement research based on bibliometric analysis. *Frontiers in Environmental Science*, [S. l.], v. 10, 1089438, 2023.

Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fenvs.2022.1089438>. Acesso em: 28 jan. 2025.

LI, J. et al. Reclaiming small to fill large: a novel approach to rural residential land consolidation in China. *Land Use Policy*, v. 109, 105706, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105706>. Acesso em: 28 jan. 2025.

LOU, W.; DU, C.; QIAO, Y. How does owning commercial housing affect the subjective well-being of rural-urban migrants? The mediating effect of housing assets and the moderating effect of debt. *PLOS ONE*, v. 18, n. 6, e0287258, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0287258>. Acesso em: 28 jan. 2025.

MARCHETTI, F. F. et al. Elementos bioculturais e multifuncionalidade da produção de farinha de mandioca em assentamentos de reforma agrária no Extremo Sul do Estado da Bahia. *Ecologia Humana*, v. 52, p. 639–652, 2024.

MARQUES, P. E. M.; DE LUCAS, A.; GASPARI, L. C. Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo. *Retratos de Assentamentos, Araraquara*, v. 17, n. 1, p. 161–177, 2014.

MARSHALL, F. et al. On the edge of sustainability: perspectives on peri-urban dynamics. Brighton: STEPS Centre, 2009. (STEPS Working Paper, 35). Disponível

em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/20.500.12413/2313>. Acesso em: 28 jan. 2025.

MARTINS, A. N. et al. Análise da pluriatividade dos agricultores no assentamento de reforma agrária “Bom Fim” (Angicos/RN). *Revista GeoInterações*, v. 5, n. 1, p. 2–15, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.48006/geoi.v5i1.235>. Acesso em: 28 jan. 2025.

MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1981.

MASERA, O.; ASTIER, M.; LÓPEZ-RIDAURA, S. *Sustentabilidad y manejo de recursos naturales: el marco de evaluación MESMIS*. Michoacán: Mundi-Prensa; GIRA; Instituto de Ecología, 2000.

MELO, T. G.; SOUZA, B. L.; SCOPINHO, R. A. Territórios periurbanos e nexos do WEF: os desafios das áreas de reforma agrária brasileira para a justiça social. *Journal of Integrative Environmental Sciences*, v. 17, n. 2, p. 45–67, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1943815X.2020.1762113>. Acesso em: 28 jan. 2025.

MENEZES, H. J.; CARDOSO, E. S. Território e territorialização: questões conceituais para uma abordagem e leitura dos movimentos sociais. *Revista Pegada, Presidente Prudente*, v. 18, n. 3, p. 101–123, 2017.

MIGUEL, L. A. Abordagem sistêmica da unidade de produção agrícola. In: WAGNER, S. A. et al. (Org.). *Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. [inserir página].

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: BAKKER, N. et al. (Ed.). *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda*. Faldafing: DSE, 2000. p. 1–42. Disponível em: <https://www.ruaf.org/sites/default/files/Growing%20Cities,%20Growing%20Food.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

NAGIB, G.; NAKAMURA, A. Urban agriculture in the city of São Paulo: new spatial transformations and ongoing challenges to guarantee the production and consumption of healthy food. *Global Food Security*, v. 26, 100370, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2020.100370>. Acesso em: 28 jan. 2025.

NAHMIAS, P.; LE CARO, Y. Pour une définition de l'agriculture urbaine: réciprocité fonctionnelle et diversité des formes spatiales. *Environnement Urbain*, v. 6, a1–a16, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eue/276>. Acesso em: 28 jan. 2025.

NEVES, E. et al. Contribuição do centro de agricultura urbana e periurbana da região metropolitana de Belém para a segurança alimentar em assentamento periurbano. *Brazilian Journal of Food Technology, Campinas*, v. 13, n. 4, p. 27–33, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.4260/BJFT20101304105>. Acesso em: 28 jan. 2025.

NOVAES, H. T.; PIRES, J. H. O papel educativo das cooperativas do MST de São Paulo na luta contra o Estado capitalista. *Revista Portuguesa*, v. 22, n. 2, p. 185–209, 2021.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia agrária e questão agrária: questões teóricas e políticas. *Terra Livre, São Paulo*, n. 36, p. 11–32, 2011.

OLIVEIRA, I. L. et al. A multifuncionalidade e a pluriatividade na agricultura familiar: estudo no Assentamento Zumbi dos Palmares – Dom Aquino/MT. *Revista Estudos Geográficos, Rio Claro*, v. 13, Edição Especial, p. 94–111, 2015.

OLIVEIRA, J. T. A. (Coord.). Segurança alimentar no campo: redesenhos agroecológicos da produção em áreas de assentamento e remanescentes de quilombos (Relatório Parcial de Pesquisa). Campinas: Feagri/Unicamp; CNPq, 2012.

OLIVEIRA, R.; D'ABREU, A. C.; SANTOS, J. C. Que multifuncionalidade? Uma abordagem aplicada ao ordenamento e gestão da paisagem. In: CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS, 3., 2008, Faro. Atas [...]. Faro: Universidade do Algarve, 2008. 1 CD-ROM.

OXFAM INTERNATIONAL. Unearthed: land, power and inequality in Latin America. 30 nov. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/research/unearthed-land-power-and-inequality-latin-america>. Acesso em: 28 jan. 2025.

PETERSEN, P. et al. Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

PETERSEN, P. et al. Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021.

PESSOA, C. C.; SOUZA, M.; SCHUCH, I. Agricultura urbana e segurança alimentar: um estudo no município de Santa Maria/RS. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 13, n. 1, p. 23–27, 2006.

PRADHAN, P. et al. Urban agriculture matters for sustainable development. Cell Reports Sustainability, v. 1, n. 9, 100109, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.crsus.2024.100109>. Acesso em: 28 jan. 2025.

PRUDENTE, L. T. Interface rural-urbana: contribuições para o planejamento territorial no Brasil: caso do assentamento rural Marapicu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [Inserir link do repositório institucional, se disponível]. Acesso em: 28 jan. 2025.

PUIG, S. H. El periurbano, un espacio estratégico de oportunidad. Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 21, n. 1.160, 2016. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-1160.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

- QU, Y. et al. Understanding rural land use transition and regional consolidation implications in China. *Land Use Policy*, v. 82, p. 742–753, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.11.014>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- RESOURCES CENTRES ON URBAN AGRICULTURE & FOOD SECURITY FOUNDATION – RUAF. *Urban agriculture: what and why?* Leusden, 2018. Disponível em: <http://www.ruaf.org/urban-agriculture-what-and-why>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- ROY, A. The 21st-century metropolis: new geographies of theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, p. 819-830, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00343400701809665>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- SABOURIN, E. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, p. 21–35, 2014. Suplemento Especial.
- SAIZ, A. et al. Confronting the housing challenge in Latin America Part I – reflections on the evolution of the housing market in Latin America: realities and dreams. (MIT Center for Real Estate Research Paper, n. 22/11). 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.4238950>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Brasília, DF: FAO/ONU; DPSD/SESAN/MDS, 2007.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SHI, Z. et al. Differentiation and correlation of spatial pattern and multifunction in rural settlements considering topographic gradients: evidence from Loess Hilly Region, China. *Journal of Environmental Management*, v. 315, 115127, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2022.115127>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- SILVA, A. P. S. *Comunas da terra: relações entre sujeitos na paisagem híbrida campo-cidade*. *Diálogos Possíveis*, Salvador, v. 12, n. 2, p. 99-115, 2013.
- SILVA, A. C.; MORAES, M. D. *Reforma agrária e titulação de terras: desafios legais, políticos e sociais*. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, v. 27, n. 2, p. 36-58, 2024.

SONG, W.; DENG, X. Land-use/land-cover change and ecosystem service provision in China. *Science of the Total Environment*, [S. l.], v. 576, p. 705–719, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2016.07.078>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SONG, W.; PIJANOWSKI, B. C. The effects of China's cultivated land balance program on potential land productivity at a national scale. *Applied Geography*, v. 46, p. 158–170, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2013.11.009>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SOUZA, S. P. de. Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha e Teodoro Sampaio. 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/91985>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SPYRA, M. et al. Governance of ecosystem services trade-offs in peri-urban landscapes. *Land Use Policy*, v. 95, 104617, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104617>. Acesso em: 28 jan. 2025.

STIER, M.; MASERA, O. R.; GALVÁN-MIYOSHI, Y. Evaluación de sustentabilidad: un enfoque dinámico y multidimensional. Valencia: Sociedad Española de Agricultura Ecológica, 2008.

SUN, D.; HONG, B.; REN, P. Spatiotemporal evolution and driving factors of the rural settlements in the mountain–plain transitional zone. *International Journal of Agricultural and Biological Engineering*, v. 15, n. 2, p. 149–155, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25165/j.ijabe.20221502.5776>. Acesso em: 28 jan. 2025.

TRAVASSOS, L.; PORTES, B. Rural metropolitano: caracterização e regulação na Região Metropolitana de São Paulo (Brasil). *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n. 14, p. 359–380, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17127/got/2018.14.015>. Acesso em: 28 jan. 2025.

TZANINIS, Y. et al. Moving urban political ecology beyond the ‘urbanization of nature.’ *Progress in Human Geography*, v. 45, n. 2, p. 229–252, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0309132520903350>. Acesso em: 28 jan. 2025.

VAN DER PLOEG, J. D. Os novos camponeses: lutas por autonomia e sustentabilidade na era do império. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator

coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87–145, out. 2000.

ZAGUE, L. A. O.; VERSOLA, H. L. Direito à moradia e sustentabilidade habitacional. Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas, Santos, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2014.

ZANERATTI, Fábio Luiz. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 564-575, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e78629>. Acesso em: 28 jan. 2025.

ZHANG, X. Q. The trends, promises and challenges of urbanisation in the world. Habitat International, v. 54, p. 241–252, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.11.018>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SEÇÃO II

ESTADO E AGROECOSSISTEMAS: O LABIRINTO INSTITUCIONAL EM UM ASSENTAMENTO PERIURBANO

RESUMO

Essa seção analisa como as famílias do Assentamento Araras IV percebem e vivenciam a atuação do Estado no assentamento por meio de políticas públicas, tomando a condição periurbana como chave para compreender a efetivação da ação estatal. Com base em abordagem qualitativa, mobiliza entrevistas familiares, grupo focal e triangulação de registros de campo, organizados segundo as categorias temáticas de políticas agrárias, agrícolas e sociais universais. A análise adota as lentes da presença, ausência e mediação do Estado, articuladas à distinção entre marco-jurídico-administrativo e marco social vivido. Os resultados mostram que a proximidade com a malha urbana favorece acessos seletivos a serviços e infraestruturas, embora não assegure o reconhecimento institucional da especificidade periurbana do assentamento. Nas políticas agrárias, o Estado reconhece e regula formalmente o assentamento, apesar de não territorializar as condições materiais e políticas da permanência. Nas políticas agrícolas, comparece por dispositivos produtivos seletivos e padronizados, que transferem às famílias os custos da desarticulação entre crédito, assistência técnica, infraestrutura e mercados. Nas políticas sociais universais, favorece acessos mais imediatos pela proximidade com a malha urbana, embora por acomodações institucionais parciais que não superam a inadequação entre o desenho das políticas e a especificidade periurbana do território. Em síntese, a seção demonstra que a condição periurbana amplia seletivamente o acesso a serviços, equipamentos e serviços. Paralelamente, intensifica disputas sobre o uso do solo, mercantilização da terra e pressões sobre a permanência das famílias. Assim, a fragmentação das ações estatais coexiste com o potencial de acesso associados à cidade e insuficiência da territorialização dos direitos, revelando os limites das políticas públicas formuladas a partir da dicotomia entre o rural e urbano.

1.CONTEXTUALIZAÇÃO:

A condição geográfica do assentamento periurbano Araras IV, situado na interface entre campo- cidade, define a forma como o Estado se faz presente e como os direitos são experimentados no território. A contiguidade com áreas urbanas amplia possibilidades de acesso a mercados, serviços e infraestruturas, embora intensifique pressões imobiliárias e disputas pelo uso da terra, tensionando a função social do território.

Esta seção analisa a atuação do Estado no assentamento a partir das políticas públicas agrárias, agrícolas e sociais universais, orientando-se pelo pressuposto da efetivação percebida, isto é, pela forma como as famílias experienciam, interpretam e avaliam a ação estatal no território. Em cada categoria, operam-se as lentes de presença, ausência e mediação, entendidas como materialização institucional das políticas, suas lacunas e descontinuidades, e as intermediações que condicionam o acesso aos direitos.

Assim, essa seção tem como objetivo compreender como as políticas agrárias (estruturantes), agrícolas (produtivas) e sociais universais são percebidas e vividas pelas famílias, buscando: i) identificar o perfil socioproductivo das famílias entrevistadas; ii) mapear os principais marcos jurídico-administrativos das políticas públicas que incidem sobre áreas de Reforma Agrária; iii) contrastar marcos jurídicos e marcos sociais vividos da trajetória das políticas; iv) identificar as presenças, ausências ou descontinuidades na oferta das políticas, conforme percebidas pelas famílias.

2. PERCURSO METODOLÓGICO: procedimentos analíticos

Esta seção adota uma abordagem qualitativa e mobiliza, como base empírica, entrevistas familiares e um grupo focal. Embora no grupo focal tenha sido utilizada a metodologia do “Rio do Tempo”, não emergiu consenso suficiente sobre datas ou períodos específicos. Por essa razão, não foi possível construir uma matriz temporal detalhada, e a sistematização privilegiou a ordenação temática, sem atribuição cronológica.

2.1. Categorias temáticas e analíticas:

As informações geradas foram organizadas em três categorias temáticas de políticas públicas:

- i) Políticas sociais universais: relativas a direitos e condições de reprodução social, abrangendo educação, saúde e assistência social;
- ii) Políticas agrárias (estruturantes): referentes à base fundiária e à infraestrutura de instalação dos assentamentos, incluindo regularização da lotes (criação do assentamento, fiscalização e titulação), créditos de instalação (modalidades alimento e material de construção), estradas e vias de acesso, acesso à água, energia elétrica, e saneamento básico;
- iii) Políticas agrícolas (produtivas): relacionadas ao incentivo aos sistemas produtivos, como Pronaf; assistência técnica, acesso a mercados institucionais, e estruturas de beneficiamento de alimentos.

Essas categorias constituíram a base organizadora da análise, permitindo articular as dimensões materiais e simbólicas da atuação estatal no território.

A análise adotou o pressuposto da efetivação percebida das políticas públicas, captando como os sujeitos experienciam e avaliam a ação estatal no território (Soss, Fording e Schram, 2011). Em cada categoria, operacionalizaram-se as lentes interpretativas da presença, ausência e mediação do Estado, entendidas, respectivamente, como visibilidade/materialização institucional das políticas, lacunas e entraves percebidos, incluindo descontinuidades e obstáculos burocráticos, e intermediações de agentes nos canais de acesso (Scott, 1998; Trouillot, 2001; Sabourin, 2009)

A análise foi ancorada em transcrição literal e codificação temática, buscando recorrências, convergências e contradições entre participantes. As categorias analíticas de presença, ausência e mediação emergiram da leitura transversal das narrativas como dimensões interpretativas construídas pela recorrência, convergência e tensão entre os relatos. As entrevistas familiares, grupo focal e registros de campo foram triangulados de modo a reduzir interpretações baseadas em impressões individuais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Quem vive no assentamento? Dinâmicas socioculturais tecidas por gente e trabalho

Compreender quem são as pessoas que vivem, constroem e trabalham no assentamento, conhecendo suas trajetórias e condições de vida, é fundamental para compreender as especificidades das dinâmicas organizativas e produtivas em sua complexidade. Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta as características socioculturais das 15 famílias entrevistadas no assentamento.

Tabela 1. Características socioculturais das famílias entrevistadas no Assentamento Araras IV

Naturalidade	
Região Nordeste	53%
Região Sudeste	46%
Média de moradores por família	4,47
Força de trabalho no lote	2,93
Número de moradias	44
Moradias em construção	10
Acima de duas moradias	53,0%
Faixa etária	
0-14 anos	17,64%
15-29 anos	16,62%
30-59 anos	36,76%
Acima de 60	29,41%
Gênero	
Mulheres	37
Homens	32
Fonte de renda	
Pluriatividade	71%
Aposentadoria	29%
Participação em cooperativas	42%

Dentre o total de moradores das famílias entrevistadas, são majoritariamente oriundos da região Nordeste (53%), e cerca de 65% das pessoas que moram no assentamento representam força de trabalho no lote. Os homens são a maioria (54,4%), e a faixa etária predominante está entre os adultos (36,76%). Destaca-se que mais da metade dos lotes visitados (53%) possui acima de uma moradia, indicando a presença de núcleos familiares ampliados ou processos de sucessão familiar em curso. Em relação à renda, prevalece a pluriatividade (71%), evidenciando a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas. Quanto ao acesso aos créditos e políticas públicas, há uma participação expressiva do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF(46%), mas ainda limitada para as políticas de fortalecimento do acesso a mercados, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse fator pode ser justificado pela baixa participação das famílias em processos de cooperação (42%).

A predominância (54%) de pessoas oriundas da Região Nordeste, de estados como Pernambuco, Bahia, Ceará e Piauí diferencia o Araras IV dos demais assentamentos de Araras. São caracterizadas pelo histórico de migração de outras regiões do país, em função da demanda de abastecimento das usinas pela força de trabalho para o corte da cana de açúcar (Avila et al., 2009; Lopes, Lopes & Borges, 2014).

A média de moradores por família (4,53), a presença de mais de uma moradia em mais da metade dos lotes (53%), e o fato de 70,59% dos moradores serem crianças, jovens e adultos sugerem que a proximidade com a cidade pode ser uma alternativa à problemática do envelhecimento do campo. A sucessão rural é um desafio que vem sendo discutido em diversas esferas de prosperidade da vida no campo. É agravada pelo desafio do acesso aos direitos e serviços básicos no meio rural, bem como pela concepção histórica imposta pelos ideais desenvolvimentistas, de que o campo é sinônimo de atraso e retrocesso, enquanto a cidade simboliza o progresso (Abramovay, 2000).

Embora a agricultura familiar represente 35% da produção agrícola mundial, desafios estruturais limitam seu potencial de rentabilidade (FAO, 2021). Para enfrentar esses desafios, agricultores familiares complementam sua renda com atividades fora da propriedade (IFAD, 2016), reduzindo significativamente o tempo dedicado à produção (Sabourin, 2020; Samper; Sotomayor, 2020). Essa

articulação entre trabalho agrícola e não agrícola, frequentemente deslocada aos centros urbanos, consolida-se como mecanismo de reprodução social em múltiplos contextos rurais (Chen et al, 2017;White, 2020), reafirmada nesse estudo, no qual 71% das famílias (Tabela 1) dependem do trabalho fora do lote para sobrevivência, combinando atividades agrícolas, assalariadas e autônomas.

Comparado aos demais assentamentos no município de Araras, o assentamento Araras IV representa a maior expressão numérica de pessoas que trabalham fora do lote (Villar, 2017; Tiburcio, 2024), com inserção em serviços, construção civil, trabalho doméstico, comércio, entre outras ocupações (Avila et al.,2009). Assim, a proximidade com o mercado de trabalho urbano reconfigura a economia doméstica e a gestão do tempo de trabalho, deslocando parte da sustentação material para fora do estabelecimento sem que isso implique abandono do lote. Nessa configuração, a unidade familiar passa a operar como unidade socioterritorial híbrida (Wanderley, 2000; Schneider, 2003), e negocia graus diferenciados de mercantilização do trabalho, da produção e da reprodução social, em processos seletivos e reversíveis (Van der Ploeg, 2008). Internaliza parte da reprodução social via renda urbana, enquanto preserva práticas não mercantis associadas ao lote, como autoconsumo e reciprocidade, que seguem compondo a economia moral e material das famílias (Schneider, 2003). Desse modo, a permanência no assentamento depende da combinação entre o lote e conexões urbanas, tornando a relação campo–cidade uma dimensão constitutiva do assentamento periurbano (Goldfarb, 2011).

A baixa participação em processos de cooperação (42%), incluindo coletivos, associação e cooperativas, somada às fragilidades políticas do município, pode justificar o desafio de acessar mercados institucionais. A cooperação, o cooperativismo e o associativismo possuem raízes históricas nos modos coletivos de produção e reprodução das condições de vida no campo (Ajates, 2020). O cooperativismo impulsiona a diversificação produtiva, o acesso a mercados e políticas públicas (Neves et al., 2021). Apesar disso, desafios como baixa adesão, fragilidades gerenciais, desigualdades de gênero e pressões do mercado neoliberal limitam seu alcance (Leite; Padilha; Binotto, 2021), sendo identificado no presente estudo, que constatou que apenas 42%

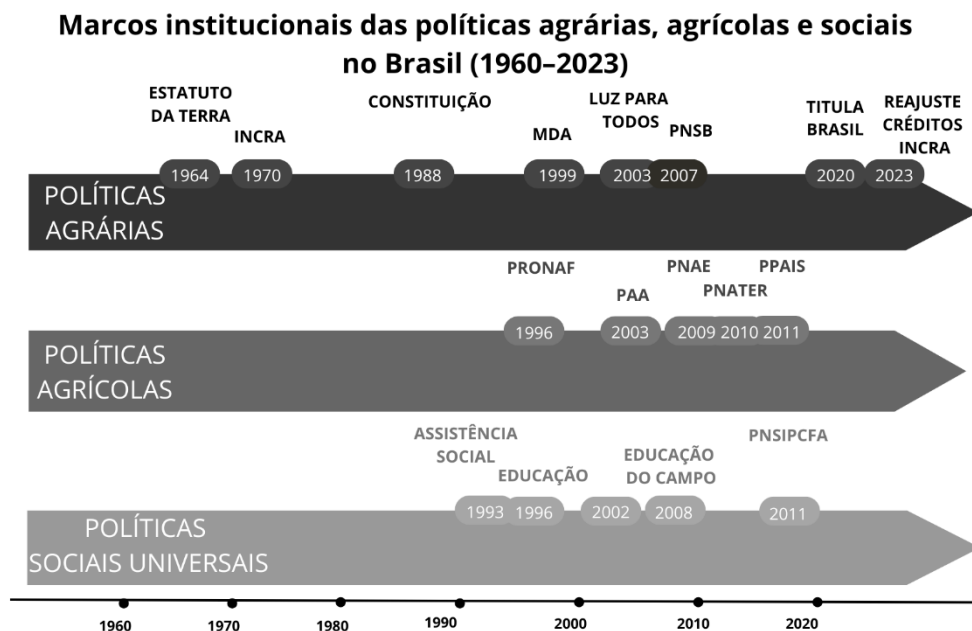
das famílias entrevistadas integram cooperativas ou iniciativas coletivas (Tabela 1).

Apesar das fragilidades organizativas, o Assentamento Araras IV destaca-se pela especificidade em relação às questões de gênero, caracterizado pelo protagonismo feminino nas tomadas de decisão dos caminhos a serem percorridos no lote (Villar, 2017).

3.2. A promessa estatal: marcos jurídico-administrativos das políticas públicas no contexto da Reforma Agrária

A Figura 2 sintetiza os principais marcos jurídico-administrativos das políticas públicas que incidem sobre áreas de Reforma Agrária. Esses marcos expressam o desenho formal da atuação estatal no pós-assentamento, abrangendo políticas sociais universais, agrárias (estruturantes) e agrícolas (produtivas).

Figura 2. Marcos jurídico administrativos das políticas agrárias, agrícolas e sociais no Brasil



Fonte: elaboração própria

Os marcos jurídico-administrativos das políticas públicas incidentes sobre áreas de reforma agrária no Brasil organizam-se a partir de leis, programas, decretos, instrumentos, instruções normativas e portarias instituídos ao longo de

várias décadas. Esse arcabouço tem como marco fundante o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), que regula os direitos e obrigações relativos aos imóveis rurais com vistas à execução da reforma agrária e à promoção da política agrícola, estabelecendo que o acesso à terra deve atender à função social da propriedade (Brasil, 1964). Fundamento posteriormente reforçado pela Constituição Federal de 1988, que reconhece a função social da propriedade como princípio de ordem econômica e afirma os direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, à segurança e à assistência social, criando a base constitucional para a atuação estatal nas políticas sociais e agrárias (Brasil, 1988).

Criado em 1970 pelo Decreto-Lei nº 1.110, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) constitui-se como autarquia federal responsável pela execução da política nacional de reforma agrária e ordenamento fundiário, atuando na obtenção de terras, na implantação e gestão de assentamentos rurais, na regularização fundiária e no apoio à estruturação produtiva e social das famílias assentadas, consolidando-se como o principal agente federal da política agrária no Brasil (Brasil, 1970).

A partir da década de 1990, consolidam-se políticas sociais e produtivas voltadas à agricultura familiar e aos beneficiários da reforma agrária. Em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993) definiu a assistência social como política de seguridade social de caráter não contributivo e instituiu, entre outros instrumentos, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário mínimo mensal a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade (Brasil, 1993). Em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo Decreto nº 1.946/1996, estabeleceu linhas de crédito destinadas à agricultura familiar, com o objetivo de ampliar a capacidade produtiva e à geração de emprego e renda no meio rural, incluindo os beneficiários da reforma agrária (Brasil, 1996).

Em 1999, o Estado de São Paulo instituiu a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), por meio da Lei Estadual nº 10.207/1999, vinculada à Secretaria da Justiça, com a finalidade de executar a política fundiária estadual. Entre suas atribuições centrais estão a discriminação e arrecadação de terras devolutas, a implantação e gestão de projetos de assentamento rural, a regularização fundiária e a prestação de assistência

técnica e social às famílias assentadas (São Paulo, 1999). Em 2002, a Portaria ITESP nº 75/2002, instituiu normas para o cultivo de cana-de-açúcar em assentamentos, regulamentando parcerias produtivas entre assentados e usinas (São Paulo, 2002).

Criado em 1999 no contexto da reorganização da administração pública federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a coordenar as políticas federais de reforma agrária e agricultura familiar, tendo sua estrutura regimental consolidada pelo Decreto nº 3.338/2000 (Brasil, 1999; Brasil, 2000). Em 2003, foi instituído no Decreto nº 4.873/2003, o Programa Luz para Todos, que teve como objetivo promover a universalização do acesso à energia elétrica em áreas rurais e assentamentos da reforma agrária (Brasil, 2003)

Embora as diretrizes da educação básica tenham sido estabelecidas pela Lei nº 9.394/1996, foi posteriormente complementada pelas Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, instituídas pelas Resoluções CNE/CEB nº 1/2002 e nº 2/2008, as quais reconhecem as especificidades socioterritoriais, culturais e produtivas das populações do campo, com incidência sobre os territórios da reforma agrária (Brasil, 1996; 2002; 2008).

A Lei nº 10.696/2003 instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), voltado à compra institucional da produção da agricultura familiar e à promoção do acesso à alimentação (Brasil, 2003). Estabelecida pela Lei nº 11.445/2007, a Política Nacional de Saneamento Básico definiu diretrizes nacionais para o abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem, reconhecendo o saneamento como serviço público essencial (Brasil, 2007).

Em 2009, a Lei nº 11.947/2009 instituiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), determinando que, no mínimo, 30 % dos recursos destinados à alimentação escolar sejam utilizados na aquisição direta de alimentos da agricultura familiar (Brasil, 2009). Em 2010, a Lei nº 12.188/2010 instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), definindo a ATER como serviço de educação não formal voltado ao apoio à produção, à gestão e à comercialização, incluindo os assentados da reforma agrária entre seus beneficiários (Brasil, 2010).

Em 2011, a Portaria nº 2.866/GM/MS instituiu a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), no

âmbito do Sistema Único de Saúde, reconhecendo as especificidades territoriais, sociais e produtivas dessas populações (Brasil, 2011). Ainda em 2011, o Estado de São Paulo criou o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), por meio da Lei Estadual nº 14.591/2011, regulamentada pelo Decreto nº 57.755/2012, estabelecendo que, nas compras institucionais de alimentos realizadas pelo Estado, ao menos 30% sejam provenientes da agricultura familiar (São Paulo, 2011; São Paulo, 2012).

Nos anos subsequentes, ocorreram ajustes e ampliações nesse arcabouço normativo. O Decreto nº 7.775/2012 regulamentou o PAA, definindo suas modalidades operacionais, como compra com doação simultânea, compra direta, apoio à formação de estoques, incentivo à produção e ao consumo de leite, compra institucional e aquisição de sementes (Brasil, 2012). Em 2017, a Portaria nº 2.436/GM/MS revisou a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), consolidando a Estratégia Saúde da Família como modelo prioritário de atenção primária no SUS e reforçando os princípios de territorialização e equidade (Brasil, 2017).

Em 2020, a Portaria Conjunta nº 1 instituiu o Programa Titula Brasil, com o objetivo de ampliar a cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e os municípios para fortalecer os procedimentos de regularização fundiária e titulação em áreas federais, especialmente em projetos de reforma agrária, por meio de parcerias técnico-administrativas (Brasil, 2020).

Em 2023, o Decreto nº 11.586/2023 regulamentou, no âmbito do Poder Executivo federal, a concessão de créditos de instalação aos beneficiários da Reforma Agrária, liquidação e renegociação das dívidas relativas a créditos concedidos em períodos anteriores, atribuindo ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a gestão operacional desses instrumentos (Brasil, 2023).

3.3. Políticas agrárias:

Embora os órgãos gestores definam a trajetória dos assentamentos em fases normativas relativamente padronizadas, a dinâmica observada no Araras IV revela um percurso menos linear. Em geral, a Fundação ITESP (e, no plano federal, o INCRA) organiza o processo em três grandes momentos: (i) implantação/seleção e assentamento, com seleção de famílias, entrega de lotes

e início de infraestrutura básica; (ii) consolidação/desenvolvimento, voltado à estruturação produtiva, assistência técnica e fortalecimento organizativo; e (iii) emancipação/suficiência, quando se supõe a autonomia econômica e produtiva, com redução da dependência de apoio estatal. Entretanto, as narrativas das indicam que essa periodização institucional não descreve, por si só, a experiência cotidiana. Para tornar visível esse descompasso entre o esquema administrativo e a realidade social vivida, a Figura 3 sintetiza, os padrões de presença e ausências do Estado nas dimensões que serão analisadas a seguir

Figura 3. Presenças e ausências estatais nas fases do Assentamento Araras IV (2000-2025)



Fonte: elaborado pela autora (2026)

3.3.1. Regularização

Em Araras, a formação de assentamentos se vincula a um ciclo anterior de mobilizações e negociações envolvendo governo estadual e instituições relacionadas às terras públicas da antiga FEPASA, com participação de sindicatos e organizações de trabalhadores na construção de critérios de destinação das áreas (Lopes; Lopes & Borges, 2014; Massaro Junior, 2009; Villar, 2017). Esse processo resultou na consolidação jurídica dos primeiros assentamentos no município em meados de 1984, direcionados a famílias com

histórico de vínculos com a agricultura e experiência prévia no trabalho rural (Lopes; Lopes & Borges, 2014).

Diferentemente dos demais assentamentos locais, o Araras IV emerge de uma ocupação protagonizada por um coletivo identificado como “sem teto”, em uma área situada na interface rural-urbana (Massaro Junior, 2009; Villar, 2017). Entre 2000 e 2003, parte das famílias permaneceu acampada em barracos de lona, e a demanda pela destinação do loteamento à reforma agrária foi direcionada ao poder público municipal, em um território considerado fragmento da zona urbana, mas sob administração do ITESP, com exigência de manutenção do uso rural (Itesp, 2017; Lopes; Lopes & Borges, 2014; Villar, 2017). A regularização do assentamento diferenciado ocorreu em 2004, tendo o direito à moradia como bandeira central das famílias (Villar, 2017).

Os relatos indicam relativa celeridade na criação e demarcação, com definição inicial de ruas e lotes ainda no período de transição do acampamento, como expresso em: “[...] *Aí veio os agrônomos para fazer tipo uma... aqui vai ser a rua... antes de entrar já demarcou[...]*”. A aceleração dos trâmites é associada a negociações interinstitucionais, envolvendo instâncias federais com participação de níveis estadual e municipal.

Assim, a celeridade administrativa na criação e demarcação que mitigou as barreiras iniciais de reconhecimento do assentamento expressa a presença do estado, embora a agilidade não se converta em processos decisórios compartilhados, reforçando as lacunas das assimetrias. Apesar disso, as mediações de interesses institucionais e negociações entre os órgãos configuraram o acesso ao direito condicionado à intermediação técnico-administrativa.

Nos projetos estaduais de assentamento predomina a discriminação e arrecadação de terras devolutas, registradas como “reconhecimento”, enquanto nos projetos federais, prevalece a desapropriação, cuja tramitação burocrática prevê cerca de vinte procedimentos administrativos nessa fase (IPEA, 2013). Nesse contexto estadual, o Araras IV insere-se em uma trajetória em que terras públicas, como áreas da antiga FEPASA, funcionam como dispositivo de aceleração do ciclo de criação, reduzindo entraves jurídicos e administrativos típicos da desapropriação (IPEA, 2013).

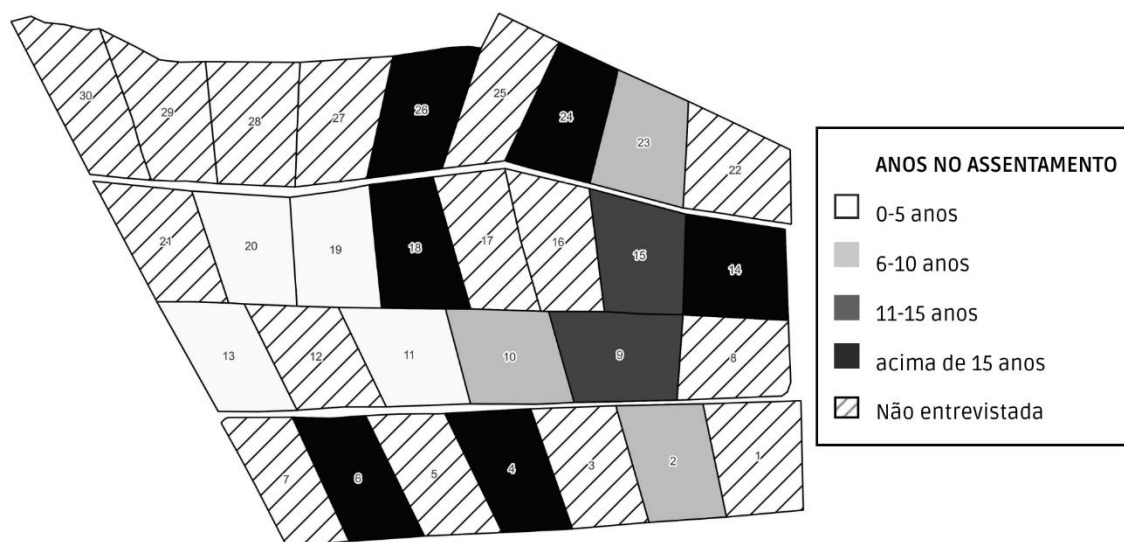
Ao mesmo tempo, o desenho institucional do ITESP combina a afirmação formal da participação comunitária com mecanismos unilaterais de agilização, favorecendo práticas verticalizadas que impactam a organização interna e reproduzem assimetrias decisórias (Sobrinho, 2008; Barone & Ferrante, 2012). Após a instalação, a pauta tende a se fragmentar, surgem dissensos, reforçada por estruturas verticais e pelo viés individualizante dos programas, reconfigurando a organização interna e ampliando a dependência de mediações institucionais (IPEA, 2013), enquanto relações paternalistas entre técnicos e assentados podem deslocar responsabilidades coletivas e enfraquecer a autonomia do território (Taveira & Oliveira, 2008).

Assim, esse reconhecimento “acelerado”, sustentado por arranjos institucionais, reduziu o tempo de espera e entraves iniciais, mas pode ter reforçado mediações e decisões verticalizadas, intensificados no período pós instalação, caracterizado pela fragmentação de pautas, dependência institucional e desgaste do protagonismo do território.

A fiscalização exercida pelo ITESP aparece nas falas como uma presença marcada por notificações, monitoramentos e decisões unilaterais sobre permanência ou substituição de beneficiários, conforme expressa nos relatos: “[...] *Aqui tem dois lotes aqui ó. E o engenheiro já passou mostrando o lote outra pessoa que ele quer ficar com o lote [...]*” e “[...] *Eles estão notificando o terreno sem a pessoa saber [...]vai ser chamado pelo juiz[...]*”. Além disso, as famílias relatam que notificações e advertências passaram a ocupar parte significativa da atuação institucional, reforçando a percepção de que decisões sobre quem permanece ou deve sair são tomadas de forma externa ao assentamento, sem diálogo com os assentados. O incômodo aparece no depoimento: “[...] *Eu não trabalho no ITESP ficar dando recado [...]*”, que sintetiza a centralização das decisões e a transferência informal das responsabilidades para os moradores. Assim, a presença do órgão mediador é percebida como controle territorial e burocrático, ampliando a insegurança sobre a permanência e tensionando a organização coletiva.

Esse modo de atuação, centrado em notificações e substituições, repercute diretamente na composição social do assentamento, ao produzir trajetórias de permanência desiguais e maior rotatividade de beneficiários (Figura 4).

Figura 4. Tempo de permanência no Assentamento Araras IV dos lotes entrevistados



Fonte: elaborado pela autora(2026).

Coexistem no Araras IV lotes com tempos distintos de inserção no assentamento, o que tende a gerar assimetrias de experiência, expectativas e leitura do que é “prioritário” na pauta coletiva. Nessa condição, a fiscalização padronizada por indicadores produtivistas aprofunda a desarticulação, pois incide sobre uma realidade heterogênea sem considerar seus tempos sociais e necessidades estruturais.

A Portaria ITESP nº 77/2004, reforçou a atuação do Instituto como agente de fiscalização e mediação de interesses privados, aproximando a regulação da terra de um horizonte mercantil (Borelli Filho & Souza, 2013). Esse viés homogeneizante e administrativo da extensão rural executada pelo órgão, ao priorizar a fiscalização desuniforme através de indicadores de desempenho econômico sob a ótica produtivista, tende a aprofundar a desarticulação política e social dos assentamentos, enfraquecendo o cooperativismo e desestimulando a autonomia da comunidade (Taveira & Oliveira, 2008; Almeida & Ferrante, 2011), obscurecendo dimensões estruturais como desemprego, exclusão e êxodo rural (Carvalho, 2013).

A ação fiscalizatória do órgão não enfrenta as causas estruturais da concentração fundiária, reforçando a aparência de sucesso da política pública por meio de números inflados de famílias assentadas. Enquanto isso, as grandes áreas do agronegócio permanecem fora da reforma agrária, reproduzindo desigualdade no acesso à terra e a vulnerabilização dos beneficiários (Borelli Filho & Souza, 2013).

Nesse sentido, a presença do estado materializada na fiscalização, ao invés de consolidar os assentamentos, atua como instrumento de controle social, subordinando o território à lógica da produtividade do mercado, individualizando estratégias de permanência, fragilizando vínculos coletivos, e intensificando a defesa pela posse da terra.

O título é percebido como instrumento de consolidação de direitos e garantia de permanência no território. Em um cenário de expectativas e percepções divergentes sobre a conclusão do processo, as falas mencionam: [...]“O título saiu agora... Tá com um probleminha aí, segundo eles, vai sair o ano que vem[...]” e “[...]O presidente do INCRA... fez um vídeo falando assim, que tem gente entrando na justiça por causa dos títulos [...]”.

Há também expressões que associam a titulação à conquista plena do lote e à sensação de segurança em [...]“Muda que a terra vai ser nossa[...]”. Paralelamente, a proximidade com a cidade aparece nas narrativas como vetor de valorização do lote e de assédio por propostas de compra: “[...]Meu pai já recebeu várias e várias propostas [...] por conta que aqui é uma valiosíssimo [...] vai comparar o valor que vai chegar esse daqui por ser próximo à cidade? [...] e em [...]Eu acho que foi a construtora, MRV, veio atrás para comprar a parte de baixo nossa para poder erguer prédio, ofereceu um dinheirão [...]”.

A titulação apresentada como processo em curso, mas com lacunas de previsibilidade dependente da mediação de órgãos e na experiência cotidiana de controle, na qual a presença do órgão fiscalizatório reconfigura o sentido do título como estratégia de proteção frente à tutela estatal.

O Título de Domínio (TD) transfere a propriedade da terra ao assentado, garantindo-lhe o direito de vender, hipotecar ou herdar o lote, aproximando a terra do mercado fundiário e abrindo uma lógica de mercantilização (Mendes & Souza, 2025). Em contrapartida, regimes como a Permissão de Uso (TPU)

mantêm domínio público e asseguram posse e uso sem a propriedade definitiva, preservando seu caráter social e a função pública da terra (Pereira, 2018).

Em territórios com orientação político organizativa, movimentos sociais se posicionam contrários à titulação definitiva, por compreendê-la como processo de desterritorialização do campesinato e territorialização do capital, com risco de abandono estatal e interrupção de políticas públicas essenciais aos assentados (Soares & Santos, 2021). Sustentam a concepção da terra como patrimônio coletivo, vinculado à soberania alimentar, reprodução social e à manutenção das políticas de apoio à agricultura camponesa (Pereira, 2018).

Já no campo estatal, o TD é frequentemente apresentado como símbolo de emancipação e segurança jurídica, associado à autonomia econômica e promessa de crédito. No entanto, sem infraestrutura, assistência técnica e apoio financeiro, a titulação tende a fragilizar os assentamentos, reintroduzindo-os na pressão do mercado de terras, ampliando risco de perda do lote (Durante et al., 2025), agravado na condição dos assentamentos periurbanos, onde a especulação imobiliária se intensifica.

Portanto, a condição periurbana potencializa o dilema da titulação, sendo visto como escudo contra a tutela do estado, mas também ampliando a exposição das famílias às dinâmicas de mercado e especulação.

3.3.2. Crédito instalação: modalidades apoio inicial e aquisição de materiais de construção

A trajetória das famílias que viveram o acampamento mostra que a fome constituiu um eixo estruturante da experiência anterior ao lote. As narrativas indicam que a alimentação assumiu prioridade absoluta diante da escassez, como expressa a fala “[...] *Se pega em dinheiro vira comida mesmo [...]*”, revelando que recursos inicialmente destinados à moradia poderiam ser convertidos imediatamente em itens básicos para garantir sobrevivência. Nesse contexto, o fomento alimentação, em torno de R\$ 2.000,00, foi percebido como vital para aliviar a fome, sintetizada no relato *“Era para alimento... passou uns 10 anos sem comer carne; no dia em que comia, era só uma banda”*. Esse cenário evidencia a fome como experiência social e política que organiza prioridades internas e orienta estratégias de reprodução no curto prazo.

Assim, o apoio inicial se materializa como recurso emergencial para aliviar a fome na entrada no lote, sendo insuficiente para conter a pressão imediata, levando à conversão de outros recursos em alimentação, reduzindo os investimentos em moradia e arranque produtivo.

A fome no Brasil tem sido analisada como um fenômeno estrutural, vinculado a estruturas históricas e relações de poder (Castro, 1984). Em resposta à essa problemática, o debate da soberania alimentar sistematiza princípios que vinculam o enfrentamento da insegurança alimentar à autonomia de sistemas produtivos e ao fortalecimento da agricultura (Rocha e Silva & Scopinho, 2024). No pós acampamento, isso recoloca a centralidade de medidas emergenciais, como os recursos iniciais liberados na entrada do lote, que viabilizam a sobrevivência inicial, incluindo alimentos até a primeira colheita e apoio ao arranque produtivo que operam como política-ponte (Aly Junior & Ferrante, 2013).

Apesar disso, percebe-se os limites desses fomentos nas menções sobre a conversão de outros recursos em alimentação, sinalizando a insuficiência dos mesmos na pressão imediata da fome. Para que essa transição se traduza em estabilidade, são necessárias políticas de estado que fortaleçam a agricultura familiar e garantam condições estruturantes, como acesso equitativo a recursos e serviços básicos no meio rural (Rocha e Silva & Scopinho, 2024)

Durante o período de acampamento, as famílias viveram sob condições extremas de vulnerabilidade, em espaços reduzidos e moradias precárias de lona e madeirite, recorrendo a estratégias coletivas para garantir a sobrevivência cotidiana. Com o reconhecimento do assentamento, a transição para os lotes ocorreu de forma abrupta e mediada por relações institucionais verticalizadas, como expresso em “[...] 48 horas de prazo pra ir pro lote... o que ia fazer? jogar esse povo na rua? [...]”.

Na fase seguinte, parte das famílias acessou o crédito instalação, na modalidade aquisição de materiais de construção, percebido como insuficiente em: “[...] habitação foi R\$4.000... não dava para fazer a casa [...]”, deslocando aos assentados a responsabilidade pela construção das moradias, resultando em habitações desiguais e frequentemente precárias. Persistem entraves burocráticos para aprovação de plantas e regularização, comprometendo a segurança jurídica das moradias, como em: “[...] essa casa aqui no

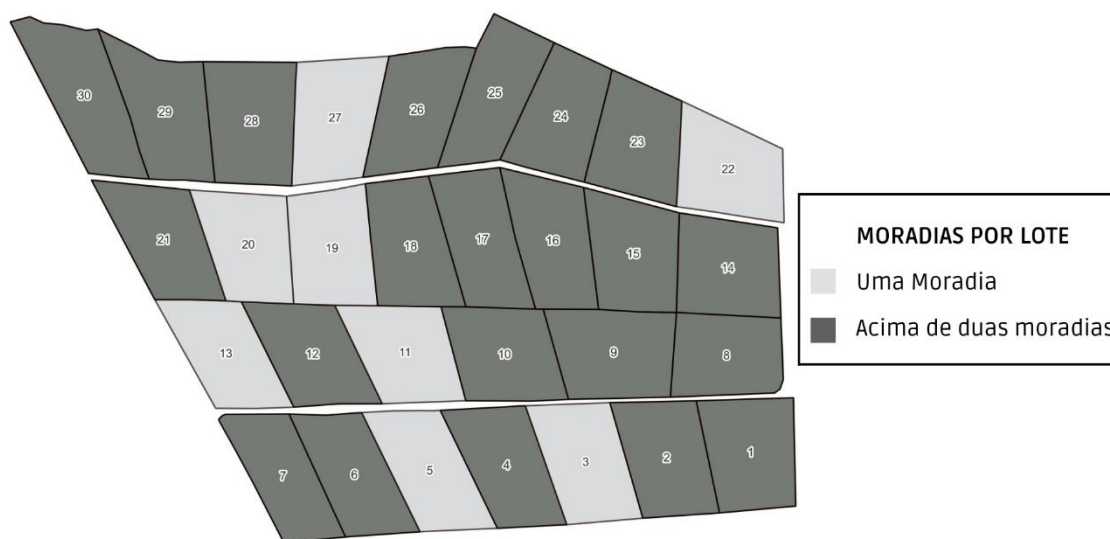
assentamento não tem planta. A casa não vale nada [...] e [...] até hoje está enrolado na prefeitura [...]”, reforçando a fragilidade das condições habitacionais, mesmo após o acesso formal à terra. Além de mitigar a precariedade inicial, a capacidade do crédito de instalação em responder ao adensamento familiar condiciona a permanência e a renovação geracional.

A melhoria imediata decorrente da saída do acampamento não se converte automaticamente em superação da precariedade, permanecendo dependente de políticas estruturantes (Delgado, 2017). Nesse contexto, créditos de instalação, em suas múltiplas modalidades, configuram-se como instrumento fundamental para assegurar a estruturação durante a fase inicial do assentamento, funcionando como etapa preparatória ao acesso às políticas produtivas (Barbosa & Lima Junior, 2018; Soares & Santos, 2021). Apesar disso, sucessivas mudanças normativas e estagnação dos valores reduzem sua capacidade de resposta, ampliando o descompasso entre o direito formal e a efetiva capacidade estatal na garantia de direitos, transferindo a responsabilidade às famílias (Soares & Santos, 2021).

Em São Paulo, o desempenho médio é superior ao nacional na estrutura das moradias, mas permanecem entraves na compra coletiva de materiais de construção via associação, exemplificado pela escassez no estoque dos fornecedores e demora no pagamento, gerando atrasos e riscos que repercutem nos valores dos materiais (IPEA, 2013).

No caso desse assentamento periurbano, a insuficiência desse crédito se agrava pela maior densidade de núcleos familiares e pela necessidade de acomodar novas etapas do ciclo doméstico, incluindo formação de novos arranjos de moradia e possibilidades de sucessão (Tabela 1). A Figura 5 demonstra a predominância de lotes com mais de uma moradia, incluindo as moradias em construção, evidenciando que a demanda habitacional não se encerra na instalação inicial, se reatualizando ao longo do tempo.

Figura 5. Número de moradias por lote no Assentamento Araras IV



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Nesse contexto, a presença formal do crédito de instalação, quando defasada e desarticulada de apoio técnico e de infraestrutura, tende a prolongar a precariedade e a transferir às famílias a responsabilidade pela construção, com efeitos diretos sobre a permanência no território.

3.3.3. Estradas e mobilidade

A abertura das estradas figurou entre as primeiras intervenções estruturantes no assentamento, possibilitando a circulação inicial no território e acionando a chegada de outros serviços públicos. Esse processo é expresso na fala: “[...] Porque abrimos muita estrada quando mudamos. Não tinha estrada. Aí quando abriu a estrada, já passou a água[...]”, indicando que a implantação das vias funcionou como condição para o acesso ao abastecimento de água e mobilidade interna.

Entretanto, a ausência de manutenção das vias é expressa em: “[...] Pedi para arrumar a estrada até hoje, eles não vieram aqui fazer nada[...]”. Também há menções a melhorias recentes associadas a articulações políticas locais,

como em “[...] *Estão colocando pedrinhas[...]*”, vinculadas à atuação de uma assentada em cargo institucional.

Assim, a presença do estado aparece na abertura inicial das vias, viabilizando a circulação e encadeando no acesso a outros serviços, embora a descontinuidade da manutenção sejam lacunas evidenciadas. Em busca de soluções, as mediações se concentram no âmbito municipal, tornando a infraestrutura viária sensível à conjuntura e incidência de representações do assentamento em cargos institucionais.

Estradas condicionam mobilidade, acesso a serviços urbanos e escoamento da produção. Vias de terra ou parcialmente asfaltadas, precárias e vulneráveis amplia tempos de deslocamento e fragiliza a integração aos circuitos econômicos e de serviços (Leite et al., 2004). Isso se relaciona à forma de implantação dos assentamentos, frequentemente sem infraestrutura prévia, deslocando para o pós-assentamento a provisão de estradas, água e energia, em contextos de desgaste social e institucional (Molina & Leite, 2018). A inserção de assentados ou filhos em espaços institucionais pode qualificar mediações e incidência na agenda pública, ainda que de forma parcial (IPEA, 2013).

A abertura inicial das estradas possibilitou o acesso a serviços públicos, enquanto a manutenção depende de mediações políticas municipais, com precariedade recorrente e avanços pontuais.

3.3.4. Abastecimento e acesso à água:

Inicialmente, o abastecimento doméstico foi viabilizado por um arranjo emergencial mediado pela prefeitura, com mangueiras e apoio associado à proximidade urbana. Apesar da precariedade, o fornecimento manteve continuidade mínima do fornecimento, como expresso em: “[...] *Não, sem água não, nunca fiquei [...]*”, vinculado a um acordo entre o a empresa de abastecimento de água do município e o poder local municipal, que assegurou água sem cobrança para parte das famílias. Atualmente, rede pública e poço coletivo coexistem, criando redundância operacional, conforme: “[...] *Quando uma vai embora tem a outra[...]*”.

Embora a água materializada por duas fontes, a consolidação do acesso resultou de um processo prolongado de reivindicação. O limite do abastecimento se arrastou por quase uma década até que a comunidade assegurasse uma

solução para o consumo doméstico, ancorada em lógica semelhante à dos direitos urbanos, e um poço coletivo voltado ao uso agrícola, ainda que com capacidade restrita (Villar, 2017; Tiburcio, 2024).

No uso produtivo, as fragilidades se acentuam. O projeto inicial previa a perfuração de três poços, mas apenas um foi executado, com longos períodos de paralisação, como indicado em: “[...] Até na água eles deram o balão [...] Ficou quase 9 anos parado depois.”. A canalização ocorreu após mobilização dos moradores, evidenciando a dependência da ação coletiva para a efetivação de etapas básicas da política e a insuficiência da infraestrutura para atender às demandas agrícolas.

Dessa maneira, a presença se expressa com maior robustez no plano doméstico, sustentada por arranjos municipais e pela proximidade com infraestrutura urbana, mediadas pela comunidade em acordos com o município. Já no plano agrícola, as lacunas se concentram na baixa capacidade de atender às necessidades de cultivos e criações.

Em contraste com o padrão nacional, reconhecido pela desigualdade e precariedade do acesso à água (IPEA, 2013; Lucati, 2021; Leite et al., 2003; Sugahara et al., 2023), o assentamento Araras IV apresenta uma condição diferenciada no acesso doméstico à água, favorecido pela proximidade às infraestruturas urbanas. Em geral, nos assentamentos rurais brasileiros, o abastecimento depende majoritariamente de nascentes, poços comuns e soluções improvisadas, com a rede pública como exceção (Leite et al., 2003; Sugahara et al., 2023). Essa vantagem não se traduz no abastecimento hídrico para fins agrícolas. Reproduziu a o padrão nacional dos assentamentos, caracterizado por escassez hídrica com objetivos de manter os sistemas de cultivo e criação (IPEA, 2013; Sugahara et al., 2023).

Portanto, a proximidade urbana e a mediação com o poder municipal sustentaram uma condição relativamente estável de água para o consumo doméstico. Essa diferença não se expressa no plano produtivo, no qual permanecem as limitações estruturais que restringem a manutenção dos cultivos agrícolas e criações animais, reforçando desigualdades internas no acesso à água.

3.3.5. Energia elétrica

A energia elétrica foi percebida como de implementação ágil, em: “[...] a energia foi fácil [...]”. A proximidade com redes de energia previamente existente na zona adjacente e a articulação direta com o poder público municipal emergem como elementos centrais, expressos na referência à reunião com o prefeito que “[...] assinou e foi rapidinho [...]”. Também emergem sinais de domínio de informações sobre a tarifa rural, como na fala “[...] porque tem desconto, a gente não paga o ICMS, né?”. No entanto, a conquista da rede elétrica não eliminou tensões associadas ao uso do serviço em zonas rurais em torno da instalação de energia trifásica, expressa em “[...] deu um rolo porque eu queria trifásica e falaram que não punha [...]”.

Portanto, a presença da energia elétrica se materializou desde a criação do assentamento, enquanto desafios como a restrição ao uso produtivo (trifásica) tenham sido mediadas por articulações políticas municipais.

O acesso universal global à energia permanece um desafio em áreas rurais, ainda que a eletrificação avance por meio da expansão da rede convencional (Nações Unidas, 2018). No Brasil, o enfrentamento da exclusão elétrica ganhou maior estrutura a partir da Lei 10.438/2002 e da implementação do Programa Luz para Todos, em 2003, que resultaram em avanços expressivos no meio rural (Brasil, 2002). Entretanto, nos assentamentos, o acesso tende a permanecer mais restrito que na média rural, com maior incidência de fornecimento instável e limitações ao uso produtivo da energia, ainda que em São Paulo os indicadores se aproximem do padrão dos estabelecimentos agropecuários em geral (IPEA, 2013).

A chegada mais rápida da energia elétrica não decorre de uma condição generalizável aos assentamentos rurais, mas da inserção periurbana do território, que possibilita o aproveitamento de infraestruturas urbanas preexistentes e reduz os custos de expansão da rede.

3.3.6. Esgotamento sanitário

O esgotamento sanitário aparece nas narrativas como a dimensão mais negligenciada de serviços públicos no assentamento. Os moradores relatam a ausência de rede de tratamento de esgoto, indicando que “[...] *não tem esgoto... só algumas casas têm. É fossa séptica, algumas casas só [...]*”.

Dessa forma, a ausência do esgotamento sanitário sistemático no assentamento evidencia a contradição do acesso desigual e fragmentado, uma vez que a estação municipal de tratamento de esgoto municipal encontra-se a cerca de 830 metros do assentamento. Além disso, a existência de fossas sépticas pontuais evidencia a dependência de mediações com entidades de atuações pontuais, deslocando a responsabilidade de gestão do esgoto às famílias.

Esse padrão se assemelha ao cenário nacional em assentamentos, no qual o acesso ao esgotamento sanitário é praticamente inexistente, e predominam soluções individuais precárias, prevalecendo fossas negras e, em alguns casos, despejo direto no solo ou em cursos d’água, com risco de contaminação ambiental e hídrica (Leite et al., 2003; IPEA, 2013). Essa condição compromete a saúde e a qualidade de vida das famílias, evidenciando a fragilidade estrutural do saneamento no meio rural. (Sugahara et al., 2023).

Portanto, mesmo que a condição periurbana do Araras IV seja favorecida pela proximidade física com a infraestrutura urbana, a exclusão com as redes públicas de esgoto mantém o saneamento como lacuna estrutural, ampliando riscos sanitários e ambientais.

Em conjunto, as políticas agrárias no Araras IV indicam que a Reforma Agrária não se realiza como um processo contínuo de consolidação de direitos, mas como uma política contraditória, na qual o Estado o reconhecimento formal do assentamento não garante, por si só, a efetivação das condições de permanência das famílias. A defasagem entre o marco jurídico-administrativo e o marco social vivido torna visível que regularização, titulação, crédito instalação e infraestruturas básicas chegam de forma fragmentada, descontínua e mediada, dependendo de negociações institucionais, arranjos locais e respostas contingentes do poder público. Nessa dinâmica, a presença seletiva, ausência e mediação designam formas pelas quais o Estado organiza o acesso à terra,

regula usos, distribui incertezas e redefine as margens de permanência no território. Nessa condição periurbana, a contradição se acentua: a proximidade com a cidade favorece acessos seletivos à infraestrutura e aos serviços, mas intensifica a valorização fundiária, a pressão sobre o uso do solo, e os riscos de mercantilização do lote através do deslocamento da política agrária de uma lógica de reprodução social para uma lógica de regulação e controle. Assim, no Araras IV, as políticas agrárias revelam que, nesse assentamento periurbano, o Estado não como garantidor de direitos, mas como agente que, por meio de seus ritmos, instrumentos e mediações, participa da produção das vulnerabilidades que condicionam as formas de permanência das famílias assentadas.

3.4. Políticas agrícolas

A Tabela 2 sintetiza o acesso das famílias entrevistadas às políticas agrícolas, evidenciando uma inserção institucional restrita.

Tabela 2. Porcentagem de entrevistados com acesso às políticas agrícolas

Créditos e políticas públicas	
Pronaf	46%
PAA	0%
PNAE	0%

O acesso desigual às políticas públicas, com destaque apenas para o Pronaf (46%) e o crédito habitação (33,33%), enquanto o PAA e o PNAE permanecem inativos, evidencia os limites da inserção institucional dessas famílias no acesso a mercados. Em relação aos projetos do Pronaf, foram voltados aos sistemas de produção de horta e granja, indicados pela assistência técnica institucional. Entretanto, as limitações do acesso a mercados, instabilidade do acesso à água para a produção agrícola, e contaminação das aves, impossibilitaram o sucesso dos projetos, acarretando no endividamento e inadimplência de muitas dessas famílias (Villar, 2017).

3.4.1. Pronaf

Os relatos indicam efeitos limitados do Pronaf no assentamento, com projetos padronizados, concentrados na criação de galinhas, resultando em

baixa efetividade, como expresso em “[...]Ninguém criou, só o Deba criou[...]”. A ausência de acompanhamento técnico aparece como eixo do descompasso em: “[...]O combinado era o ITESP acompanhar, mas não acompanhou[...]”. Sem suporte técnico, os projetos enfrentaram baixa produtividade: “[...]comeu uma semana para botar um ovo[...]”, alto custo de ração, doenças e mortalidade das aves, culminando no abandono das estruturas produtivas e em perdas financeiras expressivas, resumidas em “[...]Só na mão perdemos... 19.000[...]”.

Portanto, a presença formal do crédito não foi suficiente para solucionar lacunas na padronização e acompanhamento dos projetos produtivos, sendo que os créditos foram convertidos em prejuízos às famílias.

A experiência do Araras IV se insere no contexto de formulação do Pronaf como política de fortalecimento da agricultura familiar (Brasil, 1996), institucionalizada como instrumento de apoio técnico e financeiro ao aumento da capacidade produtiva e da renda no meio rural (Schneider, Mattei & Cazella, 2021). Formalmente incluídos nas diretrizes como beneficiários da Política Nacional de Agricultura Familiar (Brasil, 2006), os assentados permanecem em posição desfavorável no acesso aos recursos do Pronaf, em um cenário marcado pela concentração do financiamento nos agricultores mais capitalizados (Pires, 2013). Nesse contexto, a ausência de mediação técnica contínua agrava o descompasso entre o desenho da política e sua execução (Taveira & Oliveira, 2008).

Enquanto isso, o suprimento das carências estruturais não atendidas pelo Estado, deslocando o crédito de sua finalidade produtiva para a compensação de ausências institucionais, reproduzindo o paradoxo no qual o crédito agrícola passa a substituir direitos sociais (IPEA, 2013). Assim, a efetividade do Pronaf torna-se dependente da articulação com outras políticas públicas, como as de comercialização, executadas por órgãos federais, e dos arranjos institucionais entre União, estados e municípios (Tafuri, Carvalho & Côrrea, 2025). Essa fragilização foi intensificada na década de 2010, com descontinuidades, retrações orçamentárias, redução dos espaços participativos e imposição de paradigmas setoriais produtivistas (Grisa, 2018; Leite et al., 2023; Tafuri, Carvalho & Côrrea, 2025).

A combinação entre a homogeneização das aptidões produtivas, ausência de acompanhamento técnico e desarticulação com mercados evidenciou a

permanência de uma lógica produtivista hegemônica, incompatível com a heterogeneidade de condições desse assentamento periurbano. Transformou esse crédito em política de risco, abandono produtivo, endividamento e desconfiança.

3.4.2. Mercados institucionais: PAA, PNAE e PPAIS

Os mercados institucionais são descritos como instáveis e pouco acessíveis. Diante da inoperância de programas como PPAIS, PNAE e PAA, predomina a venda direta e por atravessadores: “[...] a firma vem na porta atrás da galinha [...]”. Sobre os mercados institucionais, as narrativas registram atrasos de pagamento em: “[...] ficou 3 meses sem receber [...]”, além das incertezas que inviabilizam investimento, expressas em “[...] como que você vai investir? [...]”. Também aparecem estímulos ao plantio sem garantia de compra: “[...] mandaram plantar [...] na hora de entregar, cadê?”, culminando em perdas e destino da produção para alimentação animal. Também surgem assimetrias entre cooperativas e atravessadores: “[...] o grande que engole o pequeno [...]” e “[...] compra no Ceasa, vende aqui e o seu não tem valor [...]”.

Embora a presença formal do acesso a mercados institucionais exista, a ausência de regularidade e impressibilidades de compras e pagamentos, bem como as relações assimétricas entre cooperativas e atravessadores evidenciam as lacunas na operacionalização e mediação desses programas.

Esse quadro se desenvolve no contexto da ampliação das políticas federais de compras públicas nos anos 2000, com a criação do PAA e do PNAE, que passaram a articular apoio à produção e segurança alimentar por meio das compras governamentais (Brasil, 2003; 2009). No âmbito estadual, o PPAIS, criado em 2011 a partir da experiência desses programas, instituiu compras públicas da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação, teto anual de R\$ 22.000,00 por família e exigência da DCONP (São Paulo, 2013). Em um cenário de restrições ao crédito, esses mercados assumiram centralidade no escoamento da produção. O PAA, especialmente na modalidade Compra com Doação Simultânea, mostrou maior compatibilidade com sistemas produtivos diversificados e agroecológicos, ao permitir flexibilidade na composição da oferta (Tafari, Carvalho & Côrrea, 2025).

A descontinuidade e instabilidade dos repasses financeiros, sobretudo no PAA, comprometeram o planejamento produtivo, a geração de renda e a confiança das famílias nos mercados institucionais. Já o PNAE, é dificultado pela operacionalização com contratos, cronogramas e listas de produtos rígidas, exigindo capacidades de planejamento, escala e logística que frequentemente limitam o acesso dos assentados (Tafuri, Carvalho & Côrrea, 2025). No caso do PPAIS, a baixa adesão dos agricultores, o excesso de regras, competição com grandes fornecedores e divergências institucionais entre executores, coordenadores e facilitadores na garantia de viabilização desse mercado, resultam em cumprimento parcial das exigências legais e concentração das compras em poucos produtos (Neves Neto, 2015).

Embora a presença formal desses programas represente avanços normativos e a proximidade do assentamento periurbano amplie as possibilidades de escoamento, a execução desses programas enfrenta irregularidades, imprevisibilidades de demandas e pagamento e incompatibilidades com a capacidade local de produção. Nesse sentido, esses programas permanecem engessados ao não incorporarem a realidade dos assentamentos periurbanos, caracterizados por mosaicos de usos biodiversos e elevado potencial de diversificação da alimentação escolar. Isso requer maior alinhamento entre cardápios, editais, burocracias e execução de compras/pagamentos, incorporando sazonalidade, aptidão produtiva local e condições concretas de oferta.

3.4.3. ATER:

A assistência técnica é percebida como fonte de desgaste e desconfiança, associada a falhas operacionais, baixa resolutividade e comunicação hierárquica. As narrativas indicam experiências recorrentes de perda de documentos, como expresso em: “[...] *Assistência técnica? Tudo do ITESP. Ele perdeu dois documentos do nosso lote... é geral. No recadastramento, perdeu foi fazer de novo o documento [...]*”. A atuação da prefeitura com presença predominantemente fiscalizatória e pouco orientada à solução de problemas estruturais: “[...] *A prefeitura só vem encher o saco... só vem atrás de dengue...quando eles vêm, o problema vem junto [...]*”.

Assim, a presença se materializa em trâmites burocráticos e fiscalizatórias, enquanto as lacunas estruturais se manifestam na ausência de acompanhamento contínuo, mediados por relações institucionais pontuais e hierárquicas.

Esse quadro do assentamento periurbano assemelha-se aos limites de uma ATER concebida de forma centralizada frente à heterogeneidade dos assentamentos em contextos de precariedade estrutural e baixa articulação intersetorial (Da Silva et al., 2025). A ampliação de atribuições burocráticas e a instabilidade das equipes comprometem a continuidade do acompanhamento técnico e deslocam a ATER de sua função de apoio aos processos produtivos e organizativos, embora experiências territorializadas, como a ATES com técnicos formados pelo PRONERA, indiquem potencial de fortalecimento da mediação estatal e do acesso a direitos (IPEA, 2013). No caso dos assentamentos estaduais, como o Araras IV, disputas político-institucionais, descontinuidade na condução do ITESP e fragilidades na formação técnica reforçam práticas homogeneizantes e pouco aderentes às realidades (Barone & Ferrante, 2012).

Do ponto de vista dos assentados, esses limites se traduzem em uma assistência técnica percebida como distante, burocratizada e pouco presente no território, restringindo o apoio à produção, à organização coletiva e ao acesso a financiamentos (Taveira & Oliveira, 2008). Já na perspectiva dos técnicos, a centralidade do diálogo e da mediação de saberes é tensionada pela sobreposição de funções educativas e fiscalizatórias, fragilizando vínculos de confiança e o caráter pedagógico da ATER, que oscila entre instrumento de acesso a direitos e instância de controle institucional (Alves Sobrinho, 2008; Taveira & Oliveira, 2008).

Portanto, a presença de Assistência Técnica, limitada a ações burocráticas e descontínuas nesse assentamento estadual, desmobilizam o fortalecimento da organização coletiva e apoio às atividades agrícolas, gerando desconfiança no território.

3.4.4. Percepções sobre outras políticas

A política de cooperativismo e beneficiamento de alimentos é percebida como descontextualizada das necessidades do território. A possibilidade de instalação de uma câmara fria, compreendida como uma estrutura agroindustrial

de armazenamento e conservação de alimentos, localizada em outro assentamento, vinculada à cooperativa da qual participam alguns agricultores do Araras IV é narrada com incerteza sobre sua finalidade. A fala “[...] vai vir uma câmara fria, o Estado vai dar [...] você tá favorecendo os cara que tá sendo beneficiado [...]” explicita a percepção de que essa infraestrutura agroindustrial não responde às demandas locais e opera de forma externa à dinâmica produtiva do assentamento. A câmara fria aparece como presença estatal descontextualizada, embora a lacuna expressa na infraestrutura territorialmente deslocada, limite sua incorporação ao fluxo produtivo local.

A agroindustrialização em assentamentos é uma agenda historicamente construída, vinculada à organização produtiva e às lutas por estruturação da reforma agrária (Eid et al., 2015), abrangendo operações pós-produção e dependendo da articulação entre conservação, logística, organização social e comercialização, excedendo a noção de equipamento isolado (Bergamasco & Almeida, 2009). Nessa perspectiva, o beneficiamento tende a produzir efeitos quando compõe estratégias de controle de etapas da cadeia e de redução de dependências mercantis, e não quando aparece como intervenção desconectada do território (Eid et al., 2015). Nesse caso, a agroindústria pode se aproximar de uma cadeia de poder, e não apenas de uma cadeia produtiva (Bergamasco & Almeida, 2009; Eid et al., 2015).

A efetividade do beneficiamento permanece condicionada ao suporte institucional contínuo, acesso a mercados e capacidade de gestão coletiva, especialmente quando há mediações burocráticas e seletividade de acesso a instrumentos públicos (Bergamasco & Almeida, 2009; Eid et al., 2015). Nesse cenário, a estrutura tende a perder centralidade estratégica no controle da comercialização e a manter dependências, em contextos nos quais a inserção mercantil permanece assimétrica e marcada por intermediação (Bergamasco & Almeida, 2009).

No plano organizativo, o beneficiamento exige consensos para sustentar uso compartilhado e continuidade do empreendimento, sendo que a fragilidade desses elementos compromete a condução associativa, mesmo quando a infraestrutura existe (Leal, Queda & Ferraz, 2023). Portanto a cooperação não se sustenta apenas por arranjos formais e estruturais, dependendo de condições

estruturais e políticas que envolvem regras de uso socialmente pactuadas (Scopinho, 2007).

Dessa maneira, a entrega fragmentada da câmara fria, com baixa aderência às condições organizativas e produtivas do assentamento periurbano, reduz sua capacidade de operar como recurso coletivo e de fortalecer a cooperação no território.

As políticas agrícolas no Araras IV evidenciam que a ação estatal se materializa na esfera produtiva de forma seletiva, padronizada e burocraticamente filtrada, por meio de instrumentos que reconhecem formalmente a produção sem sustentar as condições concretas de sua viabilidade.

Diferentemente das políticas agrárias, nas quais a contradição se expressa na distância entre reconhecimento formal e consolidação da permanência, aqui ela se revela no descompasso entre o desenho produtivista dos programas e a heterogeneidade sociotécnica de um assentamento periurbano. Crédito, mercados institucionais, assistência técnica e infraestrutura de beneficiamento não operam como suporte articulado à reprodução socioprodutiva, mas como dispositivos fragmentados, mediados por exigências burocráticas, acompanhamentos descontínuos e lógicas homogêneas de planejamento, que deslocam o risco da política para as famílias.

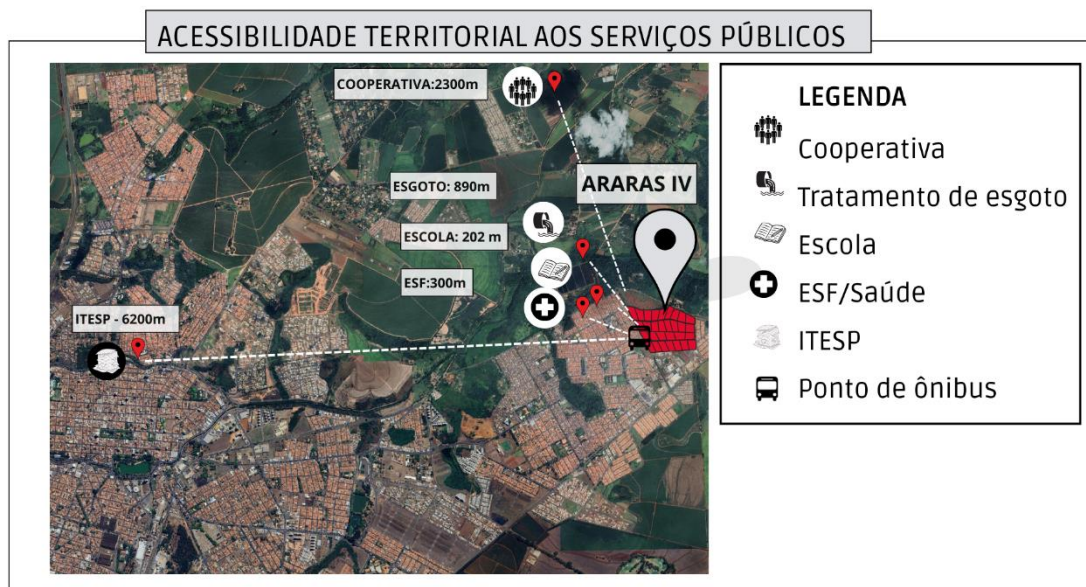
Nesse quadro, a presença do Estado deixa de significar garantia de fortalecimento produtivo e passa a atuar como forma de regulação seletiva, que induz certas trajetórias, desestimula outras e subordina a produção local a arranjos institucionais pouco aderentes aos tempos, capacidades e fluxos do território. Assim, nesse assentamento periurbano, o labirinto institucional das políticas agrícolas não se traduz apenas em baixa efetividade, mas na produção ativa de endividamento, abandono produtivo, desconfiança e enfraquecimento da cooperação, comprometendo a articulação entre produção, mercados e permanência das famílias no assentamento.

3.5. Políticas Sociais Universais:

A localização periurbana do assentamento apresenta-se como um elemento estrutural favorável ao acesso às políticas sociais universais, evidenciado na

Figura 6, que indica a proximidade do território aos equipamentos públicos essenciais, como escolas, unidades de saúde e estruturas administrativas.

Figura 6. Acessibilidade territorial aos serviços públicos no Assentamento Araras IV



Fonte: elaborado pela autora (2026)

3.5.1. Educação

A educação aparece nas narrativas como uma das políticas sociais universais efetivamente materializados no assentamento, constituindo-se como elemento central da reprodução social no território. As escolas de ensino fundamental e médio localizam-se entre 600m e 6,6 km do território, e as falas destacam positivamente o funcionamento de uma escola rural, que reconhece as especificidades da vida camponesa, como expresso em “[...] a educação funciona[...]”, “[...]os professores sabem o jeito que é o pessoal rural[...]”. Essa presença estatal concretiza-se, sobretudo, por meio da oferta regular de transporte escolar, considerada indispensável para a frequência das crianças.

Ainda que a educação figure nas narrativas como política social universal efetiva, essa presença convive com ausências estruturais associadas às trajetórias escolares da população adulta. O Araras IV apresenta o maior número de indivíduos com escolaridade até o 6º ano do ensino fundamental entre os assentamentos de Araras (Villar, 2017), evidenciando um passivo educacional que antecede a constituição do assentamento e condiciona as formas de

reprodução social das famílias. Essa dimensão é reconhecida no relato de uma assentada ao afirmar que “[...] *A maior de todas as produções ficou para trás, que é letrar o nosso povo [...]*” (Tiburcio, 2024), indicando que a efetivação percebida da política educacional envolve a capacidade de enfrentar desigualdades historicamente acumuladas. Apesar disso, a regularidade da frequência escolar entre crianças e jovens sinaliza uma presença estatal capaz de interromper parcialmente a reprodução intergeracional dessas desigualdades (Villar, 2017).

Ao mesmo tempo, as narrativas indicam limites à efetivação desse direito. A inserção do assentamento em um contexto periurbano intensifica a disputa por vagas escolares, exigindo mobilização das famílias para assegurar matrícula, conforme relatado em “[...] *só consegui quando fui lá pessoalmente depois de meses tentando [...]*”. Além disso, a trajetória da escola técnica localizada nas proximidades do assentamento é marcada por descontinuidade institucional, tendo permanecido cerca de sete anos desativada.

Nesse sentido, os relatos sugerem que a política educacional no assentamento apresenta maior estabilidade quando comparada a outras políticas, sustentada pela presença física de escolas próximas ao território e pela regularidade do transporte escolar. No entanto, essa presença convive com um descompasso frente aos princípios da Política Nacional de Educação do Campo, que prevê a oferta educacional contínua e articulada às condições de vida no campo (Brasil, 2002; 2008). Não elimina contradições de acesso no contexto periurbano, como a disputa por vagas e descontinuidades de equipamentos estratégicos, como a escola técnica.

Além disso, embora a escola rural sinalize a presença estatal no território, a oferta formal de ensino distingue-se de uma proposta educativa orientada às especificidades do campo. A escola rural tende a operar a partir de currículos padronizados e referenciais externos ao território, expressando uma presença institucional que, embora materializada, permanece parcialmente desarticulada das dinâmicas sociais, culturais e produtivas locais (Fernandes, 2005). Em contraposição, a Educação do Campo, construída a partir das lutas dos povos do campo, compreende a escola como dimensão constitutiva do território, integrada às relações sociais e aos projetos de vida camponeses (Caldart, 2003). Sob essa perspectiva, a escola passa a assumir um papel formativo vinculado à

leitura crítica da realidade e à permanência dos sujeitos no território, prática dialógica, e instrumento de enfrentamento às desigualdades estruturais, distinguindo-se de uma lógica compensatória ou meramente assistencial, desde que articulada aos processos sociais que a atravessam (Caldart, 2003; Parry & Soaliha, 2025). Diante dessa disputa entre projetos de campo, a presença estatal na educação pode coexistir com ausências substantivas, quando subordinada a modelos de desenvolvimento que reduzem o território à produção e fragilizam os direitos sociais (Santana, 2021).

A presença da educação materializa-se nas narrativas sobre acesso às escolas e transporte, enquanto persistem lacunas de acesso, continuidade e descolamento do projeto de educação no campo. Além disso, a efetivação da política condiciona-se por mediações que exigem mobilização das famílias.

3.5.2. Saúde

O acesso à saúde aparece nas narrativas como uma política social universal formalmente presente, sustentada pela proximidade de equipamentos de atenção básica localizados entre 1,3 km e 2,2, km do assentamento, incluindo um posto de saúde e a referência a uma Unidade de Saúde da Família (PSF) em assentamento vizinho. Apesar da cobertura institucional, os relatos indicam atendimento irregular e pouco previsível, expresso em falas como “ [...] *O médico vem quando ele quer[...]*” e “[...] *eu passo no outro postinho lá em cima[...] (outro bairro)*”. A existência formal do serviço, portanto, não assegura continuidade da atenção básica no território.

Nesse contexto, a presença se expressa na disponibilidade de unidades próximas, enquanto as lacunas aparecem no desafio de consolidar acompanhamento sistemático. Separadas por uma rua as dificuldades de acessar agentes comunitários de saúde e o médico de família indicam que a presença institucional não se efetiva automaticamente (Tiburcio, 2024). Embora a inserção periurbana amplie alternativas de acesso, a proximidade física não assegura uma organização da atenção básica compatível com contextos rurais, conforme previsto na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Águas e Florestas (Brasil, 2011). Assim, o acesso passa a depender de mediações individualizantes, com deslocamentos, iniciativas pessoais e

estratégias contingentes de circulação entre unidades, substituindo a lógica ancorada no território.

Em áreas rurais, distância, transporte e recursos disponíveis condicionam o uso de serviços, influenciando a forma e o momento de busca por atendimento (Carandina, 1994). Nesse contexto, a centralidade da mobilidade observada no assentamento evidencia fragilidades na integração entre atenção primária, saúde pública e ações comunitárias capazes de enfrentar essas barreiras, aproximando o acesso à saúde de um padrão de funcionamento das políticas públicas sociais universais que opera de forma descontínua e contingente (González-Portillo & Ballesteros, 2025).

Paralelamente, experiências em territórios de Reforma Agrária indicam que, diante das limitações no acesso regular aos serviços públicos de saúde, práticas coletivas de cuidado têm sido construídas a partir da organização popular (Rückert & Aranha, 2018). Ancoradas na educação popular e na valorização de saberes e práticas locais, essas experiências ampliam o sentido da saúde para além da assistência médica, articulando autonomia, melhoria das condições de vida, acesso à terra, saneamento, moradia e serviços públicos de saúde (Lima & Roma, 2022). Longe de substituir o sistema público de saúde, essas experiências evidenciam os limites na materialização do direito e ressaltam o protagonismo dos movimentos sociais do campo na sua efetivação.

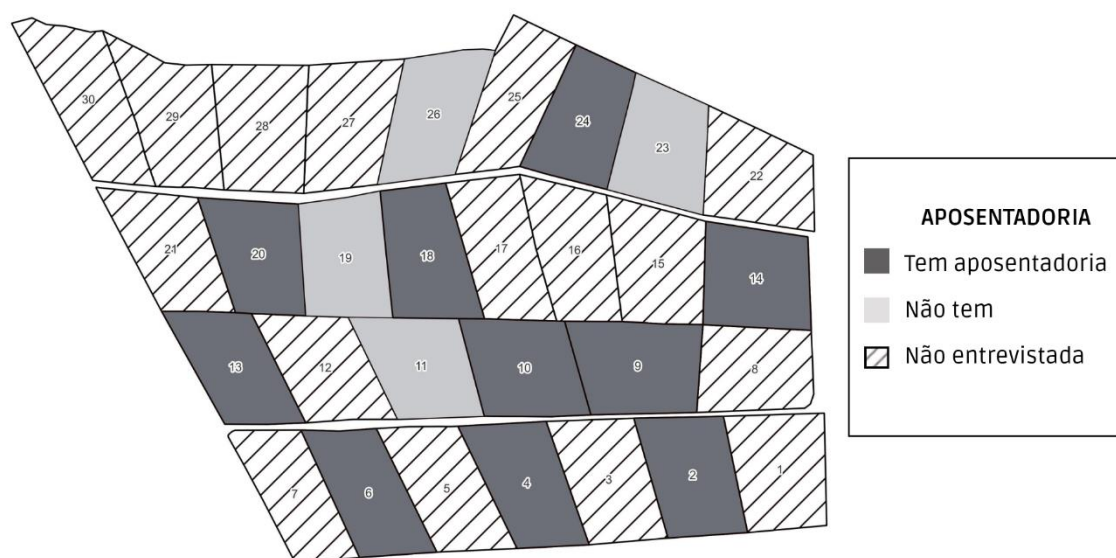
3.5.3. Assistência social

A relevância da assistência social para a reprodução das famílias no assentamento evidencia-se pela composição etária do território, onde cerca de 29,4% dos integrantes das famílias entrevistadas possuem acima de 60 anos conforme a Tabela 1. Embora a assistência social abarque múltiplas atribuições no território, esta subseção delimita a análise à dimensão previdenciária, tema que emergiu com maior recorrência nas entrevistas e no grupo focal.

Nessa configuração, o acesso a benefícios previdenciários constitui um elemento estruturante à segurança econômica, já que entre as famílias entrevistadas, cerca de 66% indicaram a aposentadoria como uma das fontes de renda. Assim, a Figura 7 explicita a aposentadoria

como um relevante componente da reprodução social nos agroecossistemas familiares.

Figura 7. Lotes que possuem a aposentadoria como uma das fontes de renda no Assentamento Araras IV



Fonte: elaborado pela autora (2025)

A assistência social no Assentamento é percebida como uma presença formal instável e personificada, dependente da atuação de profissionais específicos. As narrativas indicam que a efetivação de direitos exige iniciativa individual, como expresso em: “[...] Hoje o assentado que não dá os pulos dele... não aposenta nunca. Se depender deles, ele não vai aposentar[...]”, configurando-se por uma lógica de “cidadania por demanda”, em um contexto de baixa presença institucional. A centralidade de uma assistente social reconhecida é evidenciada em: “[...] Ela era muito trabalhadora. Todo mundo foi aposentar, ela aposentou certinho[...]”. Assim, as mediações individualizadas e ações pontuais compensam arranjos institucionais frágeis

As famílias também denunciam a redução da intensidade da assistência social, associada à rotatividade de profissionais e reorganizações institucionais, como expresso em “[...] Tiraram o veterinário e puseram a assistente no lugar (Itesp)[...]”. Portanto, a ausência de equipes permanentes produz oscilações no acesso ao acompanhamento socioassistencial, mantendo a proteção social formalmente reconhecida, mas materialmente instável território.

A reprodução social no meio rural envolve políticas sociais mínimas de proteção, além da produção agrícola (Wanderley, 2009). Rendas não agrícolas, como aposentadorias e benefícios, constituem componentes recorrentes da economia das famílias rurais, especialmente diante da instabilidade produtiva e do envelhecimento populacional (Schneider, 2007). No entanto, a institucionalização do SUAS como política de direitos convive com práticas clientelistas e personalistas, que não são superadas apenas pelo marco normativo (Raichelis; Couto & Yazbek, 2012). Essa fragilidade decorre da limitação das capacidades estatais locais, administrativas, técnicas e relacionais responsáveis por sustentar sua continuidade no território (Grisa, 2018). Além disso, a precarização das políticas públicas, nos quais o desmonte se manifesta pela fragilização dos canais de mediação, pela sobrecarga dos municípios e pela instabilidade das equipes técnicas, produz efeitos desiguais no cotidiano dos territórios (Leite et al., 2023).

Assim, a centralidade do município amplia a capilaridade, mas expõe limites associados às desigualdades federativas e às condições estruturais de implementação, indicando que as dificuldades observadas na oferta dos serviços não podem ser atribuídas exclusivamente ao plano local, pois estão vinculadas à forma mais ampla de organização da proteção social no país (Raichelis; Couto & Yazbek, 2012).

As políticas sociais universais no Araras IV indicam que a condição periurbana favorece acessos mais imediatos a serviços e equipamentos públicos, sobretudo em razão da proximidade com a malha urbana e da possibilidade de aproveitamento de estruturas municipais já existentes. No entanto, essa maior capilaridade não significa que o assentamento seja reconhecido institucionalmente em sua especificidade.

A efetivação dessas políticas ocorre por encaixes parciais, mediações locais e adaptações contingentes, revelando que o Estado se faz presente seletivamente sem, necessariamente, superar a dicotomia entre rural e urbano que organiza o desenho das políticas públicas. Nesse sentido, a presença estatal nas políticas sociais universais reconfigura o labirinto institucional. A presença seletiva, descontínua e frequentemente personificada, depende da proximidade física, da iniciativa das famílias e da capacidade de articulação com o poder público municipal. Assim, embora o contexto periurbano otimize certas

condições de acesso, não dissolve a necessidade de políticas pensadas para territórios que são formalmente rurais, mas atravessados por dinâmicas urbanas. Portanto, é que a efetivação das políticas sociais universais nesse assentamento não decorre do reconhecimento pleno de sua condição periurbana, mas de acomodações institucionais que ampliam alguns acessos enquanto mantêm desigualdades, instabilidades e lacunas na reprodução social das famílias.

4. SÍNTESES E REFLEXÕES

Os resultados desta pesquisa indicam que, para além do contexto espacial, a condição periurbana do Araras IV constitui um elemento estruturante da forma como a ação estatal se materializa no território. Enquanto a proximidade com a malha urbana amplia, de forma seletiva, as possibilidades de acesso a serviços, equipamentos públicos, infraestruturas e circuitos de circulação, essa condição intensifica disputas sobre o uso do solo, a valorização fundiária e as pressões sobre a permanência das famílias.

O assentamento evidencia que a efetivação da reforma agrária, em contexto periurbano e sob gestão estadual, como processo contraditório, atravessado por discontinuidades, mediações institucionais e seletividades na territorialização das políticas públicas. A principal implicação analítica desse achado é a persistência de um descompasso entre marco jurídico-administrativo e marco social vivido. Nas políticas agrárias, esse descompasso se expressa no fato de que reconhecimento formal, regularização, titulação, crédito instalação e infraestruturas básicas não se convertem em condições materiais e políticas de permanência. A titulação sintetiza essa contradição: apresentada como segurança jurídica e emancipação, nesse contexto periurbano, amplia a exposição da terra à valorização fundiária, à pressão imobiliária e à mercantilização do lote. Sem suporte continuado à reprodução social, titular não equivale a consolidar direitos, podendo intensificar vulnerabilidades.

Nas políticas agrícolas, o Estado surge através de créditos, assistência técnica, mercados institucionais e infraestrutura de beneficiamento operam por dispositivos seletivos, padronizados e burocraticamente filtrados, pouco aderentes à heterogeneidade sociotécnica do assentamento. O resultado é a conversão do fomento em risco. A política formaliza apoio, mas transfere às famílias os custos da desarticulação entre produção, infraestrutura,

acompanhamento técnico e comercialização. Nesse caso, o labirinto institucional materializado pela baixa efetividade programática, produz endividamento, abandono produtivo, desconfiança e fragilização da cooperação.

Nas políticas sociais universais, por sua vez, a proximidade com a malha urbana amplia a capilaridade dos acessos, sobretudo por meio do aproveitamento de equipamentos e serviços municipais. Contudo, não corresponde ao reconhecimento institucional da especificidade periurbana do assentamento. O acesso ocorre por encaixes parciais, acomodações contingentes e mediações locais, e não por desenho público capaz de responder a um território formalmente rural, mas atravessado por dinâmicas urbanas. Portanto, nessa esfera, a maior presença estatal reconfigura o labirinto institucional.

Dessa forma, presença, ausência e mediação expressam os modos de regulação territorial pelos quais o Estado distribui acessos, produz incertezas e condiciona as margens de reprodução social das famílias. O Araras IV evidencia um padrão de ação estatal ainda estruturado pela dicotomia entre rural e urbano, insuficiente para responder à especificidade dos assentamentos periurbanos. A condição periurbana redefine os termos da permanência, reorganiza as pressões sobre o uso da terra e explicita os limites de políticas públicas que seguem operando com categorias territoriais rígidas diante de realidades não dicotômicas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. B. de; FERRANTE, V. L. S. B. Ambiguidades e assimetrias de informações no processo de parceria agrícola nos assentamentos rurais: equívocos da mediação. *Retratos de Assentamentos*, v. 14, n. 1, 2011. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2011.v14i1.85.

ALVARES, C. A.; STAPE, J. L.; SENTELHAS, P. C.; GONÇALVES, J. L. M.; SPAROVEK, G. Köppen's climate classification map for Brazil. *Meteorologische Zeitschrift*, v. 22, n. 6, p. 711–728, 2013. DOI: 10.1127/0941-2948/2013/0507.

ALY JUNIOR, O.; FERRANTE, V. L. S. B. A execução da reforma agrária no governo Lula (2003–2010): avanços e impasses no estado de São Paulo. *Retratos de Assentamentos*, v. 15, n. 2, p. 15–61, 2012.

AVILA, J. E. T.; BRANDÃO, J. A. V.; OLIVEIRA, A. F.; LOPES-ASSAD, L. R. C.; COSTA, M. B. B. Atividades de divulgação de técnicas de rochagem com agricultores familiares de assentamentos de Araras (SP). *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revista.aba-agroecologia.org.br/cad/issue/view/18>. Acesso em: 28 jan. 2026.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 55, n. 3, p. 755–785, 2012. DOI: 10.1590/S0011-52582012000300006.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; ALMEIDA, L. M. de M. C. Agroindústrias rurais e segurança alimentar: um novo modelo de desenvolvimento nos assentamentos? *Retratos de Assentamentos*, v. 12, n. 1, p. 87–108, 2009. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/47>. Acesso em: 28 jan. 2026.

BORELLI FILHO, D.; SOUZA, J. G. de. Assentamento Horto Bueno de Andrada: subordinação da terra ao capital agroindustrial e contradições com o modo de vida camponês. *Retratos de Assentamentos*, v. 16, n. 1, 2013. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2013.v16i1.137.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Decreto nº 3.338, de 11 de janeiro de 2000. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3338.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. Institui o Programa Luz para Todos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4873.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023. Regulamenta a concessão de créditos de instalação aos beneficiários do PNRA e a liquidação e a renegociação das dívidas relativas aos créditos de instalação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/d11586.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1110.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o financiamento da alimentação escolar no âmbito do PNAE. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.911-8, de 29 de julho de 1999. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1911-8.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/resolucao_ceb_02_2008.pdf. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011. Institui a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA). Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2866_02_12_2011.html. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 3.338, de 11 de janeiro de 2000. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3338.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Portaria Conjunta nº 1, de 2 de dezembro de 2020. Institui o Programa Titula Brasil e dispõe sobre seus objetivos e forma de implementação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-1-de-2-de-dezembro-de-2020-291801586>. Acesso em: 28 jan. 2026.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. *Currículo sem Fronteiras*, v. 3, n. 1, p. 60–81, 2003. Disponível em: <https://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-1/Educacao->

[MII/3SF/A ESCOLA DO CAMPO EM MOVIMENTO.pdf](#). Acesso em: 28 jan. 2026.

CARANDINA, L. As condições de saúde nos assentamentos do estado de São Paulo: uma abordagem preliminar. *Travessia – Revista do Migrante*, v. 7, n. 20, p. 25–32, 1994. DOI: 10.48213/travessia.i20.424.

CARVALHO, J. G. de. Políticas públicas e conflitos institucionais em assentamentos rurais: um estudo de caso da região administrativa de Ribeirão Preto. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5., 2012, Belém. *Anais...* Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012.

CASTRO, J. de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

DELGADO, G. C. Questão agrária, políticas públicas e desenvolvimento rural. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 45–66, 2017. DOI: 10.1590/S0103-40142017.31890005.

DURANTE, L. C. et al. Regularização fundiária no âmbito da reforma agrária: o caso do assentamento rural Santa Mônica – Terenos, MS. *Estudos Avançados*, v. 39, n. 114, e39114303, 2025. DOI: 10.1590/S0103-4014.202539114.018.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). *Fundação ITESP: sua história e realizações: evolução das políticas agrária e fundiária no estado de São Paulo*. São Paulo: ITESP, 2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA” (ITESP). Assentamentos: situação quanto à localização municipal. 2007. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>. Acesso em: 28 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Araras (SP). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/araras.html>. Acesso em: 28 jan. 2026.

LOPES, K. C. S. A.; BORGES, J. R. P.; LOPES, P. R. Aspectos sociais e ambientais relevantes para a conversão de agroecossistemas: um estudo de caso em assentamento rural. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 5., 2012, Araraquara. *Anais...* Araraquara: Uniara (Nupedor), 2012. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_6/essao_6D/06_Keila_Lopes.pdf. Acesso em: 28 jan. 2026.

LOPES, K. C. S. A.; LOPES, P. R.; BORGES, J. R. P. Saneamento ambiental no meio rural e transição agroecológica: um estudo no Assentamento Horto Loreto – Araras/SP. *Retratos de Assentamentos*, v. 17, n. 2, p. 197–230, 2014. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2014.v17i2.172.

MASSARO JUNIOR, L. R. *Levantamento de raízes e tubérculos nos assentamentos rurais I, II, III, IV, no município de Araras/SP*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) — UNESP, Instituto de Biociências de Rio Claro, Rio Claro, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/119879>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SILVA, B. A. *Mapeamento, espacialização e caracterização do componente arbóreo na paisagem de assentamentos*. 2020. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) — Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Araras, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/12393>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. et al. Segurança alimentar e nutricional e qualidade de vida em assentamentos rurais. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 20, n. 1, p. 13–23, 2015. DOI: 10.20396/san.v20i1.8634619. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634619>. Acesso em: 28 jan. 2026.

TIBURCIO, I. P. *A resistência feminina nos assentamentos de Araras (SP): perspectivas geográficas feministas pelas lentes da geo-foto-grafia*. 2024. Dissertação (Mestrado) — UNESP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/908d53ade033-412f-a587-cdd90036d39b>. Acesso em: 28 jan. 2026.

VILLAR, G. H. L. *Análise de políticas públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em assentamentos rurais no município de Araras, estado de São Paulo*. 2017. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) — Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Araras, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstreams/1badbd01-4f43-4628-a5c8-64127f221706/download>. Acesso em: 28 jan. 2026.

EID, F.; ADDOR, F.; CHIARIELLO, C. L.; LARICCHIA, C. R.; KAWAKAMI, A. Políticas de agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária: uma análise do diálogo entre a prática das cooperativas do MST e as políticas governamentais. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 11, n. 22, p. 1-31, 2015. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/3133>. Acesso em: 28 jan. 2026.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, 1., 2005, Brasília, DF. *Trabalho apresentado [...]*. Disponível em: https://forumeja.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/151616/598987/artigo_bernardo-texto-complementar.pdf. Acesso em: 28 jan. 2026.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). Portaria ITESP nº 75, de 24 de outubro de 2002. Estabelece normas para o cultivo de cana-de-açúcar em assentamentos estaduais. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 2002.

GONZÁLEZ-PORTILLO, A.; RUIZ-BALLESTEROS, E. The strategic role of public social services in times of rural crisis: reflections from rural Andalusia (Spain). *Journal of Social Service Research*, [s. l.], 2025. Advance online publication. DOI: 10.1080/01488376.2025.2564872. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01488376.2025.2564872>. Acesso em: 28 jan. 2026.

GRISA, C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 36-50, 2018. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/37>. Acesso em: 28 jan. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Avaliação da situação dos assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo: fatores de sucesso ou insucesso*. Brasília, DF: Ipea, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/items/16e6597a-4d58-42c3-8174-7d4d9e6fba33>.

Acesso em: 28 jan. 2026.

LEAL, S. de C. G. G.; QUEDA, O.; FERRAZ, J. M. G. Microbacia II – Acesso ao mercado: convencendo os assentados a se transformarem em empreendedores rurais. *Retratos de Assentamentos*, [s. l.], v. 26, n. 1, e457, 2023. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2023.v26i1.457.

LEITE, A. Z.; SAUER, S.; BRASILEIRO, B. P.; LOMBARDI, A. C. Propulsores do desenvolvimento socioeconômico em assentamentos de reforma agrária no Brasil. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 24, n. 60, p. 48-72, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8118>. Acesso em: 28 jan. 2026.

LEITE, S. (org.). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. Capítulo citado: LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. Estado, assentados e assentamentos. In: LEITE, S. (org.). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 93-96.

LIMA, A. S. V.; ROMA, C. M. Reforma agrária enquanto promoção de saúde: da ocupação ao assentamento. *Formação (Online)*, Presidente Prudente, v. 29, n. 54, p. 101-122, 2022. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/8178>. Acesso em: 28 jan. 2026.

LUCATI, L. B.; PLACERES BORGES, J. R. (In)Segurança hídrica e o desafio de viver e produzir no PDS Sepé Tiaraju, SP. *Retratos de Assentamentos*, [s. l.], v.

25, n. 2, p. 209-241, 2022. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.522. Disponível em:

<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/522>.

Acesso em: 28 jan. 2026.

MENDES, L. J.; SOUSA, R. A. D. O programa “Titula Brasil”, agronegócio e o mercado de terras: a necessidade da reforma agrária. *Espacio Abierto*, [s. l.], v. 34, n. 3, p. 26-38, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15609126.

MOLINA, C. B.; LEITE, A. Z. Análise da implementação de crédito instalação na modalidade Fomento Mulher no período 2014–2017. [Manuscrito]. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2018.

NAÇÕES UNIDAS. *Análise das revisões nacionais voluntárias relativas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7*. [s. l.: s. n.], 2018. (Se você tiver o link/PDF oficial, eu padronizo com “Disponível em” e “Acesso em”.)

NEVES NETO, C. de C. A agricultura familiar no contexto dos programas de compras coletivas de alimentos: o PAA, PNAE e o PPAIS. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 2, n. 37, p. 69-84, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3516>. Acesso em: 28 jan. 2026.

PARRY, A. B.; SOALIHA, S. The role of education in fostering social justice: a critical pedagogical approach. *The Social Science Review: A Multidisciplinary Journal*, [s. l.], special issue (Summer 2025), p. 7-15, 2025. Disponível em: <https://tssreview.in/wp-content/uploads/2025/09/2-Adil-Bashir-Parry-Dr.-Sarvat-Soaliha.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2026.

PIRES, Murilo José de Souza. Contradições em processo: um estudo da estrutura e evolução do Pronaf de 2000 a 2010. *Texto para Discussão*, n. 1914. Brasília, DF: Ipea, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/9d02eaf8-81b9-42cb-97cc-5fe79ef5351d/download>. Acesso em: 28 jan. 2026.

RAICHELIS, Raquel; COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: apresentando a pesquisa, problematizando a política social. *Revista de Políticas Públicas*, v. 16, (número especial), p. 453–460, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321131651049.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2026.

ROCHA E SILVA, H. de F.; SCOPINHO, R. A. Estratégias para enfrentar a fome no acampamento Santa Helena, São Carlos-SP. *Retratos de Assentamentos*, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 7-23, 2024. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2024.v27i1.588.

RÜCKERT, B.; ARANHA, A. V. S. Struggling for health is struggling for agrarian reform: a study on health practices within the Brazil's Landless Workers' Movement. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 116-127, 2018. DOI: 10.1590/S0104-12902018170158.

SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTANA, M. S.; LIMA FILHO, R. A. F.; REIS, D. A. Ensino remoto nas escolas do campo: um olhar para as tecnologias digitais nas escolas e domicílios rurais do Brasil. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 10, n. 10, e497101018765, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i10.18765. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18765>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 10.207, de 8 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a criação da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1999/lei-10207-08.01.1999.html>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 14.591, de 19 de outubro de 2011. Institui o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14591-19.10.2011.html>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 57.755, de 24 de janeiro de 2012. Regulamenta o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-57755-24.01.2012.html>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, ano XVI, n. 3, p. 15–33, jul./ago./set. 2007.

SCHNEIDER, S; MATTEI, L; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, M K; MARQUES, P. E. M (org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*.

Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21–49.

SCOPINHO, R A Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. esp., p. 84–94, 2007.

SOARES, Irani Santo; SANTOS, Carla Renata dos. Crédito instalação para assentamentos de reforma agrária: um panorama entre os anos de 1993 a 2021. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 6, p. 64549–64564, jun. 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n6-447.

SOBRINHO, Francisco Feitosa Alves. *A extensão rural na Fundação ITESP: caminhos e descaminhos do ensino-aprendizagem*. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, 2008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1609278>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SUGAHARA, C. R.; FERREIRA, D. H. L.; MENDES, J. P.; CONTRIGIANI, A. C. A questão da água em assentamentos: um estudo de caso no assentamento periurbano Milton Santos. *Grifos*, v. 32, n. 60, p. 1–23, 2023. DOI: 10.22295/grifos.v32i60.7291.

SCOTT, James C. *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.

SOSS, Joe; FORDING, Richard C.; SCHRAM, Sanford F. *Disciplining the poor: neoliberal paternalism and the persistent power of race*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

TAFURI, D. M.; CARVALHO, J. G. de; CÔRREA, M. Estruturas elementares das políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: estudo de caso em assentamento rural. *Ciências Sociais em Revista*, v. 61, n. 3, p. 54–72, 2025. DOI: 10.34024/csr.2025.61.3.17317.

TAVEIRA, L. R. S; OLIVEIRA, J.T. Aier de. A extensão rural na perspectiva de agricultores assentados do Pontal do Paranapanema – SP. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 46, n. 1, p. 9–30, 2008. DOI: 10.1590/S0103-20032008000100001.

WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEÇÃO III
ENTRE PRODUÇÃO E MORADIA: TERRITORIALIDADES E DINÂMICAS
SOCIOPRODUTIVAS NO ARARAS IV

RESUMO

Essa seção analisa a organização espacial e socioproductiva dos agroecossistemas familiares no Assentamento Araras IV, tomando a condição periurbana como chave para compreender os usos do solo, os subsistemas produtivos e os circuitos de produtos, insumos e destinos da produção. Com base em abordagem mista, articula entrevistas familiares e imagens aéreas georreferenciadas obtidas por voo de drone, integrando análise qualitativa, quantificação dos usos do solo e representação relacional dos fluxos socioproductivos. A leitura mobiliza os agroecossistemas como unidades de gestão econômico-ecológica, compostas por subsistemas articulados ao suprassistema, no qual mercados, comunidade e Estado condicionam seu funcionamento. Os resultados evidenciam agroecossistemas organizados por uma lógica multifuncional, na qual a centralidade dos quintais agroflorestais e das cercas vivas, presentes em todos os lotes, se articula à criação animal, aos cultivos anuais, à moradia como base da reprodução social das famílias. O predomínio do autoconsumo, a venda informal dos excedentes por redes locais e digitais e a dependência parcial de sementes e ração indicam uma condição de autonomia relativa, sustentada em equilíbrio instável entre recursos internos e vínculos com mercados e insumos externos. Assim, a condição periurbana conforma os agroecossistemas do Araras IV, favorecendo a permanência familiar, a ampliação seletiva de acessos e a circulação local da produção, mas também intensifica pressões sobre o uso do solo, a valorização fundiária e os limites à autonomia produtiva.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Diante da urbanização acelerada, da concentração fundiária e da especulação imobiliária, os assentamentos rurais periurbanos se colocam como alternativas estratégicas de combate à exclusão social, promovendo o acesso à terra, moradia e produção de alimentos. Nesse contexto, esta seção se fundamenta nos eixos dos assentamentos periurbanos, da agricultura urbana e periurbana e dos agroecossistemas, articulando-os para compreender os usos do solo, modos de vida e estratégias produtivas das famílias assentadas.

Para avaliar essa complexidade, foi adotada uma abordagem metodológica que articula dados qualitativos e quantitativos, possibilitando uma leitura dos agroecossistemas familiares, compreendendo-os como expressão material de práticas e relações sociais em constantes reconfigurações.

Com base nessas ferramentas, essa seção busca atingir dois objetivos centrais: i) avaliar a dinâmica espacial dos agroecossistemas e seus respectivos subsistemas, categorizando e quantificando os diferentes usos do solo; ii) caracterizar os agroecossistemas, analisando os circuitos de produtos, insumos e destino da produção dos subsistemas agrícolas e de criação animal. A combinação desses objetivos busca compreender as relações entre condições e objetivos familiares e autonomia.

2. PERCURSO METODOLÓGICO: procedimentos analíticos

Esta seção adota uma abordagem mista, integrando análises qualitativas e quantitativas à análise espacial, mobilizando como base empírica entrevistas familiares e imagens aéreas georreferenciadas obtidas por voo de drone, processadas em ortomosaico. A sistematização analítica foi orientada pela integração entre as informações produzidas nas entrevistas e o mapeamento e quantificação dos usos do solo, visando representar a organização espacial e funcional dos agroecossistemas familiares no Assentamento Araras IV.

2.1. Tipologia de uso e cobertura do solo

A tipologia de uso e cobertura do solo foi elaborada a partir da interpretação visual do ortomosaico, do mapeamento participativo com as

famílias e da validação em campo, com o objetivo de representar a organização espacial e funcional dos agroecossistemas familiares. Construída de forma indutiva, a tipologia priorizou o papel de cada uso no funcionamento dos agroecossistemas, permitindo captar a multifuncionalidade do território e analisar os subsistemas produtivos, reprodutivos e ambientais que compõem cada lote. A delimitação das classes foi realizada por interpretação visual e validação em campo.

As categorias foram agrupadas em três conjuntos funcionais, que expressam diferentes lógicas de uso e cobertura do solo:

- i) Usos de reprodução social: incluem as áreas destinadas à moradia e às atividades cotidianas das famílias, fundamentais para a reprodução social dos agroecossistemas. Foram mapeadas as classes: moradia, moradia em construção, áreas de lazer e circulação.
- ii) Usos agrícolas: reúne os espaços destinados à produção vegetal, caracterizando diferentes níveis de intensificação, diversidade e funções. Foram identificadas as classes: roça, horta, quintal agroflorestal, cerca viva, cana-de-açúcar, café, pastagem, capineira e pousio.
- iii) Usos produtivos de criação animal: correspondem às áreas voltadas à criação de animais e às infraestruturas associadas. Incluem as classes: galinhas, suínos, gado, cavalos, tanque/peixe e instalações pecuárias.

2.2. Procedimentos analíticos:

A análise dos resultados foi orientada pela integração entre os dados qualitativos e espaciais. As entrevistas foram sistematizadas e organizadas em categorias temáticas, permitindo a identificação de padrões socioculturais e produtivos nos agroecossistemas familiares. Paralelamente, as imagens georreferenciadas processadas via software permitiram mapear os diferentes usos do solo e os subsistemas presentes em cada lote.

Essa combinação analítica possibilitou uma leitura integrada dos agroecossistemas, evidenciando as relações entre a organização do espaço, as formas de reprodução social e a lógica de funcionamento das unidades produtivas. Diagramas de Sankey foram utilizados para representar visualmente os fluxos entre insumos, produtos e seus destinos, destacando os circuitos

socioprodutivos e os graus de dependência de insumos externos. Os fluxos foram construídos a partir de informações autorreferidas nas entrevistas, sistematizadas por subsistema e por destino da produção, priorizando uma leitura relacional, e não mensuração exata de volumes).

Com base nessa estratégia combinada, a análise foi organizada em três eixos temáticos: (1) o uso e ocupação do solo; (2) os subsistemas produtivos de cultivos e criação animal; e (3) os circuitos socioprodutivos. Essa estrutura analítica permitiu compreender os agroecossistemas como expressões das relações entre terra, teto, trabalho, território e vida cotidiana, forjadas nas condições específicas de um assentamento rural com forte interface urbana.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO: expressões da territorialidade agroecológica

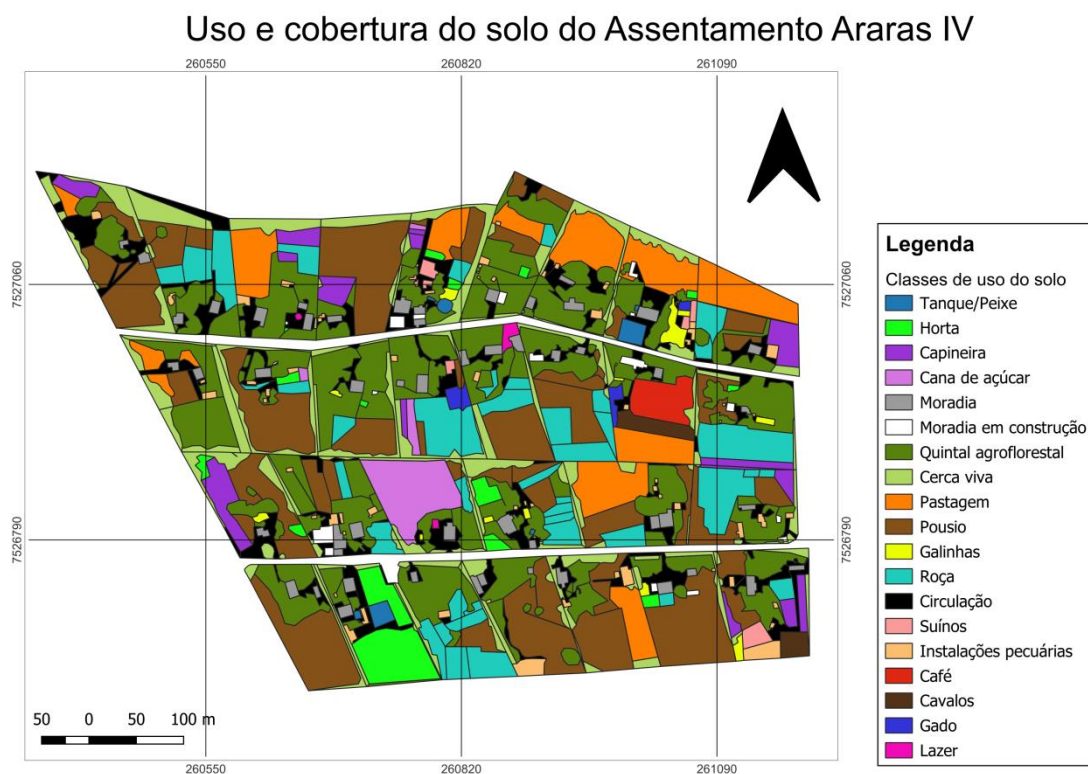
O assentamento Araras IV, enquanto território periurbano, constitui um espaço de ressignificação cotidiana entre o cultivo da terra e a construção da moradia. Neste capítulo, analisam-se os modos de vida e de produção a partir das dinâmicas socioculturais e dos arranjos produtivos tecidos pelas famílias assentadas. A exposição tem início com a apresentação das dinâmicas socioculturais tecidas por gente e trabalho, delineando o perfil das famílias e as relações que sustentam o cotidiano do assentamento. Na sequência, o espaço é abordado como expressão da vida, evidenciando a configuração dos agroecossistemas e os modos de existir no território. Em seguida, são discutidas as práticas vinculadas aos cultivos agrícolas e à criação de animais, ressaltando as formas de organização do trabalho e os saberes locais. Por fim, são analisados os circuitos socioprodutivos, destacando os fluxos, trocas e estratégias de comercialização que conectam os sistemas produtivos ao entorno urbano.

3.1. O espaço como expressão da vida: os agroecossistemas e as formas de reprodução social no território

A compreensão dos padrões de distribuição espacial de uso e ocupação do solo é fundamental para a análise dos agroecossistemas, permitindo

relacionar a organização dos agroecossistemas familiares à sua estrutura fundiária, uso, distribuição e ocupação dos bens comuns da natureza, bem como a territorialização dos aspectos produtivos. Portanto, a Figura 8 representa a espacialização dos diferentes usos e cobertura do solo dos 30 agroecossistemas familiares do assentamento.

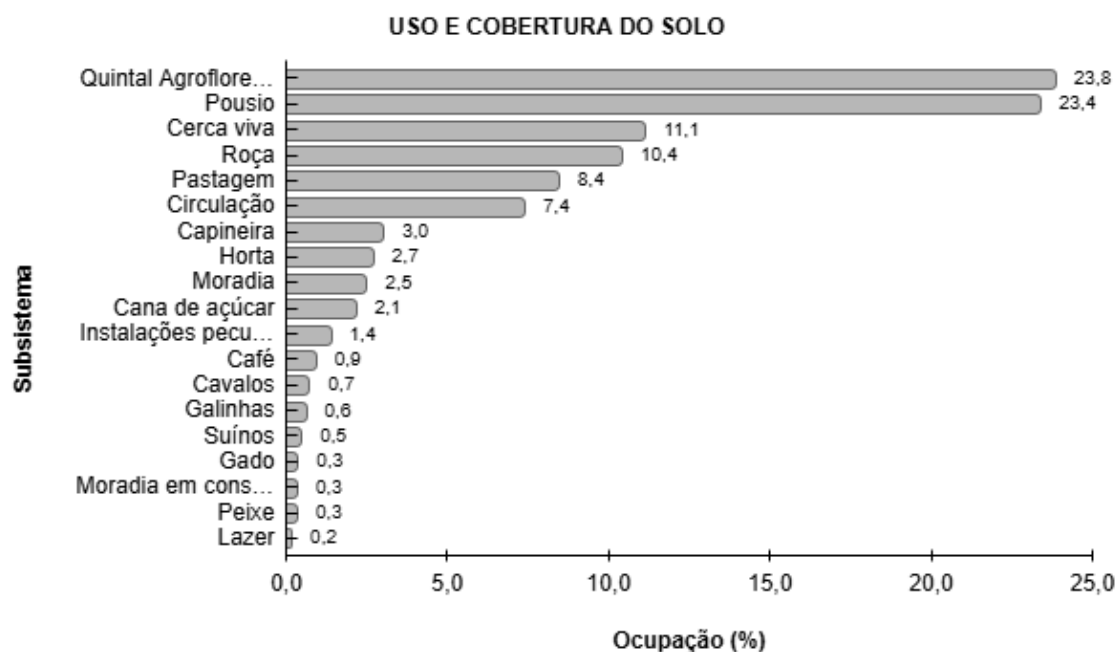
Figura 8. Distribuição espacial do uso e cobertura do solo no assentamento Araras IV



Essa categorização dos usos revelou o padrão de heterogeneidade da ocupação do solo, compondo um complexo mosaico com diferentes classes de usos que integram os aspectos produtivos e não produtivos, configurando múltiplos arranjos espaciais dos agroecossistemas familiares.

Diante dessa análise espacial, a Figura 9 representa o percentual de ocupação e cobertura do solo de acordo com as classes de uso identificadas no território.

Figura 9. Uso e cobertura do solo no assentamento Araras IV



i) Áreas construídas

As transformações contemporâneas no campo têm evidenciado as múltiplas atribuições dos assentamentos rurais. Suas funções extrapolam as atividades agrícolas tradicionais, incorporando as dimensões expressas na ocupação do solo por áreas destinadas à moradia, moradias em construção e lazer, que ocupam cerca de 2,96% desses espaços.

a) Moradia

Em 53,33% dos lotes do assentamento, foram identificadas ao menos duas moradias por lote, evidenciando a centralidade da função habitacional do assentamento, refletindo novas estratégias de reprodução social e coabitação intergeracional. Fator expresso no discurso: “[...]E aí tem três casas, né? Aqui todo mundo trabalha e todo mundo trabalha no lote. Só um que tá estudando, né? Mas ele ajuda também. Quando tá em casa, tá fazendo[...] (E2).

Essa configuração aponta a ampliação do acesso à moradia, com a possibilidade de abrigar dois ou mais núcleos familiares por agroecossistema familiar. Revela o potencial dos assentamentos periurbanos na garantia da permanência ou retorno dos filhos, bem como o acolhimento de parentes.

Indicam que o uso do solo não se limita à produção agrícola, mas se estende à dimensão do direito à moradia e permanência no campo.

A moradia representa a materialização da luta pela terra e pelo território, permitindo a reprodução de diversos modos de vida. Não representa apenas um local para residir, mas de integração entre moradia e trabalho em um só território (Fernandes, 2013). São vistas como “um lugar de vida” onde se constrói e se vive o mundo, sendo uma referência identitária (Wanderley, 2009). Portanto, o acesso à moradia nesses assentamentos é parte da luta por dignidade (Mundin, 2023), sendo resposta direta à marginalização urbana e à dificuldade de acessar direitos básicos (Diógenes, 2024). Enfatizam a necessidade de direitos fundiários que reconheçam reivindicações históricas de comunidades de baixa renda (Suhadi & Niravita, 2024).

A organização da moradia em núcleos familiares facilita o acesso às estruturas básicas como água, energia e transporte, (Bertolino & Carneiro), fortalecendo a permanência dessas famílias através de práticas socioespaciais (Ramos & Borges, 2021).

b) Moradia em construção

A presença de moradias em construção em 33,33% (10) do total de agroecossistemas familiares merece destaque. Essas construções destinam-se, majoritariamente, a filhos e familiares que almejam permanecer no território ou retornar a ele, como na fala a seguir: “[...] *Aí eu preferi fazer uma casa aqui no sítio. Porque eu ia ficar perto do meu pai e da minha mãe que já tava idoso para cuidar deles, né? Eu pensei neles, né? [...]*” (E10).

É possível que a localização do assentamento contribua significativamente para essa dinâmica, uma vez que a proximidade com a cidade oferece maior acesso a infraestrutura, serviços públicos e oportunidades de trabalho.

Além da provisão do abrigo, as casas rurais integram o tecido cultural e econômico dessas áreas, refletindo as particularidades da vida nesse território (Ergul & Akbulut, 2023). O novo campo é construído por sujeitos que revalorizam modos de vida rurais, ainda que transformados (Vizuet et al., 2023). Para muitos, a residência em áreas periurbanas expressa a escolha por um certo modo de vida, buscando a qualidade de vida associada ao rural (espaço,

natureza), em conjunto com o acesso a bens e serviços tipicamente urbanos (Wanderley, 2009).

O retorno à terra implica na criação de paisagens habitáveis e simbólicas, onde o lazer, tempo livre e a convivência tornam-se centrais. As áreas de lazer exemplificam esse uso ampliado da terra, que torna-se não apenas um espaço de moradia e trabalho, mas também afetiva (Sandstrom & Sandstrom, 2023).

c) Lazer

Embora tenham sido identificadas áreas de lazer em apenas dois agroecossistemas familiares, merecem destaque na dimensão cultural e simbólica da qualidade de vida, conforme o relato: “[...]Mas nós faz churrasco direto. Mesa de sinuca, o fogão de lenha ali você vê, né? Vem tudo aqui, ninguém aluga área de lazer não. Para que? Já tem aqui [...]” (E13).

Ainda assim, a inexistência de uma área coletiva no assentamento e a baixa ocorrência de estruturas de lazer sugerem que essa dimensão tende a permanecer individualizada, dependente das condições materiais e do tempo disponível de cada família. Nesse arranjo, a sociabilidade, aspectos culturais e de lazer tendem a ser secundarizados pelas urgências de trabalho, comprimindo tempo livre e deslocando parte das experiências recreativas para a cidade, acentuando as desigualdades de acesso entre as famílias.

O lazer é um fator de atração e revitalização das áreas rurais, evidenciando a busca pela qualidade de vida que combina os elementos do campo com o acesso a serviços urbanos (Wanderley, 2009). Distanciando-se da ideia de um rural exclusivamente produtivo, novas racionalidades vêm sendo introduzidas na ocupação do espaço rural. Reafirmam o papel do campo como espaço de vida plena (Grillotti et al., 2023). Para agricultores familiares, as atividades de lazer, como pescarias, festas e encontros com os amigos nos sítios são cruciais para a manutenção do contato no meio rural (Wanderley, 2009).

d) Circulação

Os espaços de circulação, compostos majoritariamente por estradas internas e caminhos de acesso aos diferentes subsistemas, ocupam cerca de 7,7% do uso do solo dos agroecossistemas familiares.

Exercem um papel central na articulação entre os subsistemas humanos, agrícolas e pecuários. Constituem redes de conexão entre os espaços produtivos e sociais, influenciando na organização interna dos lotes e sua integração com o território (Gebresilasse, 2023). Viabilizam o trânsito de pessoas, animais e escoamento dos alimentos, impactando na eficiência logística e no bem-estar das famílias (Grabska-Szwagrzyk, 2024).

3.2. O espaço como expressão da vida: os cultivos agrícolas nos agroecossistemas

Os cultivos agrícolas no assentamento expressam formas diversas de uso e organização do solo, estruturadas pelas necessidades das famílias e pelas possibilidades do território. A combinação entre saberes locais, experiências acumuladas e adaptação às condições ambientais resulta em práticas que articulam produção de alimentos, regeneração ecológica e modos de vida.

A análise da ocupação do solo no assentamento Araras IV revela a centralidade dos cultivos agrícolas na conformação dos agroecossistemas locais, com predominância dos subsistemas associados à vegetação perene. Essa configuração reflete não apenas estratégias de uso contínuo da terra, mas também práticas alinhadas à sustentabilidade agroecológica e à multifuncionalidade do espaço rural. Entre os elementos produtivos mais recorrentes estão os quintais agroflorestais, as cercas vivas, as roças de cultivos anuais, hortas, capineiras, áreas de pastagem e canaviais. As áreas de pousio, por sua vez, sinalizam a adoção de práticas de rotação de culturas e manejo regenerativo do solo, compondo uma paisagem agrícola dinâmica e adaptada às condições locais.

a) Quintais agroflorestais e cercas vivas

A área ocupada pelos quintais agroflorestais, juntamente às cercas vivas, garante a cobertura do solo de cerca de 35% do assentamento Araras IV com vegetação perene.

Os quintais agroflorestais representam 23,83% da ocupação do solo, configurando-se como o subsistema mais expressivo nos agroecossistemas analisados, indicando a relevância desses espaços produtivos na lógica socioterritorial do assentamento. Expressam a materialização da racionalidade

camponesa, que integra a produção, reprodução e cuidado nesses territórios sob pressão da urbanização.

Esses espaços de reprodução cultural da vida e do cuidado articulam o cultivo de espécies nativas e exóticas, perenes e anuais, frutíferas, medicinais, condimentares e florestais com múltiplos objetivos, ciclos sucessionais e estratos (necessidade de luz) (Garcia, Vieira & Oliveira, 2017; Quadros et al., 2023, Silva et al., 2025). Caracterizam-se por arranjos produtivos diversificados, de pequena escala e próximos às residências (Silva et al., 2025), permitindo manejos cotidianos adaptados às rotinas de trabalho não agrícola das famílias.

Esse orgulho sobre a diversidade de frutas no quintal agroflorestal foi expresso em uma entrevista: “[...] *Eu tenho amora, eu tenho romã, eu tenho aquela fruta do conde, eu tenho pé de manga, fruta do conde. Olha, eu acho que eu tenho mais de 20 tipos de manga diferente. Eu tenho palma, manga manteiga, a espada, a borbón. Tenho uma aqui que é grandona. Tenho uma cheirozinha que fala coquinho, tem os vários pé lá em cima [...]* (E5).

Historicamente, são associados às mulheres e idosos, indicando a dimensão do gênero na ocupação dos espaços (Lunelli, Ramos & Oliveira, 2016). Despontam como uma estratégia funcional adaptada à pluriatividade, ou seja, compatibilizar atividades agrícolas com outras fontes de renda relacionadas à pluriatividade (Moura et al., 2021).

Em uma lógica funcional, a combinação de diferentes espécies, em um mesmo espaço, favorece o aproveitamento de áreas relativamente pequenas, respondendo às possíveis limitações espaciais (Silva et al., 2025). Do ponto de vista produtivo, a diversidade de espécies contribui para a segurança alimentar e nutricional das famílias, bem como a comercialização de excedente e maior disponibilidade de alimentos ao longo do ano (Lunelli Ramos & Oliveira, 2016; Garcia, Vieira & Oliveira, 2017; Quadros et al., 2023; Moura et al., 2021; Silva et al., 2025).

Além disso, os quintais agroflorestais favorecem os aspectos ecológicos, assumindo um papel central na manutenção e reprodução da agrobiodiversidade (Korpelainen, 2023), conforme relatado na entrevista: “[...] *É, a natureza é bonita demais, né? E tem gente que não para, não pensa, né? Tem um pé de amora ali também, produzia o ano inteirinho, se você deixasse a mangueira nele o dia todo um pouquinho, aera a coisa mais linda, a amorinha docinha. O próprio*

passarinho vinha. É que ele come as sementes de outras frutas e acaba depositando nas árvores. Então acaba nascendo árvore em cima de um pé de fruta [...]” (E1).

Garantem o sombreamento, proteção do solo, regulação hídrica e ciclagem de nutrientes, aproveitando os resíduos orgânicos das residências (Rahman et al, 2021, Korpelainen, 2023). Sua predominância na interface entre o urbano e o rural contribui para a mitigação dos impactos da urbanização desordenada, promovendo benefícios ecológicos e sociais à comunidade circundante, por meio da regulação do microclima, promovendo maior conforto térmico, absorção e filtragem de poluentes, etc. (Mota et al., 2016).

Já a ocorrência de cercas vivas em todos os agroecossistemas familiares do assentamento ocupa cerca de 11,11% do espaço. Embora menos expressiva em termos de área ocupada, quando comparada aos quintais, revela uma estratégia específica da organização dos agroecossistemas nesse assentamento periurbano.

Em comparação com cercas de arame, que exigem maior investimento e manutenção, as cercas vivas reforçam estratégias com múltiplos objetivos, como a delimitação espacial, proteção de cultivos, produção (Quaresma, 2014) e enriquecimento paisagístico (Pedraza et al., 2021). Com espécies de ciclos, alturas, estratos e objetivos variados, são compostas por plantas ornamentais, frutíferas, arbóreas, arbustivas, condimentares, sendo fontes de flores, lenha, madeira, forragem, frutos, plantas medicinais, etc (Ibrahim et al., 2003; De la Ossa-Lacayo, 2013).

Assumem um papel central na proteção das áreas produtivas e residenciais, onde a proximidade com a zona urbana intensifica a circulação de pessoas, animais e veículos. Funcionam como barreiras físicas para a delimitação territorial e proteção física (Quaresma, 2014), ou até mesmo como sinalização simbólica de domínio territorial. Contribuem na preservação de cultivos através da redução da velocidade dos ventos, regulação microclimática, manutenção da umidade do solo, além de elevarem o conforto térmico das famílias assentadas (De la Ossa-Lacayo, 2013).

Em uma perspectiva estética e cultural, refletem os cuidados com a casa e com o lote através do cultivo de flores e arbóreas (Pedraza et al., 2021). Atua como abrigo para a biodiversidade e conectividade entre fragmentos de

vegetação, assumindo um papel estratégico nas paisagens fragmentadas pela urbanização (Ibrahim et al., 2003).

b) Roça, pastagem e pousio

No mês de coleta das imagens espaciais, as roças equivaleram a 10,39% de uso do solo, evidenciando a relevância desses cultivos na produção anual de alimentos. A área intitulada de roça pelas famílias assentadas equivale ao cultivo de culturas alimentares anuais, destacando-se as culturas do milho (*Zea mays*), mandioca (*Manihot esculenta*), e o feijão com menos expressão nas áreas de cultivo.

As roças possuem papel na identidade cultural das comunidades tradicionais (Mordel et al., 2023), contribuindo historicamente para a segurança e soberania alimentar, e geração de renda em contextos rurais (Gonçalves et al., 2022). Esses sistemas agrícolas, ainda que em pequena escala, elevam a disponibilidade de alimentos locais, reduzindo a vulnerabilidade alimentar (Maredia et al., 2023), por meio da diversificação alimentar e a qualidade nutricional dos alimentos de base produzidos pelas famílias assentadas (Gwacela et al., 2024; Sibhatu & Qaim, 2017).

Além disso, alimentos como o milho, são utilizados para a alimentação animal, conforme o relato: “[...] *Esse milho planta para as galinhas. O objetivo é a galinha, né? Você ficar comprando o milho é caríssimo. Hoje, o saco de 25 kg está a R\$65,00 e já chegou a R\$100,00. Teve ua época que tava impossível você comprar milho [...]*” (E12).

No entanto, a variabilidade sazonal (Sibhatu & Quaim, 2017) e algumas restrições relativas à disponibilidade dos bens comuns da natureza, como o acesso limitado à terra e escassez de água prejudicam os benefícios contínuos desses sistemas produtivos na garantia da segurança alimentar (Pimentel et al., 2023). Esse fato foi observado no decorrer das entrevistas e na coleta das imagens espaciais do assentamento Araras IV, realizados entre o final do período das chuvas e início da estiagem, características típicas das condições edafoclimáticas do clima subtropical (Cwa).

Durante as entrevistas, algumas famílias relataram que as áreas categorizadas como “pousio”, que representam 23,37% do uso do solo no momento da coleta de dados, haviam sido cultivadas durante o verão,

especialmente com o cultivo de anuais como o milho e feijão. Portanto, parte dessas áreas de pousio foi condicionada pela sazonalidade, refletindo as estratégias camponesas adotadas frente à disponibilidade de recursos tecnológicos, bem como as condições ecológicas locais.

O pousio, definido como deixar a terra sem cultivo por um período, contribui na restauração da saúde do solo, favorecendo a proteção contra a erosão do solo, maior disponibilidade de matéria orgânica, aumento na diversidade microbiana, e conseqüentemente, recuperação da fertilidade do solo (Farooq, Nawaz & Nadeem, 2019; Fatima & Mutiara, 2022)

Enquanto algumas famílias adotam o pousio em resposta às limitações hídricas, técnicas e econômicas quanto à irrigação, outras realizam a rotação do uso do solo. Transformam as áreas de cultivos anuais em áreas de pastagens, que ocupavam 8,45% do solo durante a coleta de imagens espaciais. Dentre os benefícios dessa prática, a integração da pastagem nas rotações de culturas surge como estratégia para a preservação da estrutura do solo, diversificação da comunidade microbiana do solo e menores investimentos (Cerecetto et al., 2023)

Embora a decisão em alternar os cultivos alimentares com pousio ou pastagem aponte uma racionalidade camponesa fundamentada na minimização de riscos, essas estratégias evidenciam as limitações estruturais, como o limite do acesso à água e irrigação, que impedem o cultivo contínuo de espécies alimentares, reduzindo a autossuficiência alimentar e a possibilidade do abastecimento do mercado urbano.

c) Capineira, horta, cana de açúcar e café.

A capineira, horta, cana e café representam menor relevância no uso do solo, quando comparados aos demais subsistemas agrícolas. Ainda assim, merecem destaque, já que juntos, ocupam 8,72% dos agroecossistemas do assentamento.

O café ocupava cerca de 0,9% do uso do solo, sendo observado em apenas um agroecossistema familiar. Embora a produção tenha pouca expressão no assentamento, a família atribuiu um alto valor simbólico à cultura, que, no agroecossistema, ocupava a cerca de 30%.

No caso da cana de açúcar, embora tenha sido observada em diferentes lotes, destacou-se em um dos lotes visitados, que relatou seu cultivo para o feitiço

da garapa, enquanto as demais, que possuíam pequenas parcelas de cana, relataram que vendiam para garapa, autoconsumo e até alimentação animal.

O cultivo de hortas esteve presente em cerca de 33,33% dos agroecossistemas, voltadas ao autoconsumo. Ao longo das visitas familiares, todos referenciam-se ao lote mais próximo ao bairro, que possui as hortaliças como principal fonte econômica do agroecossistema. Embora não tenha sido visitado por questões logísticas foi citado como uma referência de sucesso e produtividade no assentamento.

As capineiras estiveram presentes em diversos agroecossistemas. Embora não represente um cultivo escalonado, evidencia a estratégia adotada para a alimentação animal. São cultivadas particularmente nas regiões tropicais e subtropicais pela sua produtividade e valor nutricional, tornando-se cruciais para a nutrição animal (Simonetti et al., 2018). Sua elevada produtividade reduz os custos com alimentação animal, além de ser uma alternativa na mitigação da escassez alimentar durante a estação seca crítica (Stida et al., 2018).

3.3. O espaço como expressão da vida: a criação de animais nos agroecossistemas

Embora a somatória das áreas de galinhas, cavalos, suínos, peixes, bovinos e instalações pecuárias representem apenas 3,8% do uso do solo, a diversidade e presença de espaços específicos voltados aos sistemas pecuários revelam a relevância dos subsistemas de criação animal nos agroecossistemas do assentamento.

Sendo um elemento de destaque na vida rural, entre seus múltiplos objetivos, a criação animal pode servir como fonte de renda e economia rural (Bettencourt et al., 2015), contribuir para o abastecimento alimentar e nutrição familiar (Moyo & Swanepoel, 2010), autonomia, transporte, reserva de valor em situações de crise, além de ser atrelada a um status social (Bettencourt et al., 2015; Sabourin, 2024) e ao lazer, expresso na seguinte fala: “*O ponto positivo é que tem a criação, você tem o que distrair a mente, né, mexer com a terra, mexer com os bichos, cria porco, cria galinha[...]*” (E10).

Além disso, a criação animal fortalece os mercados rurais, sendo um importante meio de troca entre famílias rurais. Também servem como um meio de reserva de valor, podendo ser utilizados em momentos de necessidade da

família (Bettercourt et al., 2015). Alguns subprodutos como o esterco são importantes para a produção agrícola, melhorando a estrutura e fertilidade do solo, além da retenção de água.

As galinhas destacam-se pela presença em grande parte dos lotes. Embora de menor caráter comercial, os ovos e a carne produzidos no lote são a principal função desses animais nos agroecossistemas familiares, conforme relatado na entrevista: “[...]Aí as galinha mesmo da gente, de bicho tem as galinhas e os peixes. A galinha é pra comer e botadeira [...]” (E1).

Além disso, as famílias entrevistadas destacaram o acesso ao “Pronaf Galinhas”, que contribui para a construção de galpões em vários agroecossistemas do assentamento. Das que acessaram a linha de financiamento, apenas uma família entrevistada mantém o galpão integralmente em uso, voltado para a criação dessas aves.

Os cavalos desempenham um papel fundamental no cotidiano das populações rurais (Toffolo-Luiz et al., 2023). A relação estabelecida com esses animais vai além de uma perspectiva utilitarista, estando profundamente ligada à identidade, às tradições e até vínculos socioafetivos das comunidades (Sabourin et al., 2024; Leal, 2019). Fato evidenciado pelo entrevistado em: “[...]Depois do almoço, eu monto no meu cavalo e volto só à noite. Vou para o parque ecológico, comer uma porção, dá uma volta. Aí quando lá para as 9 horas eu volto, né? [...]” (E13).

A combinação entre a diversidade de subsistemas agrícolas e pecuários resulta em diferentes níveis de complexidade sobre a estrutura produtiva dos agroecossistemas familiares. Dentre os 15 lotes visitados, foram identificados 14 subsistemas de cultivo agrícola e criação animal, conforme a tabela 3.

Tabela 3. Subsistemas de cultivo agrícola e criação animal presentes nos lotes visitados

		Entrevistas														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Subsistemas de cultivo agrícola	Quintal															
	Agroflorestal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Roça	X		X	X	X		X		X	X	X			X	X
	Cerca viva	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Horta			X		X	X	X		X	X	X	X		X	X
	Café								X							
	Cana de açúcar	X								X		X			X	
	Pastagem				X				X				X	X	X	
	Capineira						X	X		X					X	
	Pousio		X	X	X	X	X	X		X	X	X			X	X
Subsistemas de criação animal	Gado								X	X			X			
	Cavalos				X	X		X	X	X			X	X	X	
	Galinhas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Peixe					X							X		X	
	Suínos					X			X	X			X		X	X
Total	5	4	6	7	9	6	8	8	8	11	6	7	9	5	12	7

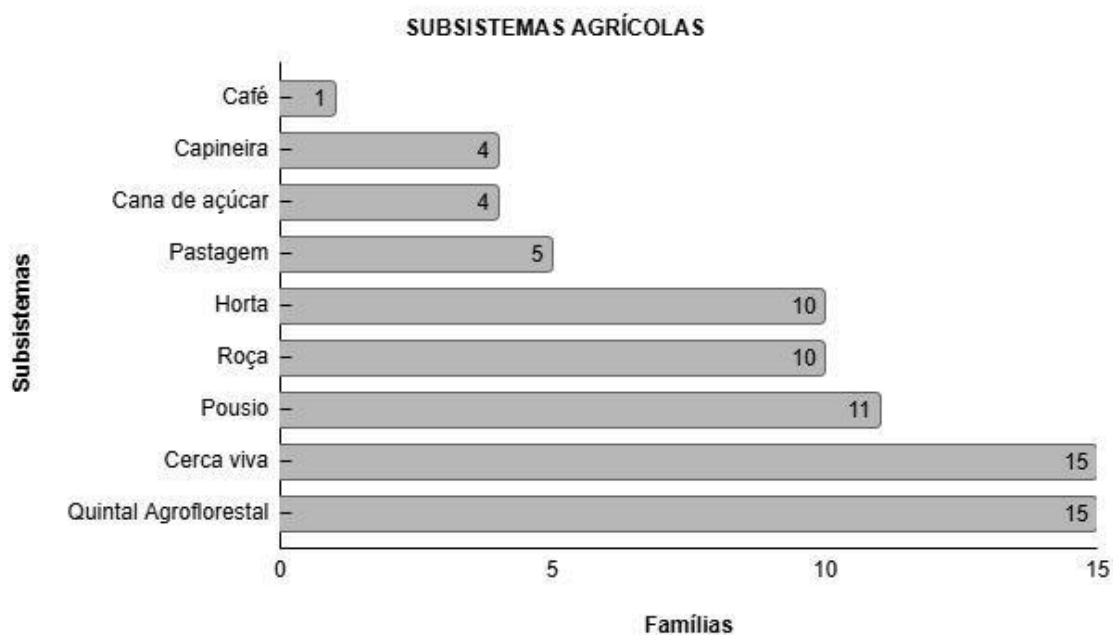
A combinação entre subsistemas agrícolas e de criação animal nos lotes indica a pluralidade desses espaços, gerando diferentes níveis de interação. Enquanto o lote mais diversificado integra 12 dos 14 subsistemas encontrados, o com menor complexidade integra apenas 4 subsistemas.

Os diferentes níveis de complexidade dos arranjos produtivos e seus tipos de uso do solo refletem nas diferentes estratégias produtivas adotadas, de acordo com as particularidades das realidades dos subsistemas humanos e as formas de reprodução social das famílias assentadas.

A presença universal de elementos como quintais agroflorestais, cercas vivas e galinhas aponta para uma base comum nos agroecossistemas familiares do assentamento periurbano.

Dentre os 14 usos do solo, para o cultivo e criação animal, identificados, 64% (9) desses é para o uso agrícola, sendo eles: o quintal agroflorestal, cerca viva, pousio, roça, horta, pastagem, cana de açúcar, capineira e café. A Figura 11 evidencia a centralidade do cultivo de espécies vegetais no assentamento, exibindo a frequência dos subsistemas de cultivo agrícola nos 15 lotes visitados.

Figura 10. Presença dos subsistemas agrícolas nos lotes das famílias entrevistadas



Esses padrões na organização produtiva evidenciam a relevância dos quintais produtivos e das cercas, presentes em 100% dos lotes visitados. A frequência desses subsistemas sugere que sejam considerados como elementos estruturantes na lógica de ocupação e manejo das famílias do assentamento periurbano. Expressam a importância dos cultivos consorciados com espécies de diferentes ciclos e objetivos na composição dos agroecossistemas familiares. Atuam como fonte de alimentos, medicamentos, sombra. A multiplicidade e a integração entre esses elementos garantem funções alimentares, produtivas, ecológicas e paisagísticas.

Já a roça e a horta, estavam presentes em 66,6% (10). Embora as hortas não sejam expressivas em relação à ocupação do solo, sua presença destaca o papel das hortaliças para alimentação das famílias. As roças expressam a importância do cultivo de alimentos de base como o milho, feijão e mandioca.

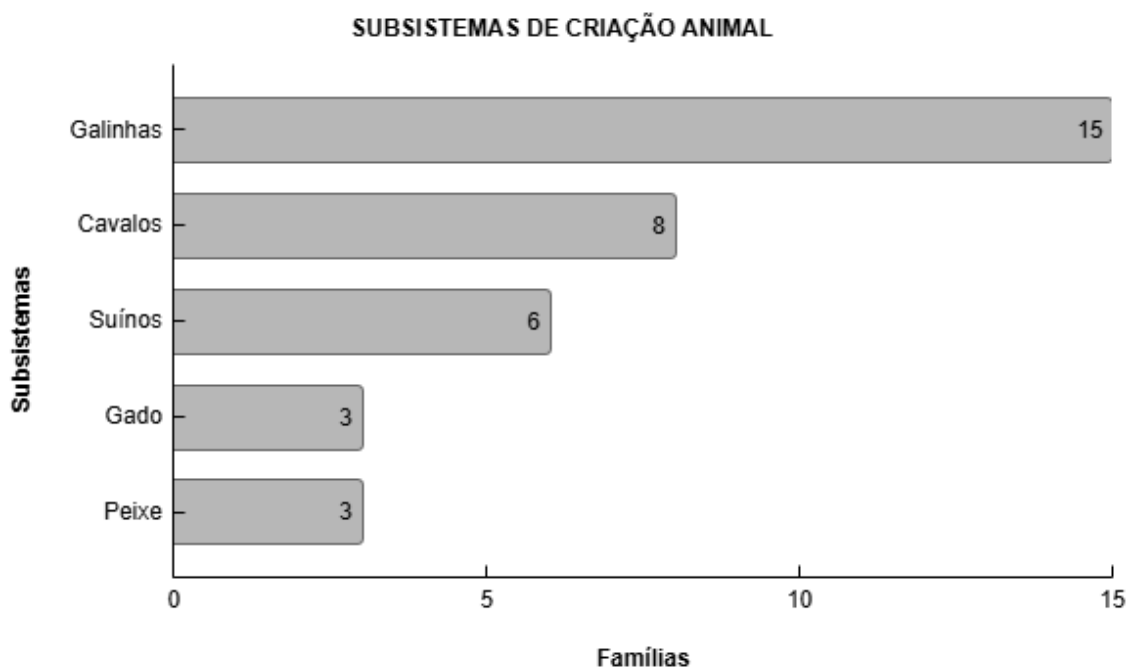
As áreas de pousio, relatadas em 73,3% (11) apontam a prática de descanso do solo. Embora o pousio seja uma estratégia recomendada para o manejo da fertilidade do solo e redução de insumos externos, nesse caso, esse descanso no uso do solo é imposto pela sazonalidade das chuvas na região, e baixos investimentos em tecnologias de mitigação dessa irregularidade pluvial ao longo do ano.

No caso do café, a baixa ocorrência (1) sugere que, embora seja uma cultura historicamente significativa na região, não tem se mantido como estratégia prioritária entre os assentados, o que pode indicar uma opção deliberada por sistemas mais diversificados e de menor exigência técnica.

Cultivos específicos como a capineira (4) e pastagem (5), presentes em 26,7% e 33,3%, respectivamente, estão associados à alimentação animal.

A criação animal integra a lógica de reprodução social e organização socioprodutiva das famílias assentadas. Expressos na Figura 12, os subsistemas de criação animal representaram 40% do total de subsistemas identificados.

Figura 12. Presença de subsistemas de criação animal nos lotes das famílias entrevistadas



Presentes em 100% (15) dos lotes entrevistados, a criação de galinhas aponta a relevância desses animais para a agricultura de base camponesa. As

aves configuram-se com um traço estrutural dos agroecossistemas do assentamento, evidenciando a centralidade desse subsistema para a segurança alimentar, diante do fornecimento de ovos e carne.

Outro fator de destaque foram os cavalos e os suínos, presentes em 53,3% (8) e 40% (6) dos agroecossistemas visitados. Os cavalos refletem a dimensão cultural da vida no assentamento, bem como o papel funcional de reprodução e de transporte desses animais. Com alimentação baseada em subprodutos, os suínos desempenham um papel no aproveitamento de resíduos orgânicos, sendo valorizados para o consumo familiar.

Os bovinos e os peixes caracterizam apenas 20% (3) dos agroecossistemas visitados. Apesar da baixa presença de alevinos no assentamento, destacam a disponibilidade de recursos hídricos no contexto do assentamento periurbano, fato de menor destaque e com menores possibilidades de acesso em outros territórios. A baixa presença de bovinos pode estar relacionada à limitação de área disponível nos lotes, reduzindo a disponibilidade de pastagens para a alimentação desses animais.

A presença desses sistemas pecuários em menor escala indica o vínculo com a lógica de autoprovisão, integrando as estratégias de diversificação na composição de circuitos internos de reciclagem dos recursos disponíveis. Portanto, a integração entre os subsistemas de cultivos agrícolas e criação animal indicam a lógica de configuração dos agroecossistemas familiares nessa área de assentamento.

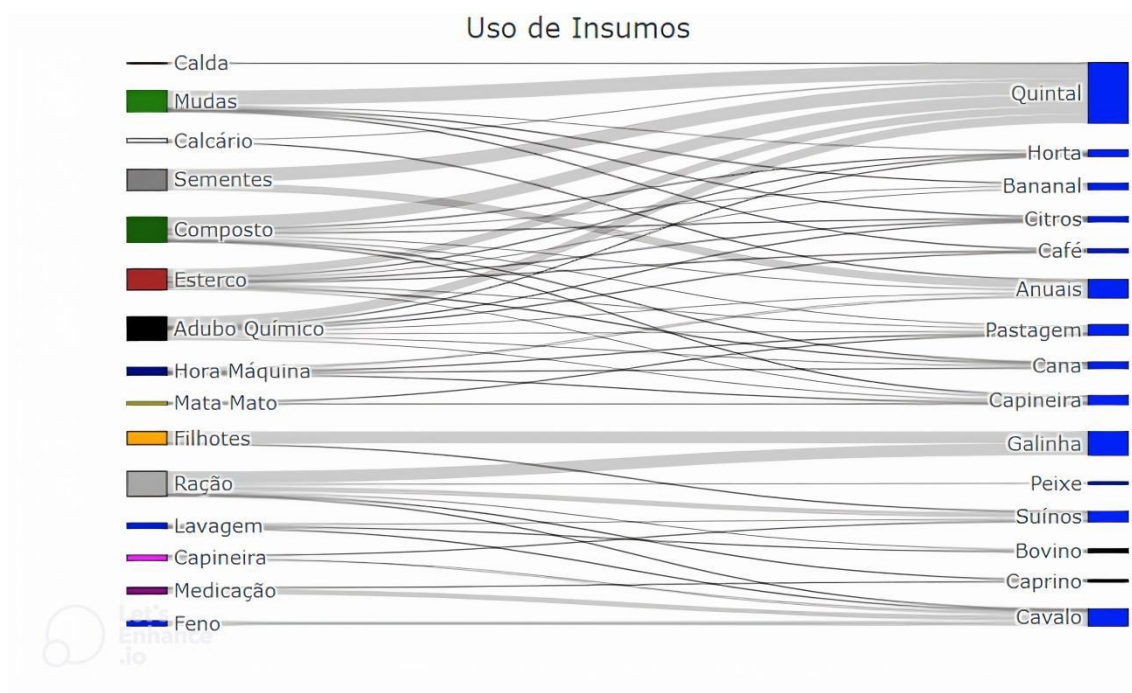
3.4. Agroecossistemas em movimento: circuitos socioprodutivos e destinos da produção

A dinâmica dos agroecossistemas do assentamento Araras IV não se limita ao cultivo ou à criação, mas se estende aos fluxos materiais, sociais e simbólicos que atravessam os sistemas produtivos. Os circuitos socioprodutivos revelam como a produção se organiza, circula e se conecta aos territórios próximos e distantes, evidenciando os graus de autonomia, os vínculos com o mercado e as práticas de trocas e cooperação. Ao investigar os insumos utilizados (internos e externos), bem como os destinos da produção, é possível identificar os arranjos que sustentam a vida no assentamento e os desafios enfrentados na construção de sistemas produtivos.

Autonomia, nesta análise, é lida pela capacidade dos agroecossistemas de manter o funcionamento produtivo com menor dependência de compras recorrentes e maior consistência de fluxos internos entre subsistemas. Ela se evidencia quando fertilidade, materiais de manejo e parte da alimentação animal são produzidos ou reciclados no próprio lote, e quando a circulação da produção inclui autoconsumo, doações e trocas, reduzindo a exposição imediata a preços e intermediações. Em sentido inverso, a autonomia se fragiliza quando sementes, ração, medicação, corretivos e hora-máquina se tornam insumos estruturantes, condicionando a continuidade da produção ao acesso a renda monetária e oscilação de mercados (Van der Ploeg, 2008; Altieri, 1995; Gliessman et al., 2003).

Compreender os principais insumos utilizados nos agroecossistemas é fundamental para o entendimento dos padrões e as relações entre os subsistemas humanos, de cultivos agrícolas e de criação animal. Identificar quais insumos são produzidos dentro dos agroecossistemas e aqueles de fontes externas permite analisar os potenciais e desafios para a autonomia e organização produtiva dos agroecossistemas familiares. Nesse sentido, o diagrama a seguir (Figura 13) ilustra o uso dos diferentes insumos nos subsistemas produtivos dos agroecossistemas visitados.

Figura 13. Insumos e suas relações com os subsistemas de cultivo agrícola e criação animal



Embora os agroecossistemas demonstrem o esforço para alcançar a autonomia por meio de práticas de reciclagem, como o uso de composto, esterco e capineira, ainda apresentam níveis relevantes de dependência de insumos externos. Sobretudo, na produção animal e em cultivos mais intensivos como anuais e cana de açúcar.

a) Insumos internos:

Observa-se que o uso expressivo de insumos gerados ou processados dentro dos agroecossistemas (calda, composto e esterco), exceto a capineira, aparece amplamente utilizado nos subsistemas de cultivos agrícolas, como nos quintais agroflorestais, horta, anuais, cana, café, pastagem e capineira. Essas práticas de reciclagem de resíduos orgânicos reforçam os fluxos de circulação entre os subsistemas, minimizando a dependência de fertilizantes químicos e potencializando a fertilidade do solo (Tully & Ryals, 2017).

Provindos dos sistemas de criação animal, esses insumos também são utilizados nas pastagens e capineiras, reforçando a relevância da integração entre os subsistemas de cultivos agrícolas e criação animal. Sistemas que

reciclam subprodutos de criação animal e cultivos têm desempenho agroecológico superior, com redução de custos produtivos e maior segurança alimentar (Vall et al., 2023).

Por outro lado, a presença de capineiras como insumo fundamental para a alimentação dos bovinos, caprinos e cavalos revela sua função estratégica na alimentação animal, como fonte de produção de forragem complementar associada à estocagem em períodos de escassez alimentar (Stida et al., 2018).

b) Insumos externos:

A necessidade significativa de insumos externos como sementes, mudas, ração, medicação, pintinhos, calcário, lavagem, e hora máquina, indicam os pontos de fragilidade na autonomia dos agroecossistemas. Com exceção da lavagem, que depende de redes informais de doação, os demais insumos dependem de aquisição no mercado.

Dentre os desafios para avançar na autonomia em sistemas de criação animal, a disponibilidade, quantidade e qualidade alimentar é um dos maiores (Dumont et al., 2013). Fato evidenciado pela compra de ração, direcionada à quase todos os subsistemas de criação (aves, suínos, bovinos, caprinos, peixes e cavalos) destacando-se como principal insumo, comprometendo a autonomia das famílias, além de elevar os custos de produção.

Insumos veterinários, como a medicação, estão exclusivamente direcionados à criação animal, implicando na dependência externa para a garantia da sanidade dos mesmos. A transição para sistemas mais autônomos exige o reconhecimento e fortalecimento de saberes relacionados ao cuidado com os mesmos, bem como o investimento em tecnologias sociais voltadas ao manejo alternativo da saúde animal (Altieri & Nicholls, 2020).

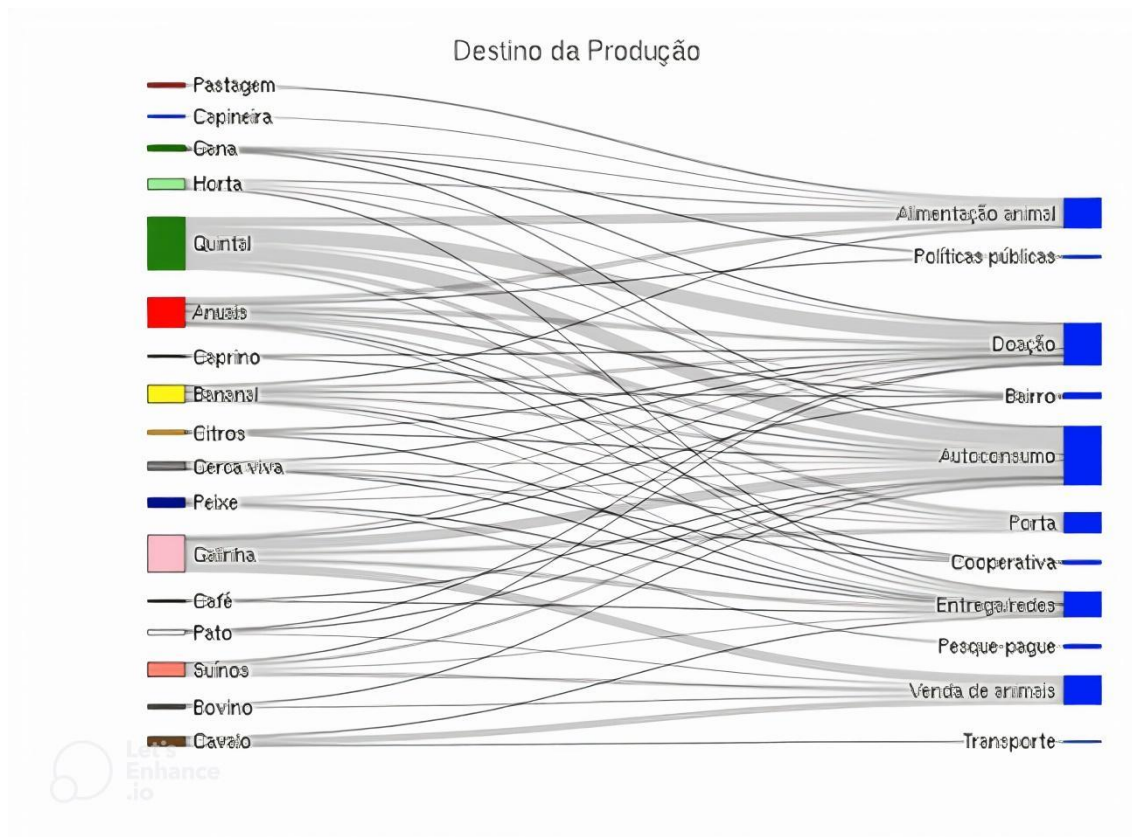
A compra de sementes de milho e hortaliças indica a dependência em relação a esses insumos, comprometendo a autonomia produtiva das famílias assentadas em ciclos contínuos de compra e cultivo (FAO, 2023). Frente a essa problemática, práticas que envolvem a seleção, preservação e intercâmbio de variedades crioulas e adaptadas às condições locais são possibilidades de resistência ao controle corporativo desse circuito de produção (La Via Campesina, 2018).

Os fertilizantes sintéticos e herbicidas são pontuais, indicando o baixo uso de agrotóxicos no assentamento. Concentram-se em cultivos mais intensivos como cana, anuais, sugerindo a relação dessas culturas com as práticas da agricultura convencional. O uso reduzido de fertilizantes químicos e agrotóxicos pode estar associado à complexidade dos agroecossistemas. A integração entre as práticas de manejo ecológico do solo, cultivo de múltiplas espécies de diferentes ciclos sucessionais e necessidades de luz, e biodiversidade otimizam o equilíbrio ecológico (Rahman et al, 2021; Korpelainen, 2023). Adicionalmente, o tamanho dos agroecossistemas é menor, podendo levar à adoção de estratégias agrícolas que não justificam o uso e a compra dos agroquímicos.

Destino da produção:

Os subsistemas de cultivo agrícola e criação animal dos agroecossistemas diferem em seus objetivos, resultando em uma diversidade de circuitos econômicos e de autoconsumo. Nesse sentido, a figura 14 representa os fluxos entre os diferentes subsistemas de cultivo agrícola e criação animal e seus respectivos destinos.

Figura 14. Destinos da produção dos subsistemas de cultivo agrícola e criação animal.



O gráfico evidencia a concentração de algumas estratégias para destinar a produção, sendo elas: o autoconsumo, alimentação animal, entregas para redes de contato, vendas na porta de casa, venda de animais e a doação.

O autoconsumo é o destino mais recorrente de todos os subsistemas. Evidencia o cerne da produção do assentamento, assumindo papel estratégico na mitigação da fome, redução de gastos com alimentos e diversificação nutricional. A fome, compreendida como fenômeno social e político e não como fatalidade natural, resulta de escolhas econômicas e de arranjos históricos que produzem um “mosaico” territorial de carências e dietas, articulado a desigualdades e processos agrários (Castro, 1984). Em 2024, estimou-se que 8,3% da população mundial enfrentou a fome e 2,3 bilhões vivenciaram insegurança alimentar moderada, em 53 países (FAO, 2025). No Brasil, 24,2% dos domicílios estavam em algum grau de insegurança alimentar (IBGE, 2025). Frente à esse cenário, o cultivo de alimentos e a criação animal voltados ao autoconsumo no assentamento, adquirem relevância que ultrapassa a lógica da

comercialização, fortalecendo soberania e segurança alimentar, bem-estar e outras contribuições não monetárias que sustentam vínculos comunitários e redes locais de apoio (Lunelli Ramos & Oliveira, 2016; Garcia, Vieira & Oliveira, 2017; Moura et al., 2021; Quadros et al., 2023; Silva et al., 2025; Souza-Esquerdo et al., 2013).

Alimentos produzidos em subsistemas como a capineira, pastagem e anuais (especialmente o milho) representam um esforço para garantir a alimentação animal e reduzir a dependência de fontes comerciais. No entanto, a base alimentar ainda se apoia em fontes convencionais de consumo, limitando o avanço da autonomia produtiva. Isso evidencia a necessidade de repensar o desenho dos agroecossistemas, priorizando estratégias integradas entre os subsistemas de cultivo e criação (Altieri & Nicchols, 2020). Reconfigurar esses sistemas deve envolver estratégias alimentares que valorizem os recursos internos, reduzam os custos (Dumont et al., 2013), possuam maior eficiência energética e proteja os excedentes dos outros subsistemas como da horta e quintal são reaproveitados nos subsistemas de criação de galinhas e suínos, fortalecendo a autonomia das famílias.

Reafirmando a relevância da criação animal para os agroecossistemas do assentamento Araras IV, a venda de animais vivos, como galinhas, suínos e bovinos representa uma importante estratégia de renda das famílias (Bettercourt et al., 2015), vinculada a acordos informais com compradores da área rural, ou dentro do próprio assentamento.

O transporte está relacionado ao principal objetivo dos cavalos nos lotes, somado ao lazer. Embora não seja uma função exclusivamente produtiva, reafirma os objetivos culturais, que refletem na configuração desses agroecossistema.

Outro destaque é o uso das redes de contatos para viabilizar o escoamento. Em entrevistas, as famílias afirmam a importância da divulgação em redes sociais como Facebook e Whatsapp para ampliar o alcance das vendas sem a necessidade de pontos fixos de comercialização. Adaptados à proximidade aos centros urbanos e acesso às tecnologias digitais, esse dado demonstra a hibridização dessas ferramentas contemporâneas como facilitadoras do acesso a mercados, configurando-se como estratégia de inserção econômica precarizada, porém eficaz.

As vendas na porta e no bairro são formatos que reafirmam a particularidade da localização do assentamento. A proximidade com o meio urbano favorece a locomoção dos consumidores até o assentamento em busca de determinados alimentos (Massaro Junior, 2009). Além disso, os quintais agroflorestais e os demais subsistemas são utilizados como vitrines de divulgação. A interface com a zona urbana permite que os produtores acessem os mercados locais, oferecendo seus alimentos em casas do bairro ao lado, ampliando as possibilidades de escoamento da produção por meio da logística facilitada e redução dos desafios com transporte.

Embora não seja um subsistema expressivo em uso do solo no assentamento, os tanques de peixe merecem destaque. O destino pesque-pague está relacionado exclusivamente a esse subsistema, estratégia que combina lazer, produção e comercialização direta. Favorecidos pela proximidade aos centros urbanos, são viabilizados pelo fluxo de visitantes e o acesso à água, incluindo as atividades não agrícolas que fortalecem a autonomia das unidades produtivas (Van der Ploeg, 2013).

Embora a diversidade de destinos da produção seja fundamental para a sobrevivência das famílias, a baixa incidência de comercialização via cooperativas e por meio de políticas públicas apontam algumas fragilidades. Por um lado, a desestruturação de processos de cooperação locais, e por outro, alguns entraves burocráticos que dificultam o acesso das famílias às políticas públicas de acesso a mercados.

3.4. SÍNTESES E REFLEXÕES: modos de viver e produzir em Araras IV

A organização socioprodutiva dos agroecossistemas do Araras IV se estrutura em quatro dimensões. A primeira refere-se à reprodução social e à permanência. A presença expressiva de crianças, jovens e adultos, em contraste com a tendência mais ampla de envelhecimento do campo, associada à recorrência de mais de uma moradia por lote e à existência de moradias em construção, indica que a condição periurbana favorece formas de permanência e sucessão rural familiar no território. A proximidade com a cidade amplia possibilidades de estudo, trabalho e acesso a serviços sem romper totalmente com a base rural, o que confere ao lote funções que extrapolam a unidade de produção e o reafirma como base de reprodução intergeracional.

Além disso, a multifuncionalidade dos agroecossistemas evidencia-se na centralidade dos quintais agroflorestais, presença de cercas vivas, rotação entre roça, pousio e pastagem e as pequenas criações animais, apontando lotes organizados por combinações de usos que articulam habitação, produção e manejo ambiental. Assim, a predominância dos elementos arbóreos cumpre funções simultaneamente ecológicas, produtivas e sociais, enquanto a criação animal, mesmo ocupando áreas reduzidas, integra os circuitos de alimentação, renda complementar e diversificação do trabalho familiar. Assim, os agroecossistemas se organizam e ocupam o solo como mosaicos integrados de subsistemas com múltiplas funcionalidades e objetivos.

Além disso, a autonomia relativa dos agroecossistemas, evidenciada no predomínio do autoconsumo, uso prioritário de insumos internos e a destinação de parte da produção à alimentação animal reforçam que a função central dos agroecossistemas não é a maximização mercantil, mas a sustentação material das famílias. Apesar disso, a dependência de insumos como sementes e ração animal indica limites à capacidade de fechamento dos ciclos internos, mostrando que a sustentabilidade desses sistemas depende tanto da diversidade e articulação dos subsistemas quanto da qualidade das relações que mantêm com o suprassistema.

A condição periurbana amplia possibilidades de venda direta, escoamento informal e a circulação de pessoas e produtos, incluindo vendas direta, escoamento informal e circulação de pessoas e produtos, incluindo vendas na porta de casa e por aplicativos. Apesar disso, o baixo acesso às políticas públicas de comercialização apontam que essas inserções expressam a flexibilidade e adaptabilidade à ausência do acesso aos mercados institucionais. Portanto, essa proximidade com a malha urbana abre oportunidades de circulação e escoamento, mas não elimina os limites da inserção estável e coletiva nos mercados públicos.

Assim, a condição periurbana conforma os agroecossistemas do Araras IV, de forma que, a proximidade com a cidade favorece a permanência e recomposição familiar, amplia acessos a estudo, trabalho, serviços e circulação, e cria possibilidades de escoamento direto da produção. Simultaneamente, intensifica a valorização fundiária, as disputas sobre o uso do solo e os limites à autonomia produtiva, expressos na dependência parcial de insumos externos e

na baixa inserção em mercados institucionais. Nessa configuração, os agroecossistemas se especializam sob a coexistência entre potencialidades de reprodução social e novas vulnerabilidades territoriais, revelando que a condição periurbana opera como campo de tensões que reorganiza as formas de permanência no assentamento.

3.5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecology and the emergence of a post COVID-19 agriculture. *Agriculture and Human Values*, v. 37, n. 3, p. 525–526, 2020. DOI: 10.1007/s10460-020-10043-y.

BERTOLINI, V. A.; CARNEIRO, F. F. Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e entorno. *Libertas*, Juiz de Fora, ed. especial, p. 202–226, fev. 2007.

CERECETTO, V.; LEONI, C.; JURBURG, S. D.; KAMPOURIS, I. D.; SMALLA, K.; BABIN, D. Pasture-crop rotations modulate the soil and rhizosphere microbiota and preserve soil structure supporting oat cultivation in the Pampa Biome. *SSRN*, 2023. DOI: 10.2139/ssrn.4540878.

DE LA OSSA-LACAYO, A. Cercas vivas y su importancia ambiental en la conservación de avifauna nativa. *Revista Colombiana de Ciencia Animal – RECIA*, v. 5, n. 1, p. 171–193, 2013. DOI: 10.24188/RECIA.V5.N1.2013.483.

DIÓGENES, M. C. F. *A terra, a casa e o papel: processos de regularização fundiária e a dinâmica imobiliária em áreas de interesse social*. 2024. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

DUFFY, C.; TOTH, G. G.; HAGAN, R. P. O.; McKEOWN, P. C.; RAHMAN, S. A.; WIDYANINGSIH, Y.; SUNDERLAND, T.; SPILLANE, C. Agroforestry contributions to smallholder farmer food security in Indonesia. *Agroforestry Systems*, v. 95, n. 6, p. 1109–1124, 2021. DOI: 10.1007/S10457-021-00632-8.

DUMONT, B.; FORTUN-LAMOTHE, L.; JOUVEN, M.; THOMAS, M.; TICHIT, M. Prospects from agroecology and industrial ecology for animal production in the 21st century. *Animal*, [s.l.], v. 7, n. 6, p. 1028–1043, 2013. DOI: 10.1017/S1751731112002418.

FANG, Y.; LONG, H.; ZHANG, L.; TU, S. Spatial reorganization and multifunctionality transformation of rural settlements in China: Evidence from a peri-urban village. *Land Use Policy*, v. 136, p. 107907, 2024. DOI: 10.1016/j.landusepol.2023.107907.

FAROOQ, M.; NAWAZ, A.; NADEEM, F. Crop rotations, fallowing, and associated environmental benefits. In: *Oxford Research Encyclopedia of Environmental Science*. : Oxford University Press, 2019. DOI: 10.1093/ACREFORE/9780199389414.013.197.

FATIMA, I.; MUTIARA, C. Identifikasi sifat kimia tanah dan tingkat kesuburan tanah pada lahan bera di Desa Wolokelo Kecamatan Kelimutu Kabupaten Ende. *Agrica*, v. 15, n. 2, p. 78–86, 2022. DOI: 10.37478/agr.v15i2.2187.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Smallholder farmer autonomy over seed production. [s.l.], 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1195082/>. Acesso em: 6 fev. 2026.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS; INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT; UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND; WORLD FOOD PROGRAMME; WORLD HEALTH ORGANIZATION. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2025: Addressing high food price inflation for food security and nutrition*. Rome: FAO, 2025.

FOOD SECURITY INFORMATION NETWORK; GLOBAL NETWORK AGAINST FOOD CRISES. *Global Report on Food Crises 2025*. Rome, 2025.

GEBRESILASSE, M. Rural roads, agricultural extension, and productivity. *Journal of Development Economics*, v. 162, p. 103048, 2023. DOI: 10.1016/j.jdeveco.2023.103048.

GONÇALVES, M. C.; SILVA, F. R. D.; CANTELLI, D.; SANTOS, M. R. D.; AGUIAR, P. V.; PEREIRA, E. S.; HANAZAKI, N. Traditional agriculture and food sovereignty: Quilombola knowledge and management of food crops. *Journal of Ethnobiology*, v. 42, n. 2, p. 241–260, 2022. DOI: 10.2993/0278-0771-42.2.241.

GRABSKA-SZWAGRZYK, E. et al. Exploring land use dynamics in rural areas: An analysis of eight cases in the Global North. *Land Use Policy*, v. 144, p. 107246, 2024. DOI: 10.1016/j.landusepol.2024.107246.

GRILLOTTI, M. L.; DI CARLO, P.; DI CARLO, S. Neo-rurality and new functions of rural territories in Italy: A geographical interpretation. *Sustainability*, v. 15, n. 4, p. 3265, 2023. DOI: 10.3390/su15043265.

GWACELA, M.; NGIDI, M. S. C.; HLATSHWAYO, S. I.; OJO, T. Analysis of the contribution of home gardens to household food security in Limpopo Province, South Africa. *Sustainability*, [s.l.], v. 16, n. 6, art. 2525, 2024. DOI: 10.3390/su16062525.

HEGER, D.; SCHNEIDER, M. Fragmented marginalities: Dispossessed peasantry and migrant labour communities in urban North India. *Journal of Peasant Studies*, v. 51, n. 1, p. 72–94, 2024. DOI: 10.1080/03066150.2023.2211529.

IBRAHIM, M.; HARVEY, C. A.; VILLACIS, J.; CHACÓN, M.; MUÑOZ, D.; LÓPEZ, M.; GÓMEZ, R.; TAYLOR, R.; MARTINEZ, J. Contribución de las cercas vivas a la productividad e integridad ecológica de los paisajes agrícolas en América Central. [s.l.], 2003. Disponível em: <http://www.bionica.info/Biblioteca/Harvey2003CercasVivas.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mais de dois milhões de lares saem da insegurança alimentar em 2024. *Agência de Notícias*

IBGE, Rio de Janeiro, 10 out. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44728-mais-de-dois-milhoes-de-lares-saem-da-inseguranca-alimentar-em-2024>. Acesso em: 6 fev. 2026.

KAN, K. Accumulation without dispossession? Land commodification and rent extraction in peri-urban China. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 43, n. 4, p. 633–648, 2019. DOI: 10.1111/1468-2427.12746.

LA VIA CAMPESINA. Peasant seeds: the heart of the struggle for food sovereignty. *Nyeléni Newsletter*, [s.l.], n. 38, 2018. Disponível em: <https://nyeleni.org/en/newsletter/no-38-peasant-seeds-the-heart-of-the-struggle-for-food-sovereignty/>. Acesso em: 6 fev. 2026.

LUNELLI, N. P.; RAMOS, M. A.; OLIVEIRA, C. J. F. D. Do gender and age influence agroforestry farmers' knowledge of tree species uses in an area of the Atlantic Forest, Brazil? *Acta Botanica Brasilica*, v. 30, n. 4, p. 667–682, 2016.

MAGNE, M.-A.; DURU, M.; THEROND, O.; FARES, M. An integrated approach to livestock farming systems' autonomy to design and manage agroecological transition at the farm and territorial levels. In: BERGEZ, J.-E.; AUDOUIN, E.; THEROND, O. (org.). *Agroecological transitions: from theory to practice in local participatory design*. Springer, 2019. p. 39–59. DOI: 10.1007/978-3-030-01953-2_4.

MAREDA, K.; DISSANAYAKE, D. H. G.; FREED, R.; MADAN, S.; MIKUNTHAN, G.; ATTORP, A.; PATIDAR, N.; BLANCO-METZLER, H.; GONSALVES, J. C. Building sustainable, resilient, and nutritionally enhanced local food systems through home gardens in developing countries. *Development in Practice*, p. 1–8, 2023.

MORKEL, J.; DUMANI, N.; MALHERBE, N.; SUFFLA, S. Community gardens and the social solidarity economy. *Community Development*, p. 1–20, 2023. DOI: 10.1080/15575330.2023.2275127.

MOURA, R. R. D. O.; MOURA, N. D. O.; MARTINS, W. B. R.; OLIVEIRA, C. D. D. S. Quintais agroflorestais: estrutura, composição e organização socioprodutiva. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 16, n. 1, p. 60–72, 2021.

MOYO, S.; SWANEPOEL, F. J. C. Multifunctionality of livestock in developing communities. In: SWANEPOEL, F.; STROEBEL, A.; MOYO, S. (org.). *The role of livestock in developing communities: enhancing multifunctionality*. Wageningen: CTA; University of the Free State, 2010.

MUNDIM, N. F. *Contradições e conflitos sociais na luta pela reforma agrária no Brasil: uma análise jurídico-sociológica*. 2023.

PAULINO, E. T. *Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná*. 2003.

PIMENTEL, N. G. L.; SOUZA, L. S.; DIÓGENES, F. E. G.; SILVA, C. J. D.; ARAÚJO, P. C. D. Quintais agroflorestais em Mossoró, Rio Grande do Norte.

Pesquisa Florestal Brasileira, v. 43, e202002170, p. 1–12, 2023. DOI: 10.4336/2023.pfb.43e202002170.

QUADROS, T. C. F.; BARBOSA, M. J. S.; PINHEIRO, K. A. O.; SANTOS, L. B.; CARNEIRO, F. S.; RIOS, H. K. S.; FRAZÃO, A. S. Dos quintais florestais aos sistemas agroflorestais no município de Irituia-Pará-Brasil. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 3, 2023.

QUARESMA, R. *Modelos econômicos de sistemas silvipastoris com cercas vivas: economic models of silvopastoral systems with live fence*. 2015.

RAHMAN, M. M.; KUNDU, G. K.; KABIR, M. E.; AHMED, H.; XU, M. Opposing ecological strategies together promote biomass carbon storage in homegardens agroforestry of southern Bangladesh. *Forests*, v. 12, n. 12, p. 1669, 2021. DOI: 10.3390/f12121669.

RAMOS, E. A.; BORGES, A. C. G. As formas de produção e reprodução social nos assentamentos rurais. *Revista NERA*, v. 24, n. 59, p. 36–57, 2021. DOI: 10.47946/rnera.v24i59.4133.

RIBEIRO, C. A. G.; TRINDADE, D. C.; OLIVEIRA, L. M. R. Agrarian reform and sustainable development: advances and limits of a settlement in the semi-arid region of Brazil. *Journal of Rural Studies*, v. 95, p. 453–461, 2022.

SANDSTRÖM, S.; SANDSTRÖM, C. Resurgent back to the land and the cultivation of a renewed countryside. *Sociologia Ruralis*, v. 63, n. 2, p. 253–272, 2023.

SIBHATU, K. T.; QAIM, M. Rural food security, subsistence agriculture, and seasonality. *PLOS ONE*, v. 12, n. 10, e0186406, 2017. DOI: 10.1371/journal.pone.0186406.

SILVA, B. A.; OLIVEIRA, R. E.; SAIS, A. C.; LEITE, E. C. Family farmers and trees: ecological functions, ecosystem services and food production in agrarian reform settlements in Brazil. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 49, n. 1, p. 4–21, 2024. DOI: 10.1080/21683565.2024.2405515.

SIMONETTI, G. D.; OLIVO, C. J.; SEIBT, D. C.; BRATZ, V. F.; SAUTHIER, J. C.; ADAMS, C. B. Productivity and nutritive value of elephant grass pastures under organic and conventional production systems. *Figshare*, 2019. DOI: 10.6084/m9.figshare.8128097.

STIDA, W. F.; DAHER, R. F.; VIANA, A. P.; VIDAL, A. K. F.; FREITAS, R. S.; SILVA, V. B. da; PEREIRA, A. V.; CASSARO, S.; MENEZES, B. R. da S.; FURLANI, E. P. Estimation of genetic parameters and selection of elephant-grass (*Pennisetum purpureum* Schumach.) for forage production using mixed models. *Chilean Journal of Agricultural Research*, v. 78, n. 2, p. 198–204, 2018. DOI: 10.4067/S0718-58392018000200198.

SUHADI, S.; NIRAVITA, A. Urban agrarian reform: opportunities and challenges for land rights among low-income communities. *Legality*, v. 32, n. 2, p. 348–373, 2024. DOI: 10.22219/ljih.v32i2.35842

TULLY, K.; RYALS, R. Nutrient cycling in agroecosystems: balancing food and environmental objectives. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 41, n. 7, p. 761–798, 2017. DOI: 10.1080/21683565.2017.1336149.

VALL, E.; OROUNLADJI, B. M.; BERRE, D.; DUGUÉ, P. Crop–livestock synergies and by-products recycling: major factors for agroecology in West African agro-sylvo-pastoral systems. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 43, art. 70, 2023. DOI: 10.1007/s13593-023-00908-6.

VIZUETE, B. T.; OTEROS-ROZAS, E.; GARCÍA LLORENTE, M. Role of the neo-rural phenomenon and the new peasantry in agroecological transitions: a literature review. *Agriculture and Human Values*, v. 40, n. 2, p. 345–360, 2023. DOI: 10.1007/s10460-023-10387-4.

WANDERLEY, M. D. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ZAMORA PEDRAZA, G.; AVENDAÑO-REYES, S.; COATES, R.; GÓMEZ DÍAZ, J. A.; LASCURAIN, M.; GARCÍA-GUZMÁN, G.; LÓPEZ-ACOSTA, J. C. Live fences as refuges of wild and useful plant diversity: their drivers and structure in five elevation contrast sites of Veracruz, Mexico. *Tropical Conservation Science*, v. 15, art. 19400829221078489, 2022. DOI: 10.1177/19400829221078489.

SEÇÃO IV

ENTRE O RURAL E O URBANO: SENTIMENTOS E ESTRATÉGIAS DE VIDA

RESUMO

Essa seção analisa as percepções e emoções predominantes das famílias do Assentamento Araras IV em relação ao modo de vida, aos sistemas produtivos e aos desafios da permanência no assentamento, articulando essas dimensões subjetivas às características socioprodutivas dos agroecossistemas familiares. Com base nas entrevistas familiares, mobiliza a análise de sentimentos como ferramenta de identificação de padrões emocionais nas falas, complementada por releitura qualitativa dos trechos mais recorrentes e por técnicas de agrupamento (clustering) como apoio exploratório para relacionar emoções e perfis socioprodutivos. A leitura toma as emoções como expressão da experiência vivida da reforma agrária em contexto periurbano, onde políticas, mediações institucionais, organização produtiva e reprodução social se entrelaçam no cotidiano. Os resultados indicam que a tristeza e medo associam-se à pluriatividade, ao envelhecimento rural, à incerteza climática e à fragilidade das estruturas cooperativas, enquanto confiança e alegria relacionam-se à sucessão intergeracional, ao acesso à educação, à criação animal, ao direito à moradia e à segurança financeira. Os padrões emocionais sugerem maior confiança entre famílias com sucessão geracional e quintais agroflorestais diversificados, em contraste com domicílios mais envelhecidos e menos diversificados, marcados por maior tristeza. Conclui-se que a permanência no assentamento, vivida de forma afetivamente heterogênea, na medida em que diferentes configurações familiares e socioprodutivas tornam a continuidade da vida no lote mais ou menos viável em contexto periurbano.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

As conexões das pessoas com as paisagens envolvem benefícios materiais e valores relacionais mais profundos (Gottwald; Albert & Fagerholm, 2022). Há uma relação intrínseca entre os seres humanos e os ambientes naturais, sendo que as percepções sobre o bem-estar e os valores (Brown & Raymond, 2020) atribuídos à natureza também são influenciados pelo sistema socioeconômico, incluindo valores e atributos pessoais que perpassam as características sociodemográficas e aspectos ambientais (Gottwald; Albert & Fagerholm, 2022; Santillán-Carvantes et al., 2025; Wang, Zhao & Cochran, 2024).

Compreender essas percepções e sentimentos é fundamental para captar a complexidade das relações estabelecidas nos diferentes territórios. No entanto, ainda são escassos os estudos que integram essas dimensões subjetivas em análises territoriais (Fagerholm et al., 2020). A análise de sentimentos surge, assim, como uma ferramenta promissora para integrar relações subjetivas e dados objetivos, superando limitações metodológicas associadas a abordagens exclusivamente quantitativas ou qualitativas, permitindo uma compreensão mais integrada das relações entre as pessoas e os territórios que habitam (Knudson, Sarkar; Ray, 2016).

Dessa forma, os objetivos dessa seção são: (i) analisar as percepções e emoções predominantes em relação ao modo de vida, sistemas produtivos e os desafios no assentamento; (ii) e a relação entre e as emoções e as características socioprodutivas.

2. PERCURSO METODOLÓGICO: procedimentos analíticos

Este capítulo mobiliza exclusivamente as entrevistas familiares para analisar, dimensões subjetivas associadas ao modo de vida e às percepções sobre o assentamento periurbano. A análise de sentimentos foi utilizada como ferramenta central para identificar padrões emocionais nas falas, e técnicas de agrupamento (*clustering*) foram aplicadas para relacionar esses padrões a características socioprodutivas das famílias.

2.1. Análises de sentimentos

A etapa de análise de sentimentos iniciou-se com a definição da amostra considerada para processamento textual. Das 15 entrevistas realizadas, 14 foram incluídas no estudo; uma delas foi excluída devido a falhas técnicas na gravação que inviabilizaram sua transcrição.

A análise foi realizada com o uso do software R (RStudio, versão 4.2.2, Boston, MA, EUA), empregando um script de análise de sentimentos disponível. O script foi adaptado às especificidades do corpus textual da pesquisa, permitindo a identificação dos sentimentos expressos nas falas. Para realizar a classificação dos textos (em opiniões positivas e negativas), foram utilizadas técnicas de classificação não supervisionada. A aprendizagem não supervisionada é baseada na classificação do texto com base em um conjunto de palavras previamente construído. Essa base contém termos positivos e negativos, para que a classificação do texto seja feita de acordo com a frequência com que esses termos aparecem no texto, sem a necessidade de que uma amostra da base de dados seja previamente classificada (Yu, Duan; Cao, 2013). O dicionário de termos e emoções utilizado foi o desenvolvido por Mohammad e Turney (2013).

Após a inserção do texto no RStudio, foram realizadas as seguintes operações: remoção de acentos (para diminuir erro de escrita das palavras), transformação das palavras em *tokens*, remoção de números (para evitar influência da marcação do tempo de gravação na análise), remoção de *stopwords* (palavras comuns de um idioma e que não influenciam na análise, como artigos, preposições etc.) e geração de uma tabela com as palavras organizadas na ordem das frases. Após essas etapas, a análise sentimentos foi então realizada através da função `get_nrc_sentiment ()`.

A partir da identificação das palavras mais recorrentes associadas a cada sentimento, foi realizada uma análise contextual, com a releitura das entrevistas transcritas, focando nas três palavras mais frequentes em cada categoria emocional. Essa etapa permitiu compreender de forma mais aprofundada o significado e a situação em que tais palavras e sentimentos foram expressos pelas pessoas entrevistadas, relacionando-as com os temas definidos no roteiro.

Com base nessa interpretativa do contexto das três palavras mais recorrentes associadas a cada sentimento, essas palavras foram contextualizadas em grandes temas. Em seguida, foi realizada uma contagem manual da frequência com que cada tema aparecia relacionado a essas palavras ao longo das entrevistas. Ao final da análise de cada sentimento, procedeu-se à somatória do número de ocorrências por tema, de modo a identificar os três temas mais frequentemente mencionados em associação a cada emoção.

Como se trata de procedimento léxico-baseado, reconhecem-se limitações relacionadas a ambiguidade semântica, negação e contexto. Por isso, os resultados automatizados foram interpretados em conjunto com a releitura qualitativa dos trechos em que as palavras-chave ocorreram.

2.2. Agrupamento de Clusters

Para identificar possíveis relações entre as emoções expressas e as características sociotécnicas das famílias, foi realizada uma análise de agrupamento (clusterização) dos discursos. A clusterização foi conduzida no ambiente R, com base nas frequências relativas dos sentimentos identificados em cada entrevista. O método empregado foi o K-means, que particiona o conjunto de dados em k grupos, associando cada observação ao cluster com o centroide mais próximo.

A definição do número ideal de clusters foi orientada pelo cálculo do índice de Silhouette, uma métrica que avalia a qualidade da clusterização com base na coesão interna e na separação entre os grupos formados. Para diferentes valores de k , foi calculado o índice médio de Silhouette, que varia de -1 a 1. Valores próximos de 1 indicam agrupamentos bem definidos, enquanto valores negativos sugerem alocação inadequada.

Cada cluster foi caracterizado segundo os sentimentos predominantes e analisado em relação às variáveis socioproductivas das famílias, como composição etária, fontes de renda, práticas agrícolas e participação em cooperativas. Essa abordagem permitiu identificar padrões discursivos consistentes e suas possíveis relações com as condições socioeconômicas e produtivas dos assentados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO: expressões emocionais e socioprodutivas no assentamento periurbano

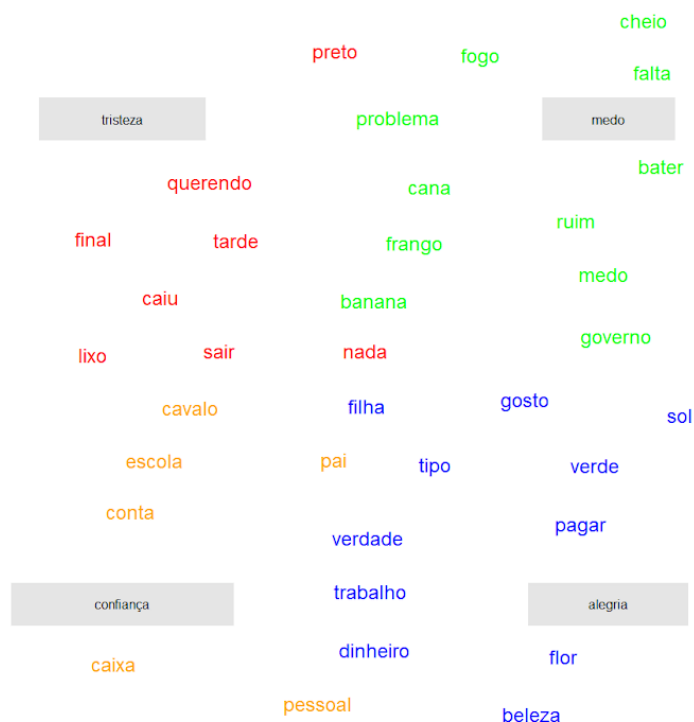
A diversidade de emoções e estratégias de vida das famílias assentadas, revelam vínculos afetivos com o território e desafios relacionados às condições socioprodutivas. A análise de sentimentos permitiu identificar temas recorrentes nas falas, enquanto a clusterização destacou padrões que conectam essas expressões emocionais às diferentes realidades socioeconômicas presentes no assentamento periurbano. As dimensões subjetivas e objetivas orientam a discussão dos achados e sustentam as interpretações apresentadas nas subseções seguintes.

3.1 Mapeando emoções e sentidos no assentamento periurbano

A análise das entrevistas revelou um conjunto diverso de emoções e percepções que traduzem como as famílias assentadas vivenciam e significam o cotidiano no assentamento periurbano. Ao mapear essas expressões, emergiram sentimentos que variam entre a tristeza e o medo, associados a dificuldades e incertezas, e a confiança e a alegria, ligados a conquistas, vínculos e à relação com a terra. A identificação e a representação visual dessas emoções, por meio da nuvem de palavras, permitiram compreender não apenas a frequência de determinados termos, mas também os sentidos atribuídos a eles no contexto das experiências narradas.

A Figura 8 apresenta as palavras mais recorrentes, nas falas, associadas a quatro emoções predominantes (tristeza, medo, confiança e alegria), permitindo uma representação visual da frequência relativa desses termos. As palavras em verde estão relacionadas ao medo, as vermelhas com a tristeza, azul com a alegria e laranja com a confiança.

Figura 15. Emoções e palavras associadas



Com base na identificação das palavras mais frequentes em cada categoria emocional, foi realizada uma análise contextual por meio da releitura das entrevistas transcritas, focando nas três palavras mais representativas de cada emoção. Essa etapa permitiu compreender com maior profundidade o significado e as situações em que tais expressões emocionais foram registradas, relacionando-as aos temas definidos no roteiro.

As palavras mais recorrentes foram agrupadas em grandes temas, seguidas de uma contagem manual da frequência com que cada tema aparecia ao longo das entrevistas. Ao final, foram identificados os três temas mais frequentemente mencionados em associação a cada emoção, permitindo estabelecer conexões entre o conteúdo emocional e aspectos específicos do cotidiano no assentamento (Tabela 4).

Tabela 4. Emoções, palavras-chave e temas emergentes.

Emoções	Palavras chave	Temas emergentes
Tristeza	Nada (93)	Mudanças climáticas
	Sair (41)	Envelhecimento do campo
	Querendo (24)	Pluriatividade
Medo	Problema (46)	Assistência técnica
	Banana (39)	Acesso à mercados
	Frango (32)	Cooperação
Confiança	Pai (155)	Sucessão rural
	Escola (42)	Educação
	Cavalo (34)	Criação animal
Alegria	Gosto (71)	Direito à moradia
	Dinheiro (70)	Segurança financeira
	Pagar (65)	Soberania alimentar

No caso da tristeza, destacaram-se as palavras-chave “nada” (93 ocorrências), “sair” (41) e “querendo” (24), cujos contextos de uso se relacionam à dificuldade de obter a renda exclusivamente agrícola, ausência de chuvas e adoecimento da população idosa. A análise interpretativa agrupou essas expressões nos temas: *pluriatividade*, *envelhecimento do campo* e *mudanças climáticas*.

O desafio de obter a renda exclusivamente agrícola é frequente, e o termo “querendo” aparece no contexto de vontade (ou ânimo) para lidar com a agricultura, como em: “*Hoje ele está querendo nem saber. Eu acho que o mais difícil de viver aqui é viver da agricultura. O que era para ser lucro e acaba não sendo[...]*.” (E10).

Portanto, a necessidade de recorrer a outras estratégias de sobrevivência, como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade) manifesta-se como resposta às limitações de recursos e às pressões de mercado (Pan, 2023). Nesse quadro, a combinação dessas atividades sustenta a reprodução social ao internalizar parte da renda fora do lote, sem romper com a centralidade territorial, preservando funções não mercantis como autoconsumo e reciprocidade (Schneider, 2003; Van der Ploeg, 2008; Pan, 2023).”

A irregularidade climática, como a ausência de chuvas no início do ano, acarretou na redução da produtividade agrícola. Referente ao milho e abacate,

foi destacada em falas como as seguintes: "*Não deu uma chuva na época, não deu nada[...]*" (E6); "*Esse ano não deu um, nada[...]*" (E5).

O aumento das mudanças climáticas agravadas por eventos extremos, como temperaturas elevadas, secas e enchentes, já afeta a produtividade agrícola em diversas regiões do mundo (IPCC, 2022). Impacta enfaticamente a agricultura de menor escala, com recursos reduzidos e menor capacidade de adaptação (IPCC, 2014; FAO, 2017), comprometendo a segurança alimentar (Altieri et al., 2015). Essa dependência da chuva e padrões de sazonalidade, acentuada em países de baixa renda (Cáceres & Hilton, 2021), vulnerabiliza ainda mais as comunidades, gerando necessidades de adaptação (Leal Filho et al., 2022). Estima-se que, até 2050, mais de dois terços da população rural migrará para áreas urbanas (FAO, 2017), motivados por fatores que incluem as mudanças climáticas (World Bank, 2018).

O termo "nada" também surgiu no contexto do envelhecimento da população do campo, atrelada a doenças, emergiu de discursos como: "(Pai) *Tem 74 anos, não sabe nem explicar direito nada assim. Ele é meio matuto, tá? Ele mora aqui do lado. De novo ficou doente e de novo não conseguia fazer mais nada [...]* E agora também eu tô afastada do INSS, né? [...]" (E14). O termo se relaciona com dificuldades que levam a uma produção baixa, ou mesmo ausência de produção, em um contexto de tristeza por essa situação.

Em 2017, apenas 3,3% dos produtores rurais brasileiros tinham menos de 25 anos (IBGE, 2017; Santos & Silva, 2021). A sucessão geracional no meio rural é imprescindível para a continuidade da agricultura (Breitenbach & Corazza, 2019) e mitigação do envelhecimento do campo, fator expresso com tristeza e preocupação pelas famílias assentadas.

O sentimento de medo foi representado pelas palavras "problema" (46), "banana" (39) e "frango" (32). Embora aparentemente neutras, essas expressões revelaram, nos discursos, preocupações relacionadas à precariedade e excesso de produção, à instabilidade de renda e à ausência de apoio técnico continuado. Os temas identificados foram: *assistência técnica, acesso a mercados e fragilidade organizativa/cooperativa*.

A ausência de suporte técnico continuado foi expressa em desafios como o seguinte: "*Tem pessoas que criam tilápia. O pão doce eles comem, aí o que vai acontecer? Vai dar problema na água. Aí vai começar a mudar o pH da água,*

a dar amônia. Já aconteceu aqui já, pessoas daqui do assentamento começaram a dar pão doce e dar esse problema na água. Quando dá, dá um trabalho, hein? [...] (E2)”.

O período de 2014 – 2017 foi marcado pela redução 82% das despesas relacionadas à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em áreas de Reforma Agrária (Lima et al., 2020), sendo que apenas 20% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil acessam a ATER (IBGE, 2017), acentuando desigualdades sociais (Aquino et al., 2018). A ausência de um programa nacional de formação técnica contínua limita o potencial emancipatório dessas políticas (Cook; Satizábal; Curnow, 2021). Nesse sentido, o acesso à assistência técnica emancipatória requer a construção e efetivação de políticas públicas permanentes (Becerra-Encinales et al., 2024). Associada a processos formativos, insumos e créditos adequados, a assistência técnica pode potencializar as atividades agrícolas em até 30% (Delgrossi et al., 2024). Esse fortalecimento da segurança alimentar pelo aumento da produção é capaz de contribuir com a erradicação da fome e combate à pobreza (Sabourin et al., 2021).

Ilustrada predominantemente pelo caso da banana, a complexidade do acesso a mercados foi expressa em falas como: *“Ah, aqui a **banana** normalmente o pai prefere vender para as pessoas (venda direta). Lá na cooperativa tem tanta gente com banana, então é difícil Tem banana para todo lado.” (E10); “[...]as plantações de **banana** agora tem menos né, porque quando nós chegamos aqui era tanto pé de **banana**. Então, nós fala, nós produz pouco que é para nós, né? Não é sempre que nós vende, porque às vezes, né, estraga” (E12); [...]A gente tinha muita **banana** aqui, aqui para baixo era tudo bananal, aí nós paramos, né? Porque tava sendo difícil para vender para a prefeitura [...] (E2).*

No Brasil, as possibilidades de acesso a mercados incluem programas institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), feiras livres, mercados locais e plataformas digitais (Freitas; Silva; Souza, 2023). Contudo, desafios como logística, precariedade de infraestrutura, exigências legais e sanitárias, e falta de assistência técnica limitam esse acesso (Cecconello et al., 2023).

No campo da confiança, os termos mais frequentes — “pai” (155), “escola” (42) e “cavalo” (34) — evocaram vínculos familiares, continuidade geracional e práticas produtivas tradicionais. Essas palavras foram associadas aos temas: *sucessão rural, educação e criação animal*.

Reforçando os vínculos familiares, decisões que potencializam a continuidade geracional no lote foram expressas em múltiplos discursos, como: *“Aí eu preferi fazer uma casa aqui no sítio. Porque eu ia ficar perto do meu pai e da minha mãe que já tava idoso para cuidar deles, né? Eu pensei neles, né? [...]”* (E10); *“[...]”Aqui no meu lote mora eu e meu pai, quatro, na verdade, né? Eu, meu marido, meu pai e meu irmão. Quando o pai pegou o sítio, eu já estava aqui em Araras, né? Mas eu não morava no sítio mesmo, né? Eu vim morar depois. Eu morava na cidade, que é aqui pertinho, né? [...]”* (E12); *“[...]”Depois que minha mãe adoeceu [...] aí nós não pode mais mexer, né? Que pai tinha que mexer com o gado, mexer com ela e era só nós [...]”* (E3).

Desafios como o acesso à terra, crédito, tecnologia (Ripoll et al., 2017) e tradições patriarcais desfavorecem a participação de jovens na agricultura (Ntirenganya & Niyonzima., 2022; Breitenbach e Corazza, 2017). Além disso, busca por melhores oportunidades educacionais e profissionais contribuem para a migração juvenil para os centros urbanos, alimentando essas rupturas na transferência geracional (Díaz Baca; Moreno Lerma & Burkart, 2024).

Apesar disso, relacionado ao sentimento da confiança, o tema da sucessão rural emergiu de palavras como o “pai” e “escola” (Tabela 3). A proximidade dos assentamentos periurbanos aos mercados, infraestrutura, saúde, tecnologia e educação podem estar associadas ao sentimento positivo da confiança, favorecendo as condições para a continuidade geracional no campo. A viabilização de oportunidades no meio rural exige estratégias que garantam o acesso à terra, crédito, formação, mercados (Marin & Drebes, 2020) e criação de políticas públicas voltadas à valorização da agricultura como profissão (Rabelo et al, 2023).

A discussão sobre escolas revela diferentes perspectivas sobre o acesso facilitado à educação básica nas proximidades, bem como a importância de escolas rurais para a comunidade, ilustrado na seguinte fala: *“Tem escola aqui perto, né? Para todo lado você quiser agora tem.”* [E1].

A evasão do ensino escolar obrigatório é influenciada por uma multiplicidade de fatores interligados que envolvem acessibilidade, infraestrutura precária e falta de autonomia financeira (Souza, 2025). Além da sucessão rural, a educação emerge da palavra “escola” como tema relacionado ao sentimento de confiança (Tabela 3), reafirmando o potencial dos assentamentos periurbanos para a garantia de direitos como a educação para cerca de 40% dos integrantes das famílias entrevistadas (crianças e jovens), e conseqüentemente, permanência da juventude no campo. Além da proximidade às escolas do bairro, falas relacionadas à retomada de uma escola rural próxima ao território expressaram essa “confiança” em: *“A quem faz é a criança. É, você vê na escola lá, você entendeu? As verdurinhas de lá, tudo deles lá. Eles ensinam a plantar lá. Eu acho que ocupa. Não é só você ficar sentadinho escutando a professora falar, né? Porque criança tem que se movimentar [...]”*[E9].

Escolas do campo se apresentam como alternativa à evasão, adotando abordagens e políticas que reconhecem e valorizam o contexto local (Castro, 2016). Estimulam a permanência dos jovens no território através do fortalecimento dos laços com a comunidade e incentivo ao cooperativismo em suas múltiplas possibilidades (Goris et al, 2019). Portanto, percebe-se o potencial das escolas do campo na superação do medo, ou desconfiança, dos processos de cooperação, emergente de contextos em que as palavras “problema” e “banana” aparecem (Tabela 3).

O tema da criação animal emerge da palavra “cavalo”, atrelada ao sentimento de confiança, transmitido pelas seguintes ideias: *“Os cavalo, aí que acontece? Aí a gente fica aqui, aí a cria um, vende, faz um rolo, um outro, e assim vai. Vai vender. Pega magro, vende gordo [...]”* (E3); *“[...]E ferro o cavalo, né? Ferro o cavalo. Ferradura tudo. Faz sapato para o cavalo[...]”* (E13) ; *“De domingo, o trato do cavalo é só de manhã. Depois do almoço, eu monto no meu cavalo e volto só à noite. Vou para o parque ecológico, comer uma porção, dá uma volta. Aí quando lá para as 9 horas eu volto, né? [...]”* (E13).

Sendo um elemento proeminente na vida rural, a criação animal contribui na promoção de renda, autonomia, transporte, reserva de valor em situações de crise, além de ser atrelada a um status social (Bettencourt, 2015; Sabourin, 2024) e ao lazer. No Brasil, cerca de 80% dos cavalos concentram-se no Nordeste (IBGE, 2017), onde esses animais são essenciais para o cotidiano rural (Toffolo-

Luiz et al., 2023). Enraizada em aspectos de identidade, tradição e relações socioafetivas (Sabourin et al, 2024), a relação com animais que configura a agricultura camponesa supera o utilitarismo associado a esses (Leal, 2019).

Por fim, a alegria apareceu vinculada a expressões de valorização, autonomia e dignidade, expressas pelas palavras “gosto” (71), “dinheiro” (70) e “pagar” (65). Esses termos remetem à conquista de direitos básicos e qualidade de vida em perspectivas diferenciadas, sendo organizados nos temas: *direito à moradia, segurança financeira e soberania alimentar*.

Há uma preferência pelo ambiente rural em detrimento da cidade. Morar na zona periurbana é visto como um privilégio, com maior segurança, silêncio e espaço, descrito por muitas famílias: “[...] *Meus pais sempre gostaram muito da terra. A gente criava animal ali no rio* (quando moravam na zona urbana). *É gostoso, o pai também gosta. Eu acho que o ambiente é outro, né? É um lugar gostoso de viver, mexer com a terra, é bom, é outra saúde, outro ambiente, né? [...]*” (E10); “*Aqui é gostoso, né? Porque aqui é diferente, né? O ar, né? Eu morava em um lugar pequeno, né? Aqui você tá dentro do Tiradentes, né? Do bairro, né? Onde melhor do que isso não pode ser, né? Eu prefiro esse pouco lindo que eu tenho aqui, que eu amo muito e, né? Eu gosto de morar aqui [...]*Tem área verde, né? *Na cidade tem o maior barulhão, você nem consegue dormir de noite [...]*” (E13); “[...] *Porque eu gosto mais do sítio do que cidade. Não sei se é porque é mais quieto, sem muito barulho, né? Então, eu prefiro. E querendo ou não, o tamanho do quintal, né? É mais seguro para as crianças, porque tem muita criança aqui. Então, para nós é bom. Eu gosto. Para brincar, nossa, para as crianças.*” (E9).

O cultivo e a criação animal são determinados, acima da demanda de mercado, pelos sabores, hábitos culturais e preferências de cultivo, reafirmando a relevância dos territórios periurbanos no enfrentamento à fome e à soberania alimentar. As famílias citam em discursos como: “*A gente vende e come bastante banana de fritura, o povo gosta [...]*” (E11); *Meu porco é todo mansinho, mas eu matei ele pra comer [...]*(E10); *A sedosa bota o ovo desse tamanho, bota uns ovinhos assim, ó (pequeno). Eu como, é gostoso (ovo produzido no lote), mas tem que fritar de dois.*” (E9); “*Aquela lá é tipo de boi. E essa que é da terra, mas a turma fala que não. É parecido o gosto, ela é de fritar. A turma gosta mais da*

*nanica, né?”(E9); Não, se ela quiser fazer abacate, essa abacate é **gostoso**, viu? É delicioso. Eu não sei se é manteiga. Eu sei que é delicioso” (E15).*

Quintais produtivos se apresentam como uma estratégia eficaz para a diversificação alimentar (Pereira et al, 2017), reduzindo gastos com alimentação (FAO, 2020). Além do fortalecimento da autonomia produtiva, os quintais resgatam sistemas alimentares culturalmente enraizados em uma complexa agrobiodiversidade (Abbot, 2005), destacando seu papel no fortalecimento a segurança e soberania alimentar e resgate da biodiversidade nas comunidades (Deaconu et al., 2021).

Ainda no contexto das percepções subjetivas que ultrapassam o utilitarismo das análises tradicionais, conectados ao sentimento da alegria, emergem os temas dos “aspectos econômicos” e “direito à moradia”. Os entrevistados apontam: *“Eu não tenho que ficar correndo e esquentando a cabeça para **pagar** aluguel. Então, você tem um fixo para você pagar suas contas. A horta vai fazer para complementar. Se não vender muito, tem o seu para pagar suas contas, já tem a água [...]” (E12); [...]É igual eu falo, ou você faz ou você vai **pagar** a vida inteira para alguém fazer, né (E10).*

Embora o direito à moradia digna seja considerado fundamental para a garantia da dignidade humana, sua efetivação é dificultada pela desigualdade de renda e inoperância do poder público (Zague & Versola, 2014). Possuir uma casa acarreta em ônus financeiro significativo, reduzindo gastos familiares com saúde e alimentação (Lou & Qiao, 2023).

3.2 Agrupamento e Padrões Socioprodutivos

A análise de agrupamento (cluster) possibilitou identificar perfis distintos de famílias, com base nos sentimentos predominantes expressos nas entrevistas, articulados a variáveis socioprodutivas e padrões discursivos. A definição do número ideal de grupos foi orientada pelo método Silhouette, que indicou a formação de seis clusters como a configuração mais adequada para agrupar os entrevistados segundo similaridades emocionais e sociotécnicas.

A Tabela 5 apresenta a caracterização socioprodutiva dos grupos resultantes da clusterização automática, realizada com base nas emoções predominantes identificadas nas narrativas. Cada grupo foi formado

considerando a porcentagem relativa das emoções presentes, sendo destacadas na tabela as duas emoções mais representativas de cada cluster.

Tabela 5. Grupos classificados de acordo com as emoções predominantes e sua caracterização socioproductiva

Grupo	1	2	3	4	5	6	Total
Emoções predominantes	Confiança	Confiança	Tristeza	Tristeza	Confiança	Tristeza	
Amostra	29,00%	7%	7%	14%	36%	7%	14
Faixa etária							
0-14 anos	33%	22%	22,22%	0	22%	0	9
15-29 anos	46%	15%	15,38%	0,00%	23%	0	13
30-59 anos	29%	10%	0	4,76%	57%	0	21
Acima de 60	21%	11%	10,53%	21%	26%	11%	19
Fonte de renda							
Pluriatividade	30%	10%	10%	0	50%	0	10
Aposentadoria e agricultura	25%	0	0	50%	0%	25%	4
Participação em cooperativas	33%	0	0	16,60%	50%	0	6
Diversificação agrícola	10	13	6	11	8	9	15
Quintal agroflorestal	0,00%	0%	25%	0	75%	0%	4
Criação animal	40%	20%	0%	20%	20%	0%	5
Anuais	40%	0	0	20%	20%	20%	5

Dos seis grupos identificados, os sentimentos mais recorrentes foram a confiança (clusters 1, 2 e 5) e a tristeza (clusters 3, 4 e 6).

Merecem destaque os clusters 1 e 5, que concentram a maior parte dos entrevistados — 4 e 5 famílias, respectivamente — totalizando cerca de 65% da amostra. Os grupos representados majoritariamente pelo sentimento de confiança (1, 2 e 5) envolvem 77,8% das crianças, 85% de jovens e 95% do total de adultos presentes nas famílias entrevistadas, enquanto cerca de 83% dos respondentes que são cooperados se encontram nos grupos 1 e 5. Das famílias com quintais agroflorestais como principal atividade agrícola no lote, 75% estão alocadas no grupo 5, enquanto 80% das famílias com criação animal estão agrupadas aos clusters em que a confiança predominou.

Dominados pela tristeza, os grupos 4 e 6 são famílias sem crianças (0-15 anos), caracterizados predominantemente por adultos e pessoas acima de 60

anos. Apenas 16,6% das famílias alocadas nesses grupos participam dos processos de cooperação. O grupo apresenta como principal fonte de renda a aposentadoria, combinada com atividades agrícolas, indicando uma dependência do trabalho exclusivamente rural, com baixa diversificação produtiva.

A predominância da tristeza entre famílias sem crianças, com maior proporção de idosos e baixa inserção em processos cooperativos, aponta para um cenário de envelhecimento do campo, reafirmando a preocupação com o envelhecimento do campo e fragilidade das redes de apoio coletivo, temas emergentes desse sentimento, despertado por barreiras estruturais desfavoráveis à reprodução social no campo (Breitenbach & Corazza, 2017).

Cerca de 71% dos estabelecimentos rurais associados a cooperativas são da agricultura familiar, sendo que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) atinge mais de 64% desses cooperados (OCB, 2023). Portanto, o fortalecimento dos processos de cooperação apresenta-se como alternativa para transpor as barreiras do acesso a mercados e assistência técnica, temas emergentes das palavras “banana” e “frango”, associadas ao sentimento de medo, ou receio.

A limitação da pluriatividade, somada à crescente instabilidade climática, contribui para um sentimento generalizado de incerteza, refletido nas falas sobre dificuldades com a produção e os ciclos sazonais. A influência das mudanças climáticas atrelada à necessidade de deslocamento aos centros urbanos para a complementação de renda pode afetar, especialmente, a população abaixo de 60 anos, que representa 72,6% do total das famílias entrevistadas, potencializando o envelhecimento do campo e a preocupação com a sucessão geracional, tema expresso com tristeza nos discursos das famílias.

Embora a análise automatizada de textos represente um avanço metodológico, sobretudo em estudos que envolvem grandes volumes de dados, ela apresenta limitações. A utilização de dicionários pré-definidos de sentimentos desconsiderando a polissemia das palavras, as nuances pragmáticas da linguagem oral, os códigos culturais locais e a historicidade dos discursos. Ademais, elementos como ironia, metáforas, expressões afetivas implícitas e significados construídos localmente desafiam a capacidade dos algoritmos de captar a complexidade das falas das famílias. Assim, embora a análise

quantitativa dos clusters ofereça uma visão exploratória útil sobre a tessitura afetiva dos relatos, sua interpretação exige ser ancorada em leituras qualitativas, capazes de recuperar camadas que os métodos automatizados não alcançam.

4.SÍNTESES E REFLEXÕES: emoções, sentidos e permanência

As emoções predominantes no Araras IV se distribuem em torno de dimensões concretas que estruturam a permanência no assentamento. Tristeza e medo se concentram quando renda, cooperação, apoio técnico, estabilidade produtiva e continuidade familiar aparecem fragilizados, enquanto confiança e alegria emergem quando moradia, sucessão geracional, criação animal, acesso à escola e produção alimentar sustentam perspectivas mais estáveis de continuidade no lote. Nessa direção, os sentimentos identificados revelam que a permanência no território se estrutura em torno de moradia, segurança material, sucessão, cooperação, produção para autoconsumo e da capacidade de transformar o lote em base concreta de vida.

Essa distribuição emocional evidencia que a permanência no assentamento é percebida de forma heterogênea. A tristeza concentrou-se em narrativas atravessadas pela dificuldade de viver exclusivamente da agricultura, pela ausência de chuvas e pelo adoecimento e envelhecimento da população do lote, enquanto o medo apareceu ligado à perecibilidade da produção, às dificuldades de comercialização, à ausência de assistência técnica continuada e à fragilidade das estruturas cooperativas. Em sentido oposto, confiança e alegria se associaram a situações que tornam a continuidade no lote mais plausível, como sucessão rural, presença de crianças e jovens, acesso à escola, criação animal, direito à moradia, redução do peso do aluguel e possibilidade de produzir e consumir alimentos do próprio lote. As emoções, assim, qualificam formas desiguais de viver o assentamento, que ora se projeta como continuidade possível, ora como desgaste e incerteza.

A clusterização reforça essa interpretação ao sugerir que tais disposições afetivas acompanham configurações socioprodutivas distintas. Os agrupamentos marcados pela confiança concentraram a maior parte das crianças, jovens, cooperados e famílias com quintais agroflorestais e criação animal, enquanto os grupos em que predominou a tristeza reuniram famílias sem crianças, mais envelhecidas, com menor participação em processos

cooperativos e maior dependência de aposentadoria combinada ao trabalho agrícola. Nessa direção, a organização socioprodutiva dos agroecossistemas não apenas produz diferenças espaciais, produtivas e econômicas, mas também conforma diferentes horizontes emocionais diante da permanência. Agroecossistemas mais diversificados, com sucessão familiar, criação animal e vínculos coletivos mais densos, tendem a sustentar confiança; configurações mais envelhecidas, menos diversificadas e mais frágeis em termos de cooperação tendem a produzir tristeza e medo.

Esses resultados ampliam a compreensão do suprassistema ao evidenciar sua incidência também no plano subjetivo. Estado, mercado e comunidade não condicionam apenas o acesso a fluxos de crédito, insumos, assistência técnica, cooperação e comercialização, mas também os horizontes subjetivos a partir dos quais as famílias avaliam se é viável continuar vivendo no assentamento. Quando o mercado é incerto, a assistência técnica falha e a cooperação se fragiliza, a permanência passa a ser vivida sob maior insegurança quanto ao futuro. Quando moradia, escola, criação animal e alguma segurança financeira se tornam concretas, a reprodução social se estabiliza e confiança e alegria emergem como formas de enraizamento no território. O periurbano, nessa chave, aparece como categoria territorial contraditória e também como experiência vivida de ambivalência: a proximidade com a cidade amplia oportunidades de estudo, circulação, moradia e continuidade familiar, mas não elimina a instabilidade produtiva, a fragilidade cooperativa e as incertezas quanto à permanência.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, J. A. Contando feijões: agrobiodiversidade, indigeneidade e reforma agrária. *The Professional Geographer*, v. 57, n. 2, p. 198–212, 2005.

AJATES, R. An integrated conceptual framework for the study of agricultural cooperatives: from repolitisation to cooperative sustainability. *Journal of Rural Studies*, v. 78, p. 467–479, 2020.

AKBER, N.; PALTASINGH, K. R.; MISHRA, A. K.; GOYARI, P. Land ownership security, farm investment, and investment risk in Indian agriculture: evidence from

nationally representative survey. *Journal of Agricultural and Applied Economics*, v. 56, n. 2, p. 278–296, 2024.

ALFONSIN, B. M.; LANFREDI, E. S. O direito à moradia digna: de direito fundamental à transformação em ativo financeiro. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico (RBDU)*, p. 85–104, 2021.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I.; HENAO, A.; LANA, M. A. Agroecology and the design of climate change-resilient farming systems. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 35, n. 3, p. 869–890, 2015.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 56, n. 1, p. 123–142, 2018.

BATITUCCI, T. D. O.; CORTINES, E.; ALMEIDA, F. S.; ALMEIDA, Â. A. D. A agricultura em ecossistemas urbanos: um passo para a sustentabilidade das cidades. *Ambiente & Sociedade*, v. 22, e02773, 2019.

BECERRA-ENCINALES, J. F.; BERNAL-HERNÁNDEZ, P.; BELTRÁN-GIRALDO, J. A.; COOMAN, A. P.; REYES, L. H.; CRUZ, J. C. Agricultural extension for adopting technological practices in developing countries: a scoping review of barriers and dimensions. *Sustainability*, v. 16, n. 9, art. 3555, 2024. DOI: 10.3390/su16093555

BETTENCOURT, E. M. V.; TILMAN, M.; NARCISO, V.; CARVALHO, M. L. D. S.; HENRIQUES, P. D. D. S. The livestock roles in the wellbeing of rural communities of Timor-Leste. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, supl. 1, p. 63–80, 2015.

BITTENCOURT, T. A.; GIANNOTTI, M.; MARQUES, E. Cumulative (and self-reinforcing) spatial inequalities: interactions between accessibility and segregation in four Brazilian metropolises. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, v. 48, n. 7, p. 1985–2000, 2021. DOI: 10.1177/2399808320958426.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Perspectiva de permanência no campo: estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. *Revista Espacios*, v. 38, n. 29, p. 9, 2017.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 17, n. 2, p. 1–34, 2019.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal, para incluir a moradia como direito social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Acesso em: 28 jan. 2026.

CÁCERES, C.; LI, Y.; HILTON, B. A climate change vulnerability assessment framework: a spatial approach. *arXiv*, 2021. Preprint arXiv:2108.09762. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2108.09762>. Acesso em: 28 jan. 2026.

CASTRO, E. G. PNRA e juventude rural: 30 anos depois – balanço e apontamentos em um contexto de ruptura institucional. *Retratos de Assentamentos*, v. 19, p. 98–124, 2016.

CECCONELLO, E. R. F.; MORO, L. D.; FOGUESATTO, C. R.; BREITENBACH, R.; NECKEL, A.; SPANHOL, C. P.; VIEIRA-FILHO, J. E. R.; MORES, G. V. Challenges and potentialities of sustainability in the institutional food market of family farming. *Sustainability*, v. 15, n. 22, art. 15796, 2023. DOI: 10.3390/su152215796.

CHEN, Y.; LIU, Y.; LONG, H.; WANG, J. Productive functional evolution of rural settlements: analysis of livelihood strategy and land use transition in eastern China. *Journal of Mountain Science*, v. 14, n. 12, p. 2540–2554, 2017. DOI: 10.1007/s11629-016-4042-z.

COOK, B. R.; SATIZÁBAL, P.; CURNOW, J. Humanising agricultural extension: a review. *World Development*, v. 140, 105337, 2021. DOI: 10.1016/j.worlddev.2020.105337.

CUNHA, M. A. D.; CARDOSO, R. D. C. V. Hortas urbanas na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolvimento sustentável em Salvador, Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. 25, e00943, 2022.

DEACONU, A.; MERCILLE, G.; BATAL, M. Promoting traditional foods for human and environmental health: lessons from agroecology and Indigenous communities in Ecuador. *BMC Nutrition*, v. 7, n. 1, 2021. DOI: 10.1186/s40795-020-00395-y.

DELGROSSI, M. E.; VIEIRA, L. C. G.; AVILA, M. L.; VALENCIA PERAFÁN, M. E.; MIRANDA FILHO, R. J. O impacto da assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares pobres: o caso do Programa Dom Hélder Câmara

II. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 62, n. 2, e271282, 2024. DOI: 10.1590/1806-9479.2022.271282pt.

DÍAZ BACA, M. F.; MORENO LERMA, L.; BURKART, S. Why do rural youth migrate? evidence from Colombia and Guatemala. *Frontiers in Sociology*, v. 9, 1439256, 2024.

DRESCHER, A. W.; ISENDAHL, C.; CRUZ, M. C.; KARG, H.; MENAKANIT, A. Urban and peri-urban agriculture in the Global South. In: SHACKLETON, C. M.; CILLIERS, S. S.; DAVOREN, E.; DU TOIT, M. J. (eds.). *Urban Ecology in the Global South*. Cham: Springer, 2021. (Cities and Nature). DOI: 10.1007/978-3-030-67650-6_12.

DUMONT, B.; FORTUN-LAMOTHE, L.; JOUVEN, M.; THOMAS, M.; TICHIT, M. Prospects from agroecology and industrial ecology for animal production in the 21st century. *Animal*, v. 7, n. 6, p. 1028–1043, 2013. DOI: 10.1017/S1751731112002418.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The future of food and agriculture: trends and challenges*. Rome: FAO, 2017. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i6583e/i6583e.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2026.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022*. Rome: FAO, 2022. DOI: 10.4060/cc0639en.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *FAO Strategy on Climate Change*. Rome: FAO, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7175e.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2026.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Home gardens contribute to food and nutrition security and to sustainable livelihoods*. Bangkok: FAO Regional Office for Asia and the Pacific, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca2550en/CA2550EN.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2026.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Small family farmers produce a third of the world's food. *Press release*, 23 apr. 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/newsroom/detail/Small-family-farmers-produce-a-third-of-the-world-s-food/>. Acesso em: 28 jan. 2026.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The state of food and agriculture 2021: making agrifood systems more resilient to shocks and stresses*. Rome: FAO, 2021.

FREITAS, A. F.; SILVA, L. P.; SOUZA, R. M. Family farming cooperatives and associations and the institutional market created by the National School Feeding Program (PNAE) in Minas Gerais, Brazil. *Sustainability*, v. 15, n. 6, art. 5202, 2023. DOI: 10.3390/su15065202.

GORIS, M.; VAN DEN BERG, L.; SILVA LOPES, I. da; BEHAGEL, J.; VERSCHOOR, G.; TURNHOUT, E. Resignification practices of youth in zona da mata, Brazil in the transition toward agroecology. *Sustainability*, v. 11, n. 1, art. 197, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agricultura familiar: resultados definitivos: Censo Agropecuário 2017 Brasil. 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 05 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 28 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017 (SIDRA): Tabela 6930. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6930>. Acesso em: 28 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. 2019. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 28 jan. 2026.

INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT (IFAD). *Rural development report 2016: fostering inclusive rural transformation*. Rome: IFAD, 2016.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate change 2022: impacts, adaptation and vulnerability: Working Group II contribution to the Sixth Assessment Report*. Geneva: IPCC, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em: 28 jan. 2026.

IPCC. *Climate change 2014: mitigation of climate change: Working Group III contribution to the Fifth Assessment Report*. EDENHOFER, O. et al. (eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

KNUDSON, S.; SARKAR, S.; RAY, A. Connecting Data Science and qualitative interview insights through sentiment analysis to assess migrants' emotion states post-settlement. *arXiv*, 2016. Preprint arXiv:1609.08776. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1609.08776>. Acesso em: 28 jan. 2026.

LEAL FILHO, W.; ALAM, G. M. M.; NAGY, G. J.; RAHMAN, M. M.; ROY, S.; WOLF, F.; KOVALEVA, M.; SAROAR, M.; LI, C. Climate change adaptation responses among riparian settlements: a case study from Bangladesh. *PLOS ONE*, v. 17, n. 12, e0278605, 2022. DOI: 10.1371/journal.pone.0278605.

LEAL, O. F. Os gaúchos: cultura e identidade masculina no pampa. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 7, n. 1, p. 16–16, 2019.

LEITE, A. R.; PADILHA, A. C. M.; BINOTTO, E. Cooperation challenges in agricultural cooperatives. *Revista de Administração da UFSM*, v. 14, n. 4, p. 809–826, out./dez. 2021. DOI: 10.5902/1983465964160.

LIMA, S. K.; VALADARES, A.; GALIZA, M.; ALVES, F. Desenvolvimento rural. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, Brasília, n. 26, p. 249–282, 2019.

LOU, W.; DU, C.; QIAO, Y. How does owning commercial housing affect the subjective well-being of rural-urban migrants? The mediating effect of housing assets and the moderating effect of debt. *PLOS ONE*, v. 18, n. 6, e0287258, 2023. DOI: 10.1371/journal.pone.0287258.

LUIZ, V. T.; NACIMENTO, R. A.; REZENDE, V. T.; ALMEIDA, T. F. A.; PAZ, J. V.; GIANNETTI, B. F.; GAMEIRO, A. H. Sustainability assessment of intensification levels of Brazilian smallholder integrated dairy-crop production systems: an emergy and economic-based decision approach. *Sustainability*, v. 15, n. 5, art. 4674, 2023.

MARIN, J. O. B.; DREBES, L. M. Migrações internacionais de jovens rurais: limites da reprodução social de agricultores familiares e construções da autonomia pessoal. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, n. 19, p. 6, 2020.

MONTES, N. M. Evasão escolar no Ensino Médio: uma pauta política. *Revista Científica FESA*, v. 3, n. 25, p. 242–259, 2025.

NTIRENGANYA, C.; NIYONZIMA, E. The effect of land inheritance on youth migration and employment decisions in Rwanda. *Sustainability*, v. 14, n. 9, art. 5404, 2022. DOI: 10.3390/su14095404.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). *Anuário do cooperativismo brasileiro 2023*. Brasília, DF: OCB, 2023. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/publicacao/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2023>.

Acesso em: 28 jan. 2026.

PAN, L. Market pressures and livelihood strategies: how small farmers adapt in a globalized economy. *World Development*, v. 161, p. 106–120, 2023.

PRADHAN, P.; SUBEDI, D. R.; DAHAL, K.; HU, Y.; GURUNG, P.; POKHAREL, S.; JOSHI, A. Urban agriculture matters for sustainable development. *Cell Reports Sustainability*, v. 1, n. 9, 2024.

PEREIRA, L. S.; SOLDATI, G. T.; DUQUE-BRASIL, R.; COELHO, F. M. G.; SCHAEFER, C. E. G. R. Agrobiodiversity in homegardens as strategy for food sovereignty in the semiarid northern Minas Gerais. *Ethnoscience*, v. 2, n. 1, 2017. DOI: 10.22276/ethnoscience.v2i1.40.

RABELO, L. S.; BURTE, J. D. P.; BOILLOT, É. A. S.; GASMI, H.; ROMÃO OLIVEIRA, W.; FRADI, F.; RIOS, M. M.; MARTINS, E. S. P. R. The invisibility of young people in family farming: a gender perspective in the semi-arid region of Ceará, Brazil. *Cahiers Agricultures*, v. 32, art. 6, 2023. DOI: 10.1051/cagri/2022035.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN 2022)*. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 28 jan. 2026.

REIS NEVES, M. de C.; SILVA, F. de F.; FREITAS, C. O. de; BRAGA, M. J. The role of cooperatives in Brazilian agricultural production. *Agriculture*, v. 11, n. 10, art. 948, 2021.

RIPOLL, S.; ANDERSSON, J.; BADSTUE, L.; BÜTTNER, M.; CHAMBERLIN, J.; ERENSTEIN, O.; SUMBERG, J. Rural transformation, cereals and youth in Africa: what role for international agricultural research? *Outlook on Agriculture*, v. 46, n. 3, p. 168–177, 2017. DOI: 10.1177/0030727017724669.

SAIZ, A.; CUELLAR CERON, A.; RODRÍGUEZ, L.; GANITSKY WHITE, R. Confronting the housing challenge in Latin America Part I – Reflections on the evolution of the housing market in Latin America: realities and dreams. *MIT Center for Real Estate Research Paper*, n. 22/11, 2022. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=4238950>. Acesso em: 28 jan. 2026. DOI: 10.2139/ssrn.4238950.

SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. *Agricultura familiar e pluriatividade no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2020.

SABOURIN, E. P.; OLIVEIRA, L. M. R.; GOULET, F.; MARTINS, E. S. *Public policies for adapting agriculture to climate change in semi-arid Northeast Brazil*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2022. 236 p. ISBN 978-65-8706-537-3. DOI: 10.48207/9786587065373.

SANTOS, A. C.; SILVA, J. R. Juventude rural e sucessão geracional: desafios e perspectivas para a agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, n. 1, e215901, 2021.

UNESCO. *Funding for education in crises*. Global Education Monitoring Report. [s. l.]: UNESCO, [s. d.]. Disponível em: <https://www.unesco.org/gem-report/en/publication/funding-education-crises>. Acesso em: 29 jan. 2026.

WHITE, B. Rural household pluriactivity and plurilocality: a source of resilience to climate breakdown. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, v. 451, n. 1, 012001, 2020.

WORLD BANK. *Groundswell: Preparing for Internal Climate Migration*. Washington, DC: World Bank, 2018.

WORLD BANK. Youth unemployment rate (% of total labor force ages 15–24) (modeled ILO estimate) – Latin America & Caribbean. *World Development Indicators*, 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.1524.ZS?locations=ZJ>. Acesso em: 29 jan. 2026.

ZAGUE, L. A. O.; VERSOLA, H. L. Direito à moradia e sustentabilidade habitacional. *Revista Jurídica da Libertas Faculdades Integradas*, v. 4, n. 1, 2014

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição periurbana do Assentamento Araras IV conforma a reprodução social e as condições de permanência das famílias ao articular, de forma contraditória, potencialidades ampliadas de acesso e novas vulnerabilidades territoriais, institucionais e socioproductivas. A proximidade com a cidade favorece, de modo seletivo, o acesso a equipamentos, serviços, estudo, trabalho, circulação e escoamento da produção, além de ampliar possibilidades de permanência e recomposição familiar no lote. Ao mesmo tempo, intensifica a valorização fundiária, as pressões sobre o uso do solo, a mercantilização da terra e a inadequação de políticas públicas formuladas a partir de categorias rígidas de rural e urbano. O periurbano, portanto, não constitui apenas o contexto espacial em que a reforma agrária se realiza, mas um elemento estruturante da forma como os direitos são territorializados, disputados e vividos pelas famílias assentadas.

Nessa direção, a pesquisa mostrou que a efetivação da reforma agrária, em contexto periurbano e sob gestão estadual, não se realiza como trajetória linear de consolidação de direitos, mas como processo contraditório, marcado por descontinuidades, seletividades e mediações institucionais. Nas políticas agrárias, o reconhecimento formal do assentamento, a regularização, a titulação, os créditos de instalação e as infraestruturas básicas não se converteram, de modo articulado, em bases materiais e políticas de permanência. A titulação sintetiza essa contradição, pois, apresentada como segurança jurídica e emancipação, amplia, nesse contexto, a exposição da terra à valorização fundiária, à pressão imobiliária e à mercantilização do lote. Sem suporte continuado à reprodução social, titular não equivale, portanto, a consolidar direitos, podendo intensificar vulnerabilidades. Nas políticas agrícolas, a ação estatal compareceu por instrumentos seletivos, padronizados e burocraticamente filtrados, que formalizam o apoio produtivo sem sustentar sua viabilidade concreta, deslocando às famílias os custos da desarticulação entre crédito, assistência técnica, infraestrutura e mercados. Nas políticas sociais universais, a proximidade com a malha urbana ampliou a capilaridade dos acessos, mas por meio de encaixes parciais e acomodações contingentes que

não correspondem ao reconhecimento institucional da especificidade periurbana do assentamento.

Essa seletividade da ação estatal não pode ser compreendida apenas como efeito conjuntural de descontinuidade administrativa ou de má gestão. Expressa limites mais profundos da própria forma de realização da reforma agrária em contextos nos quais a efetivação de direitos se dá sob tensão com a reprodução da propriedade da terra, da renda fundiária e das dinâmicas de acumulação que incidem sobre o território. Nessa chave, presença, ausência e mediação não designam apenas diferentes intensidades da atuação estatal, mas modos concretos de regulação territorial pelos quais o Estado distribui acessos, produz incertezas e redefine as margens de permanência. O Araras IV evidencia, assim, um padrão de ação estatal insuficiente para responder à especificidade dos assentamentos periurbanos, não apenas porque fragmenta políticas e direitos, mas porque opera em um terreno tensionado pela reprodução do capital e pela disputa em torno da terra.

Assim, o Araras IV não se configura apenas como zona de transição entre rural e urbano, mas como território em que o direito ao campo, ao território e à reprodução social das famílias convive, de forma tensa, com pressões associadas à expansão urbana, à valorização imobiliária e à disputa pela renda da terra. É justamente essa localização que torna a permanência mais contraditória, pois o mesmo território que amplia acessos e circulação também expõe o lote à conversão do uso agrário em uso urbano, estreitando as condições de continuidade da vida assentada. O periurbano, portanto, tensiona simultaneamente o direito à permanência no campo e o direito à cidade, sem que as políticas públicas consigam responder adequadamente a essa sobreposição.

No plano da organização socioprodutiva, os agroecossistemas do Araras IV revelaram que a permanência não se sustenta por especialização produtiva, mas por arranjos multifuncionais orientados à reprodução social das famílias. A centralidade da moradia, a presença recorrente de mais de uma residência por lote, a predominância dos quintais agroflorestais, das cercas vivas, das áreas de pousio e das pequenas criações indicam que os lotes operam simultaneamente como espaço de habitação, produção, manejo ambiental e circulação cotidiana. O predomínio do autoconsumo, associado à comercialização informal dos

excedentes e à dependência parcial de sementes e ração, evidencia uma condição de autonomia relativa, sustentada em equilíbrio instável entre recursos internos e vínculos com mercados, comunidade e Estado. A condição periurbana favorece a circulação e o escoamento direto da produção, mas não elimina os limites à inserção coletiva e estável em mercados institucionais. Desse modo, os agroecossistemas expressam a contradição central da reforma agrária periurbana: ao mesmo tempo em que ampliam possibilidades de reprodução social, diversificação e continuidade familiar, permanecem atravessados por dependências externas e por pressões territoriais que estreitam sua autonomia produtiva.

No plano das percepções e emoções, a pesquisa mostrou que a permanência no assentamento é vivida de forma heterogênea. Tristeza e medo se concentraram em contextos marcados pela dificuldade de viver exclusivamente da agricultura, pela instabilidade climática, pelo envelhecimento da população do lote, pela fragilidade cooperativa, pela ausência de assistência técnica continuada e pelas barreiras à comercialização. Confiança e alegria, em contraste, se associaram à sucessão geracional, ao acesso à escola, à criação animal, ao direito à moradia, à segurança financeira mínima e à possibilidade de produzir e consumir alimentos do próprio lote. As emoções, assim, não apareceram como camada acessória da experiência no assentamento, mas como expressão subjetiva da forma desigual pela qual as famílias vivenciam as condições materiais e institucionais da permanência. A clusterização reforçou essa leitura ao mostrar que disposições emocionais distintas acompanham configurações familiares e socioprodutivas distintas: onde há maior diversificação dos agroecossistemas, presença de crianças e jovens, cooperação e continuidade familiar, a permanência tende a ser projetada sob confiança; onde predominam envelhecimento, baixa cooperação e fragilidade dos meios de reprodução, ela é vivida sob desgaste, tristeza e incerteza.

Em conjunto, esses achados permitem responder que a condição periurbana, atravessada por presenças, ausências e mediações do Estado, conforma a reprodução social e as condições de permanência das famílias no Araras IV ao produzir uma experiência de permanência estruturalmente ambivalente. A proximidade com a cidade amplia acessos e oportunidades, mas não neutraliza as pressões sobre a terra, a fragmentação da ação estatal, os

limites à autonomia produtiva e a desigualdade dos meios de reprodução. A permanência, portanto, não depende apenas do acesso formal à terra ou da existência pontual de políticas públicas, mas da capacidade de articular moradia, trabalho, produção alimentar, cooperação, circulação, sucessão geracional e segurança material em um território onde o rural e o urbano se sobrepõem de forma conflitiva.

Dessa forma, a principal contribuição desta dissertação está em demonstrar que os assentamentos periurbanos devem ser compreendidos como territórios específicos da reforma agrária, nos quais a reprodução social das famílias se organiza sob condições distintas daquelas pressupostas pelas políticas voltadas ao rural clássico ou ao urbano consolidado. Entre as contribuições do trabalho, destacam-se a caracterização dos usos do solo e da organização socioprodutiva de um assentamento periurbano, evidenciando sua multifuncionalidade e seus mosaicos de usos; a análise da sobreposição entre políticas públicas formuladas a partir de referenciais rurais e urbanos, insuficientes para responder à especificidade desses territórios; e a demonstração de que a formulação de políticas públicas para assentamentos periurbanos exige partir da análise concreta dos agroecossistemas, dos circuitos socioprodutivos e das formas de reprodução social das famílias. O Araras IV evidencia, por fim, que o periurbano não é apenas uma borda espacial da cidade, mas um campo de tensões que redefine os termos da permanência, da reprodução social e da própria efetivação da reforma agrária.

Esta análise apresenta limitações que indicam possibilidades de aprofundamento futuro. Destacam-se a necessidade de ampliar o número de entrevistas, incorporar dados secundários e levantamentos quantitativos e diversificar o perfil dos interlocutores, uma vez que a predominância de falas masculinas e de lideranças antigas restringiu o exame das desigualdades de gênero, da divisão sexual do trabalho e das dinâmicas geracionais. Soma-se a isso a baixa precisão sobre datas e a ausência de documentos oficiais relativos a valores, marcos administrativos e períodos de implementação das políticas, o que limitou a construção de uma cronologia mais precisa da atuação estatal. No caso da análise de sentimentos, reconhecem-se ainda limites decorrentes do número de entrevistas, do uso de dicionário lexical pré-definido e da própria natureza automatizada do procedimento, pouco sensível a ambiguidades

semânticas e sentidos contextuais. A clusterização, por sua vez, deve ser compreendida como recurso exploratório de apoio à interpretação, especialmente diante do número reduzido de casos e da fragmentação dos agrupamentos gerados.

7. APÊNDICES

Anexo 1. Roteiro Orientador das entrevistas

SUBSISTEMA HUMANO:

- Nome, idade, gênero, escolaridade.
- Força de trabalho: número de pessoas.

Aspectos socioculturais:

- **Histórico:** qual sua naturalidade? O que fazia antes de vir para cá? Onde já trabalhou?
- **Percepções de transformação:** Como era sua vida antes de vir morar aqui? Algo mudou desde que veio para cá? Se sim, o que? Considera que suas condições de vida melhoraram ou pioraram depois de vir para o assentamento? Do seu ponto de vista, o que poderia melhorar? Quem poderia contribuir com isso?
- **Organizativo:** participa de alguma associação, coletivo/cooperativa?
- **Renda não agrícola** – recebe algum auxílio do governo? (pensão, aposentadoria, bolsa família, vale gás, etc.); trabalha fora? O que faz?
- **Créditos e políticas públicas:** conhece o PRONAF, PNAE, PAA? Já tentou acessar? Já tiveram acesso a alguma política pública específica para a reforma agrária?
- **Agroecologia:** o que acham sobre os agrotóxicos? conhecem casos de intoxicação de pessoas ou de contaminação ambiental, transgênicos? tem alguma informação ou praticam em algum nível a agricultura orgânica ou a agroecologia? O que consideram mais difícil?

SUBSISTEMAS AGRÍCOLAS E PECUÁRIO – tipificar os subsistemas galinhas, peixes, suínos, equinos, horticultura, anuais, capineira,

frutíferas, quintais agroflorestais, arbóreas, pomares, etc. Para cada subsistema, caracterizar a dinâmica de relação entre os demais.

Destino da produção:

- Qual o destino da produção? Autoconsumo? Alimentação animal? Doações? Comercialização?
- Faz algum tipo de beneficiamento com os subprodutos?
- Se comercializa, qual a forma de comercialização? feira, grupo de consumo, cooperativa, associação, atravessador, agroindústria, vizinhos, porta em porta?
- Tem acesso a alguma política pública de acesso a mercados? PAA, PNAE?
- Se lembrar, qual a quantidade colhida nos últimos tempos? (kg, arroba, saco)...
- Quais os principais desafios para escoar?

Itinerário técnico:

- Tratos culturais: o plantio é manual, mecânico, tração animal? - (preparo do solo, plantio, adubação, capina, pulverizações, colheita, etc.). De onde vem o trator? Quanto é a h/maq?
- Sanidade: Quais são as principais plantas espontâneas? Quais as doenças e insetos costumam aparecer e como faz o controle?
- Insumos: o que usa para cultivar? sementes, mudas, esterco, adubos químicos, pós de rocha? De onde vêm esses insumos?
- Infraestrutura? Tratorito, triturador, viveiro, irrigação? Ferramentas específicas?
- Calendário agrícola: qual a época de cultivo? É sempre a mesma cultura no espaço?
- Desafios: quais os principais desafios e motivos de perdas?
- Colheita e pós-colheita: consegue armazenar? Beneficia?